PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021009/2026

CONCORRÊNCIA Nº 016/2026

MODALIDADE: Concorrência - Forma Eletrônica

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: *das 09:00 horas do dia 22/09/2026 até às 09:00 horas do dia 07/10/2026.*

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 08/10/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília/DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: As propostas serão recebidas e a sessão de disputa ocorrerá exclusivamente por meio eletrônico no endereço: https://www.bnc.org.br

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REPARO DO TELHADO E DAS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA/BA, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, conforme especificações técnicas, planilhas e projetos anexos.

Regência legal: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022 e demais normas pertinentes à matéria.

Modo de Disputa: FECHADO e ABERTO, conforme art. 56, da Lei nº 14.133/2021, proporcionando maior competitividade à licitação mediante combinação das vantagens de ambos os sistemas, iniciando-se com propostas fechadas que serão abertas e ordenadas para posterior etapa de lances sucessivos, exclusivamente por meio eletrônico.

Critério de julgamento: Menor Preço Global, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução: Empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de execução: 04 (quatro) meses, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço.

Prazo de vigência contratual: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, compreendendo o prazo de execução e os prazos para recebimentos e trâmites administrativos finais.

Orçamento estimado: Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, visando potencializar a competitividade entre os licitantes e impedir que as propostas se concentrem próximas ao valor estimado pela Administração.

EDITAL DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**, Estado da Bahia, através do Agente de Contratação, designado mediante Decreto nº 352/2026, torna público para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE REPARO DO TELHADO E DAS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA/BA, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, conforme especificações técnicas, planilhas e projetos anexos.

1.2. O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

1.3. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, compreendendo o prazo de execução, o período necessário para os recebimentos dos serviços e o prazo para entrega da documentação final pertinente.

1.4. A execução do objeto adotará o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto no art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento realizado com base nos quantitativos dos serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização, em estrita observância às especificações técnicas, unidades de medição e demais condições estabelecidas nos documentos integrantes da contratação.

1.5. A execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, tem por objetivo promover a recuperação dos componentes da edificação abrangidos pelas peças técnicas, especialmente cobertura, forros, pinturas, louças, metais, bancadas e acessórios, esquadrias, instalações elétricas e instalações hidrossanitárias, além dos serviços complementares previstos. Busca-se, com isso, restabelecer condições adequadas de segurança, estanqueidade, salubridade, funcionalidade e conservação da infraestrutura física do Hospital Municipal, contribuindo para a manutenção de condições apropriadas à prestação dos serviços públicos de saúde. A intervenção visa, ainda, preservar a edificação pública existente, corrigir as condições identificadas nos levantamentos e peças técnicas e proporcionar melhores condições de funcionamento dos ambientes abrangidos, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e detalhado no Projeto Básico, Memorial Descritivo e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

1.6. O objeto encontra-se minuciosamente descrito e caracterizado no Termo de Referência, Projeto Básico, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas, Planilha de Quantitativos sem Preços, projetos e demais anexos deste Edital, que vinculam as partes e constituem parte integrante e indissociável do instrumento convocatório, devendo ser integralmente observados pelos licitantes na elaboração de suas propostas.

2. DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)

2.1. DA PUBLICIDADE DOS ATOS LICITATÓRIOS

2.1.1. Em estrita observância ao disposto no art. 55, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente instrumento convocatório e seus anexos serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observando-se o prazo mínimo legal entre a data de divulgação e a data fixada para a realização da sessão pública de disputa, assegurando-se, destarte, a ampla competitividade e o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos.

2.1.2. Constitui pressuposto de eficácia do presente procedimento licitatório a tempestiva e adequada publicação do instrumento convocatório no PNCP, devendo o extrato respectivo conter os elementos essenciais à identificação do certame, notadamente o objeto licitado, o critério de julgamento, o modo de disputa, o regime de execução, a data e horário da sessão pública, bem como o endereço eletrônico da plataforma utilizada.

2.1.3. Os pedidos de esclarecimentos, as impugnações e respectivas respostas, as modificações editalícias, as retificações, os adiamentos, as suspensões, as revogações, as anulações e demais alterações supervenientes serão, igualmente, publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem prejuízo da utilização de outros meios de divulgação previstos na legislação vigente.

2.2. DA PUBLICIZAÇÃO DOS ATOS CONTRATUAIS

2.2.1. A eficácia jurídica do instrumento contratual decorrente da presente licitação e de seus eventuais aditamentos fica condicionada à publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade com o preceptivo insculpido no caput do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2. O extrato do contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura, devendo conter, no mínimo, a identificação do instrumento, das partes, do objeto, do valor, do prazo de vigência e das condições de pagamento, em observância ao princípio da transparência administrativa.

2.2.3. As informações referentes à execução contratual, incluídos empenhos, notas fiscais eletrônicas, liquidações e pagamentos, bem como eventuais sanções administrativas, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o § 3º do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.4. Os aditivos contratuais, as apostilas, os termos de rescisão e outros instrumentos relativos à modificação, extinção ou suspensão da avença serão publicados integralmente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no mesmo prazo previsto no item 2.2.2., como conditio ***sine qua non*** para a produção de seus regulares efeitos jurídicos.

2.3. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

2.3.1. A publicação realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não substitui a publicação em diário oficial das informações que a legislação vigente determine como de publicação obrigatória neste veículo, conforme disposto no § 1º do art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3.2. Os atos praticados e os documentos produzidos pela Administração relacionados à presente contratação permanecerão acessíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação, sem prejuízo das obrigações arquivísticas previstas em legislação específica.

2.3.3. Incumbe exclusivamente à Administração Pública contratante a responsabilidade pela publicação tempestiva dos atos e informações referentes ao procedimento licitatório e à contratação dele decorrente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não se eximindo, contudo, o particular contratado do dever de colaboração para o cumprimento desta obrigação legal.

3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. DO CARÁTER SIGILOSO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1.1. Em consonância com o disposto no art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o valor previamente estimado para a presente contratação será mantido em sigilo até o término da fase competitiva do certame, revelando-se apenas quando da negociação com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

3.1.2. A adoção do orçamento sigiloso fundamenta-se na premissa de potencialização da competitividade entre os proponentes, evitando o indesejável fenômeno da convergência artificiosa das propostas em patamar próximo ao valor referencial estimado pela Administração, assegurando, destarte, a obtenção de condições comerciais mais vantajosas para o erário municipal.

3.1.3. O orçamento estimado, não obstante seu caráter sigiloso durante o iter procedimental competitivo, encontra-se disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, em irrestrita observância aos princípios da publicidade administrativa e da transparência na gestão fiscal, consoante expressamente autorizado pelo art. 24, I da Lei nº 14.133/2021.

3.2. DA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO REFERENCIAL

3.2.1. A composição do valor global estimado para a presente contratação foi elaborada mediante metodologia técnica que contemplou o levantamento dos serviços, insumos e respectivas quantidades necessários à execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, em conformidade com o Projeto Básico, Termo de Referência, Memorial Descritivo, projetos e demais peças técnicas integrantes da contratação.

3.2.2. O orçamento referencial foi estruturado mediante utilização das bases de custos SINAPI-BA, referência 03/2026, não desonerado; ORSE-SE, referência 02/2026; e EMBASA, referência 06/2025, observando-se os parâmetros técnicos aplicáveis e a adoção de referências compatíveis com a natureza de cada serviço integrante da contratação. Para os encargos sociais incidentes sobre a mão de obra referenciada pelo SINAPI-BA, foi adotado o regime não desonerado, conforme composição específica integrante da documentação orçamentária.

3.2.3. Aos custos diretos apurados foi acrescida a taxa de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI de 22,47%, calculada conforme composição específica integrante da documentação orçamentária e com fundamento nos parâmetros referenciais do Tribunal de Contas da União constantes do Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário, contemplando os componentes discriminados na respectiva composição de BDI.

3.3. DOS CRITÉRIOS PARA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

3.3.1. A aferição da exequibilidade e da conformidade da proposta mais bem classificada far-se-á a partir da compatibilidade do preço global ofertado com o valor global estimado para a contratação, bem como da adequação dos preços unitários propostos em relação aos respectivos valores constantes do orçamento estimado, nos termos do que preconiza o art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2. Não serão aceitas propostas cujos valores unitários ou global sejam superiores aos respectivos valores estabelecidos no orçamento estimado pela Administração, tampouco aquelas que, manifestamente inexequíveis (considerando-se como tais aquelas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração), não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

3.3.3. Na análise da aceitabilidade dos preços unitários, será admitida a apresentação de preços unitários superiores aos constantes do orçamento estimado em até 10% (dez por cento), desde que o preço global da proposta permaneça inferior ao valor máximo aceitável definido pela Administração.

3.3.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, nos termos do art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme detalhado no item 16.6 deste Edital.

3.4. DA DIVULGAÇÃO POSTERIOR DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.4.1. Após a fase competitiva do certame, o orçamento estimado e, se for o caso, o preço máximo aceitável para a contratação serão tornados públicos, passando a integrar o instrumento contratual eventualmente firmado, em homenagem aos princípios da publicidade e transparência que norteiam a Administração Pública.

3.4.2. A composição analítica do orçamento estimado, com o detalhamento das planilhas de quantitativos, preços unitários, encargos sociais, BDI e demais elementos formadores do preço global, será disponibilizada a qualquer interessado após o encerramento da fase competitiva, mediante solicitação formal dirigida ao Agente de Contratação ou diretamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Canarana/BA para o exercício de 2026, nas dotações abaixo discriminadas:

UNIDADE: 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 2.137 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

ELEMENTO: 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica

FONTE: 15001002 - 16000000

4.2. A presente contratação não se encontra contemplada em Plano Anual de Contratações (PAC), haja vista a sua não elaboração no âmbito do Município de Canarana/BA. Não obstante, a contratação mostra-se compatível com as leis orçamentárias municipais, sendo a disponibilidade orçamentária comprovada mediante Declaração do Ordenador de Despesas, na forma da legislação aplicável.

4.3. A assinatura do contrato e a emissão da respectiva nota de empenho ficarão condicionadas à efetiva comprovação da existência de recursos orçamentários suficientes, sendo nulo de pleno direito o instrumento firmado sem o atendimento desta condição essencial, conforme disposto no art. 147 c/c art. 150 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. Tratando-se de contratação com prazo de vigência que possa abranger mais de um exercício financeiro, as despesas correspondentes aos exercícios subsequentes serão custeadas com recursos alocados nos respectivos orçamentos, conforme previsão a ser incluída nas leis orçamentárias anuais vindouras, sendo que as notas de empenho complementares serão emitidas oportunamente, em observância ao princípio da anualidade orçamentária.

4.5. Na hipótese de insuficiência orçamentária durante a execução contratual, a Administração adotará as medidas necessárias à suplementação da dotação indicada ou, quando cabível, promoverá a rescisão do contrato com fundamento no art. 147, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados os direitos da contratada quanto aos serviços já executados e aceitos.

4.6. A execução financeira do contrato guardará estrita conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado, sendo vedada a assunção de obrigações contratuais com execução diferida em exercício financeiro diverso daquele em que haja adequada e suficiente disponibilidade orçamentária, salvo se previamente empenhadas a conta do crédito próprio.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1.1. Em estrita observância ao disposto no art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente licitação será processada mediante utilização de recursos de tecnologia da informação, especificamente por intermédio do sistema eletrônico denominado https://www.bnc.org.br, acessível pelo endereço eletrônico correspondente, mediante o qual serão realizados os atos e procedimentos relativos ao certame.
5.1.2. Para participação no procedimento licitatório em comento, faz-se mister que o interessado, pessoa jurídica, promova seu prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico supracitado. Referido credenciamento constitui ato jurídico preliminar, de natureza preparatória em relação ao certame, cujo aperfeiçoamento se operacionaliza mediante cadastramento da pessoa jurídica interessada

e obtenção de chave de identificação e senha pessoal, estas últimas de caráter personalíssimo e intransferível.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica, por imperativo lógico-jurídico, a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao procedimento licitatório.

5.2. DOS REQUISITOS E FORMALIDADES PARA O CREDENCIAMENTO

5.2.1. O processo de credenciamento será efetivado pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida junto ao provedor do sistema mediante cadastramento prévio. Referido cadastramento compreenderá, no mínimo, a inserção das seguintes informações no sistema:

a) Razão social, nome fantasia, CNPJ e endereço da pessoa jurídica;

b) Nome completo, CPF, RG, endereço residencial e função do representante legal da pessoa jurídica;

c) Endereço eletrônico (e-mail) para recebimento das comunicações oficiais;

d) Telefone de contato com DDD;

e) Dados bancários para fins de eventual pagamento;

f) Certidões e documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira do interessado, nos termos da legislação vigente.

5.2.2. Os interessados em participar da presente licitação, caso não estejam credenciados no sistema eletrônico, deverão providenciar o credenciamento com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data limite para apresentação das propostas, de modo a garantir o necessário lapso temporal para superação de eventuais intercorrências técnicas ou operacionais que possam obstar sua efetiva participação no certame.

5.2.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso e redefinição dos parâmetros de segurança, não eximindo, contudo, o licitante de eventual responsabilização pelos atos praticados com utilização indevida de sua senha ou em decorrência da inobservância das cautelas necessárias à sua preservação e sigilo.

5.3. DAS RESPONSABILIDADES DECORRENTES DO CREDENCIAMENTO

5.3.1. O licitante credenciado responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros não autorizados.

5.3.2. É de responsabilidade exclusiva do licitante credenciado a utilização da senha de acesso ao sistema eletrônico, bem como o acompanhamento de quaisquer informações, comunicações ou

mensagens disponibilizadas pelo sistema ou pela entidade promotora da licitação, não podendo alegar desconhecimento ou falha no recebimento de informações como justificativa para o descumprimento de obrigações inerentes ao certame.

5.3.3. Incumbe ao licitante credenciado o ônus da correta configuração de seu equipamento de processamento de dados e sistemas operacionais para acesso ao ambiente tecnológico do portal eletrônico, não cabendo atribuir à Administração Pública contratante ou ao próprio provedor do sistema eventuais falhas, incompatibilidades ou incapacidades técnicas que inviabilizem ou dificultem a operacionalização do sistema pelo interessado.

5.4. DAS RESTRIÇÕES E IMPEDIMENTOS AO CREDENCIAMENTO

5.4.1. Não poderão participar do presente certame, sequer mediante prévio credenciamento no sistema eletrônico, as pessoas jurídicas que incorram nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como notadamente aquelas que:

a) estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

c) incidam nas hipóteses de impedimento previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

d) estejam enquadradas nas demais situações de impedimento previstas no ordenamento jurídico pátrio.

5.4.2. O credenciamento indevido não convalida eventuais vícios ou impedimentos legais que recaiam sobre o licitante, subsistindo a proibição de participação no certame ainda que operacionalizado o cadastro no sistema eletrônico, sujeitando-se o infrator às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente aquelas consignadas em seus arts. 155 a 163, sem prejuízo de eventuais consequências nas esferas civil e criminal.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO

6.1.1. Poderão participar do presente certame licitatório as pessoas jurídicas legalmente constituídas que satisfaçam, cumulativamente, as condições expressas no presente instrumento convocatório e seus anexos, bem como nas disposições legais concernentes às contratações públicas, notadamente aquelas estatuídas pela Lei Federal nº 14.133/2021, observados os impedimentos e vedações delineados no art. 14 do referido diploma legal.

6.1.2. A participação no procedimento licitatório em epígrafe importa, por consectário lógico inafastável, à integral e irrestrita aceitação por parte do interessado de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, configurando ato jurídico de natureza volitiva e vinculante, com eficácia plena e efeitos jurídicos exteriorizados mediante a apresentação dos documentos e da proposta, consoante aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da indisponibilidade do interesse público.

6.1.3. A mera participação no procedimento licitatório em apreço não constitui direito subjetivo à contratação, sujeitando-se o particular vencedor do certame às disposições normativas incidentes, às decisões administrativas proferidas pela Administração Pública julgadora, aos termos da proposta apresentada e às estipulações do instrumento de contrato vinculado à licitação.

6.2. DOS REQUISITOS POSITIVOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

6.2.1. A participação de interessados no presente procedimento licitatório subordina-se à comprovação das seguintes condições habilitatórias, sem prejuízo de outras exigências previstas no instrumento convocatório e na legislação de regência, a saber:

a) Habilitação jurídica, mediante apresentação dos documentos elencados no art. 66, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme a natureza jurídica da pessoa interessada;

b) Qualificação técnico-profissional consubstanciada na comprovação de capacidade técnica para execução de serviços de engenharia compatíveis com o objeto licitado, nos termos do art. 67, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente através de:

b.1) Registro ou inscrição da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada;

b.2) Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto), detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) por execução de serviços com características semelhantes ao objeto da presente licitação;

b.3) Comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa, mediante apresentação de um ou mais atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, demonstrando a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

c) Qualificação econômico-financeira, mediante comprovação da boa situação financeira da empresa, manifesta por índices contábeis adequados, nos moldes do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Regularidade fiscal, social e trabalhista, expressa na apresentação dos documentos relacionados no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente válidos e regulares; e) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, concernente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

6.2.2. O atendimento das condições habilitatórias supramencionadas será verificado na fase apropriada do certame, observada a sequência procedimental estabelecida neste Edital, após o julgamento das propostas, adstringindo-se a análise aos requisitos contemplados nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às normas técnicas pertinentes.

6.3. DAS VEDAÇÕES E IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

6.3.1. Encontram-se impedidos de participar do presente procedimento licitatório, por expressa disposição legal contida no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) O empresário ou sociedade empresária suspenso(a) de participar de licitação e impedido(a) de contratar com o Município de Canarana/BA, durante o prazo da sanção aplicada;

d) Empresário ou sociedade empresária declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de qualquer esfera governamental, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

e) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

f) O empresário ou sociedade empresária cujo estatuto ou contrato social não contemple o objeto deste procedimento licitatório;

g) A pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;

h) Pessoas jurídicas que compartilhem sócio majoritário com outras pessoas jurídicas participantes do mesmo certame, configurando potencial conflito de interesses e infringindo o princípio da competitividade.

6.3.2. A verificação dos impedimentos e condições de participação no certame, conforme estabelecido neste Edital e na legislação de regência, será feita mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

d) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

e) Cadastro de impedidos de licitar e contratar mantido pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

6.3.3. A consulta aos cadastros supracitados será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 14, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

6.4.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame licitatório, em observância ao poder discricionário conferido à Administração Pública pelo art. 15, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a justificativa de não parcelamento do objeto apresentada no Estudo Técnico Preliminar, que indica a inviabilidade técnica e de gestão do parcelamento.

6.4.2. A vedação à participação de empresas consorciadas fundamenta-se na premissa de que o objeto da presente licitação, embora abrangente, não envolve complexidade técnica ou vulto financeiro que inviabilize sua execução por empresa individualmente qualificada, e que o não parcelamento visa otimizar a gestão contratual e assegurar a uniformidade dos serviços.

6.4.3. Ademais, a restrição ora imposta visa assegurar a ampliação da competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme preceituado no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4.4. Por conseguinte, caso seja constatada a participação de qualquer empresa integrante de consórcio, formal ou informal, tal circunstância ensejará sua inabilitação sumária.

6.5. DAS CONDIÇÕES PARTICULARIZADAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

6.5.1. Às microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, aplicar-se-ão as disposições do art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015, sendo-lhes assegurados os benefícios legalmente estabelecidos quanto às condições de participação, notadamente:

a) Possibilidade de apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação;

c) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5.2. Para fazer jus aos benefícios previstos neste subitem, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá comprovar sua condição mediante apresentação de declaração específica, sob as penas da lei, subscrita por representante legal devidamente constituído, bem como certidão emitida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento oficial que demonstre o enquadramento na categoria correspondente, emitido por órgão público competente.

6.6. DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS ESTRANGEIRAS

6.6.1. A participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País será admitida em igualdade de condições com as empresas nacionais, observadas as exigências específicas estabelecidas no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente mediante a apresentação de:

a) Decreto de autorização, para as empresas que, nos termos da legislação vigente, necessitem de autorização para funcionar no País;

b) Documentação comprobatória de representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) Documentação equivalente à documentação exigida para habilitação de licitantes nacionais, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado, nos termos da legislação brasileira aplicável.

6.6.2. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos com validade equivalente aos documentos exigidos das empresas nacionais, e caso estejam redigidos em língua estrangeira, deverão estar acompanhados de tradução juramentada para o vernáculo nacional, devidamente consularizados ou apostilados, conforme o caso.

7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES QUANTO AOS BENEFÍCIOS LEGAIS

7.1.1. Em conformidade com o preceptivo insculpido no art. 4º, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conjugado com os dispositivos normativos constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações subsequentes, serão conferidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, mediante a implementação das prerrogativas a seguir delineadas.

7.1.2. Para efeitos deste instrumento convocatório, consideram-se Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, as sociedades empresárias, sociedades simples, empresas individuais de responsabilidade limitada e empresários que se enquadrem nos parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, assim entendidas aquelas com receita bruta anual de até R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), devidamente constituídas e registradas nos órgãos competentes.

7.1.3. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/2006 independe da habilitação da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado, sendo suficiente a comprovação de sua condição mediante apresentação de declaração específica firmada pelo representante legal da pessoa jurídica, sob as penas da lei, acompanhada da competente Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio.

7.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DIFERIDA

7.2.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade

fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, ressalvada a hipótese prevista no art. 4º, §1º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

7.2.2. Verificada a existência de restrição relativa à regularidade fiscal ou trabalhista de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha apresentado melhor proposta, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2.3. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

7.2.4. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item 7.2.2 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.3. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NAS SITUAÇÕES DE EMPATE FICTO

7.3.1. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, configurando-se empate ficto quando as propostas apresentadas por estas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta tenha sido ofertada por licitante que não se enquadre na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

7.3.2. Caracterizado o empate ficto (propostas de ME/EPP iguais ou até 10% superiores à melhor proposta), proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não sendo exercido o direito de preferência pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4. DA INAPLICABILIDADE DAS PRERROGATIVAS DE PREFERÊNCIA E COTA

7.4.1. Os benefícios do tratamento diferenciado não se aplicarão às hipóteses em que a proposta inicial apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja mais vantajosa do que as propostas apresentadas por licitantes não enquadrados em tais conceitos.

7.4.2. Considerando que o valor estimado da presente contratação é superior ao limite estabelecido no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica o benefício relativo à licitação exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.4.3. Em razão da natureza dos serviços e da justificativa de não parcelamento do objeto constante do Estudo Técnico Preliminar, que visa garantir a coesão e eficiência da gestão dos serviços, não será aplicável ao caso vertente a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme faculdade prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.5. DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS OU REGIONAIS

7.5.1. Será concedida prioridade de contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional.

7.5.2. Para efeitos deste instrumento convocatório, consideram-se:

a) Âmbito local: os limites geográficos do Município de Canarana/BA;

b) Âmbito regional: os limites geográficos da microrregião a que pertence o Município de Canarana/BA, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro critério oficial adotado pelo Município.

7.5.3. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sediada local ou regionalmente poderá ser contratada sendo-lhe ofertada a oportunidade de cobrir o melhor preço ofertado por empresa não enquadrada como ME/EPP ou por ME/EPP não sediada local ou regionalmente, limitada a um valor de até 10% (dez por cento) superior ao preço da proponente originalmente considerada mais vantajosa.

7.6. DAS DISPOSIÇÕES ATINENTES À SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

7.6.1. Nos termos do art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/2006, para a presente contratação, fica estabelecida a exigência de subcontratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em percentual a ser definido pela Administração no Termo de Referência ou Contrato, observados os limites e condições legais, condicionada à prévia e expressa autorização da Administração Pública contratante. O percentual de subcontratação obrigatória de ME/EPP será de no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

7.6.2. A subcontratação de que trata este item não poderá recair sobre parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto, assim consideradas aquelas indicadas como tal no Termo de Referência.

7.6.3. Para fins de subcontratação, a licitante contratada deverá apresentar:

a) Documentação comprobatória da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a ser subcontratada;

b) Declaração de que os serviços a serem subcontratados não são parcelas de maior relevância técnica;

c) Demonstração da capacidade técnica da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a ser subcontratada, compatível com o objeto a ser executado.

7.6.4. A inobservância da obrigação de subcontratação prevista neste item configura inadimplemento contratual passível de aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, resguardado o devido processo legal e o contraditório.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1. DA INADMISSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO MEDIANTE FORMAÇÃO CONSORCIAL.

8.1.1. Considerando as peculiaridades do objeto licitado, que envolve uma gama diversificada de serviços a serem prestados de forma contínua e coordenada em múltiplos locais, e visando a otimização da gestão contratual e a clareza na responsabilização, bem como a prerrogativa discricionária conferida à Administração Pública pelo art. 15, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, resta expressamente vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame licitatório.

8.1.2. A inadmissibilidade de participação consorcial fundamenta-se na análise técnico-discricionária de que a natureza dos serviços, embora abrangente, pode ser executada por empresas individualmente qualificadas, e que a gestão de um contrato com um único executor facilita o acompanhamento e a fiscalização pela Administração, conforme entendimento também expresso no Estudo Técnico Preliminar quanto à indivisibilidade do objeto para fins de contratação.

8.2. DOS FUNDAMENTOS TÉCNICO-JURÍDICOS DA VEDAÇÃO CONSORCIAL

8.2.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação, considerando as características, a natureza e a complexidade do objeto, pelas seguintes razões:

a) Natureza dos serviços: Os serviços de engenharia necessários à execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, embora envolvam diferentes frentes de execução, correspondem predominantemente a atividades usuais de engenharia civil e de instalações prediais, executáveis segundo técnicas, métodos e padrões correntes no mercado. A intervenção compreende, especialmente, serviços relacionados à cobertura, forros, pinturas, louças, metais, bancadas e acessórios, esquadrias, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, transporte, comunicação visual e serviços finais e complementares, conforme definido no Projeto Básico, Memorial Descritivo, planilhas, projetos e demais peças técnicas integrantes da contratação.

Os serviços previstos não apresentam, em seu conjunto, características de excepcional complexidade ou singularidade que tornem necessária a reunião de empresas em consórcio para viabilizar sua execução. O

objeto mostra-se compatível com a atuação de empresas do segmento de obras e serviços de engenharia que, individualmente, disponham da qualificação técnica e econômico-financeira exigida neste Edital.

b) Gestão e fiscalização: A execução do objeto por uma única empresa favorece a centralização das responsabilidades contratuais, a comunicação com a Administração e o acompanhamento pela fiscalização, reduzindo a multiplicidade de interlocutores e facilitando a coordenação das diferentes frentes de serviço, especialmente diante da necessidade de compatibilização da execução da obra com o funcionamento do Hospital Municipal de Canarana.

c) Competitividade: Considerando a natureza, o porte e o escopo dos serviços, não se identifica a necessidade de formação de consórcio como instrumento indispensável à participação no certame ou à execução do objeto, uma vez que os serviços podem ser executados por empresas que, individualmente, atendam às condições de habilitação e qualificação estabelecidas neste Edital.

8.2.2. A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio fundamenta-se nas características concretas do objeto e na ausência de circunstâncias técnicas ou operacionais que tornem necessária a associação de empresas para sua execução, não se mostrando indispensável à ampliação da competitividade ou à adequada execução contratual.

8.2.3. A presente vedação encontra fundamento no art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021, que admite a participação de pessoa jurídica em consórcio, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório.

8.2.4. Diante das razões expostas, fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.

8.3. DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA INOBSERVÂNCIA DA VEDAÇÃO

8.3.1. A apresentação de propostas por empresas reunidas em consórcio configurará violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, acarretando a desclassificação sumária das respectivas propostas.

8.3.2. A tentativa de burla à vedação, mediante consórcios informais ou de fato, uma vez comprovada, ensejará a desclassificação e apuração de responsabilidade.

8.3.3. A vedação à participação em consórcio não obsta a subcontratação parcial do objeto, nos termos do item 9 deste Edital e do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas as parcelas de maior relevância técnica.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. DA PERMISSIBILIDADE E LIMITES À SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO

9.1.1. É permitida a subcontratação de parcelas do objeto licitado, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato, desde que autorizada prévia e expressamente pela Administração Pública contratante, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021. A subcontratação deve observar o disposto no Termo de Referência quanto às parcelas passíveis de subcontratação.

9.1.2. A subcontratação não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela perfeita execução do contrato perante a Administração Pública.

9.1.3. É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no Termo de Referência, bem como a subcontratação total do objeto.

9.2. DOS PROCEDIMENTOS E FORMALIDADES ESSENCIAIS À SUBCONTRATAÇÃO

9.2.1. A empresa contratada que pretenda subcontratar parte do objeto deverá requerer formalmente à Administração, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruindo o pedido com:

a) Qualificação completa da empresa a ser subcontratada;

b) Descrição detalhada das parcelas e serviços a serem subcontratados;

c) Comprovação da capacidade técnico-operacional da subcontratada para a parcela específica;

d) Demonstração da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira da subcontratada, nos moldes dos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021;

e) Minuta do instrumento de subcontratação.

9.2.2. O pleito será analisado pelo fiscal e gestor do contrato, e submetido à decisão da autoridade competente.

9.2.3. A subcontratação somente poderá ser efetivada após autorização expressa da Administração.

9.3. DOS IMPEDIMENTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS À SUBCONTRATAÇÃO

9.3.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da licitação ou que possua vínculo com dirigente do órgão contratante ou agente público atuante na licitação/contrato, conforme §3º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica impedida de contratar com a Administração Pública.

9.3.3. Não são passíveis de subcontratação as parcelas do objeto que constituam o núcleo técnico da contratação ou que tenham sido determinantes para a qualificação técnica da contratada, conforme definido no Termo de Referência.

9.4. DOS EFEITOS JURÍDICOS DA SUBCONTRATAÇÃO NA RELAÇÃO CONTRATUAL ORIGINÁRIA

9.4.1. A CONTRATADA permanece integralmente responsável pela execução do objeto, qualidade, prazos e demais obrigações contratuais, mesmo nas parcelas subcontratadas.

9.4.2. O inadimplemento da subcontratada não exime a CONTRATADA de suas obrigações.

9.4.3. A relação entre CONTRATADA e subcontratada é de direito privado, não havendo vínculo jurídico direto entre a Administração e a subcontratada.

9.5. DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA EM BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.5.1. Conforme item 7.6, a CONTRATADA deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no percentual mínimo de 5% (cinco por cento) e máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, para as parcelas definidas como passíveis de subcontratação, desde que não sejam de maior relevância técnica.

9.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a documentação da(s) ME/EPP(s) a ser(em) subcontratada(s).

9.5.3. A inobservância injustificada desta obrigação configurará inadimplemento contratual.

10. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

10.1. DA INAPLICABILIDADE DA EXIGÊNCIA DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE AO PRESENTE CERTAME

10.1.1. Consigna-se que o presente procedimento licitatório não se subsume à hipótese normativa estabelecida no §4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, não se aplicando, por consectário lógico, a exigência de implementação de programa de integridade pelo licitante vencedor.

10.1.2. O dispositivo legal supramencionado estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade para "contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto", definidas no art. 6º, inciso XXII, da Lei Federal nº 14.133/2021, como aquelas cujo "valor estimado seja superior a R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)".

10.1.3. Considerando que o valor estimado para o objeto do presente certame não atinge o patamar de contratação de grande vulto, resta afastada a exigibilidade de programa de integridade nesta contratação específica.

10.1.4. A inaplicabilidade da exigência decorre da própria estrutura normativa da Lei Federal nº 14.133/2021, em observância aos princípios da legalidade estrita, razoabilidade e proporcionalidade.

10.1.5. Não obstante a inaplicabilidade formal da exigência, permanece hígida e plenamente aplicável a todos os licitantes e ao futuro contratado a observância dos princípios éticos e de integridade, bem como os deveres de probidade, boa-fé e conformidade legal, cujo descumprimento poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

11.1. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

11.1.1. No presente procedimento licitatório, processado integralmente por meio eletrônico, a instrumentalização dos atos de apresentação de propostas e documentos obedecerá rigorosamente às

disposições deste instrumento convocatório, às peculiaridades tecnológicas da plataforma eletrônica utilizada https://www.bnc.org.br e aos preceitos da Lei nº 14.133/2021.

11.1.2. O envio das propostas dar-se-á exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante utilização de chave de identificação e senha pessoal do representante credenciado, observados os ditames do modo de disputa fechado e aberto, de tal modo que nenhuma proposta seja conhecida antes da data e horário designados para sua abertura.

11.1.3. A proposta inicial deverá ser encaminhada pelo sistema eletrônico até a data e horário limites estabelecidos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

11.1.4. Os documentos comprobatórios dos requisitos habilitatórios, conforme o art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, serão exigidos exclusivamente do licitante declarado vencedor após o encerramento da fase de julgamento das propostas. Esses documentos deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período em caso de impossibilidade técnica comprovada pelo licitante ou verificada pela administração pública, sob pena de inabilitação.

11.1.5. Os documentos complementares à proposta deverão ser enviados pelo licitante no momento do cadastramento da proposta no sistema.

11.1.6. Os atos e documentos que, por sua natureza, não possam ser praticados ou juntados eletronicamente, ou os originais/cópias autenticadas solicitados pela Administração, serão entregues fisicamente na Prefeitura Municipal de Canarana/BA, Rua Jose Dias da Rocha, n 57, Centro – 46.810-000, Canarana, Bahia, em envelope lacrado e identificado.

11.1.7. A inobservância das formalidades e prazos acarretará a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

11.1.8. As disposições desta seção constituem o arcabouço normativo geral, detalhado nas seções subsequentes.

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

12.1. DOS PRESSUPOSTOS FORMAIS E TEMPORAIS DE APRESENTAÇÃO

12.1.1. A proposta de preços inicial deverá ser cadastrada no sistema eletrônico até a data e horário limites estabelecidos no preâmbulo deste edital, considerando-se o horário oficial de Brasília-DF.

12.1.2. O cadastramento da proposta dar-se-á mediante preenchimento dos campos no sistema eletrônico e carregamento (upload) dos anexos exigidos, em formato PDF, com tamanho máximo adequado por arquivo, vedada a compactação em formatos não usuais.

12.1.3. Incumbe exclusivamente ao licitante a gestão do tempo para cadastramento tempestivo da proposta.

12.2. DOS REQUISITOS MATERIAIS E CONSTITUIÇÃO DOCUMENTAL DA PROPOSTA INICIAL

12.2.1. A proposta inicial deverá contemplar, obrigatoriamente:

a) Preço global para execução integral do objeto, expresso em moeda corrente nacional (Real), em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, com duas casas decimais;

b) Prazo de execução dos serviços, não superior a 04 (quatro) meses;

c) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de sua apresentação;

d) Declaração expressa de ciência e concordância com todas as disposições do edital e seus anexos.

12.2.2. É vedada a inclusão, na proposta inicial e nos documentos que a integram (antes da fase de lances, se aplicável ao sistema), de informações que permitam identificar o licitante, sob pena de desclassificação.

12.3. Dos Anexos Obrigatórios da Proposta Inicial

12.3.1. Concomitantemente ao cadastramento da proposta inicial, o licitante procederá ao carregamento (upload) dos seguintes documentos complementares, devidamente assinados digitalmente com certificado digital padrão ICP-BRASIL pelo representante legal da empresa:

a) Carta de Apresentação da Proposta (conforme Modelo - Anexo III);

b) Declaração de Pleno Conhecimento e Aceitação dos Termos do Edital (conforme Modelo - Anexo IV);

c) Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação (conforme Modelo - Anexo IV);

d) Declaração de Atendimento à Reserva de Cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social (conforme Modelo - Anexo IV);

e) Declaração de Não Utilização de Trabalho Forçado ou Degradante e de Cumprimento da Proibição de Trabalho Infantil (Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor - Anexo IV);

f) Declaração da Integralidade dos Custos (Anexo IV);

g) Declaração do Regime Tributário (informando enquadramento fiscal, Simples Nacional, ME/EPP, etc.);

h) Declaração da equipe técnica disponível e inventário de veículos, equipamentos e ferramentas;

i) Declaração de Elaboração Independente de Proposta (Anexo V);

j) Planilha Orçamentária detalhada de todos os custos unitários e totais, elaborada em conformidade com o Termo de Referência e Memorial Descritivo (Anexo II - - Planilha Orçamentária]);

k) Composição de Preços Unitários de todos os itens da planilha orçamentária (Composição Analítica);

l) Cronograma Físico-Financeiro detalhado (Anexo II - Cronograma);

m) Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), detalhando os percentuais adotados (Anexo II - BDI);

n) Detalhamento dos Encargos Sociais incidentes sobre a mão de obra (Anexo II - Encargos Sociais);

o) Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total da sua proposta inicial, nas modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. O prazo de validade da garantia de proposta não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias. A devolução ocorrerá conforme art. 58, §2º da Lei 14.133/2021. A não apresentação ou recusa em assinar o contrato ensejará a execução da garantia.

p) Não será desclassificada a proposta cuja garantia seja inferior a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, desde que corresponda a 1% (um por cento) do valor global ofertado pelo licitante

12.3.1 A licitante deverá apresentar em conjunto com a proposta, sob pena de desclassificação, a Metodologia de Execução Detalhada, abrangendo todos os serviços para execução da objeto, em estrita conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

12.3.2. Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, assinados eletronicamente com certificado ICP-Brasil. A ausência ou desconformidade implicará desclassificação.

12.4. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A PROPOSTA INICIAL

12.4.1. A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições deste edital e conhecimento satisfatório de todas as informações.

12.4.2. Os valores da proposta devem contemplar todos os custos diretos e indiretos.

12.4.3. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

12.4.4. Os preços unitários ofertados deverão guardar compatibilidade com os preços praticados no mercado e com os parâmetros referenciais adotados pela Administração na elaboração do orçamento estimado, obtidos, conforme a natureza dos serviços, a partir das bases SINAPI-BA, referência 03/2026, não desonerado; ORSE-SE, referência 02/2026; e EMBASA, referência 06/2025, sem prejuízo das composições próprias constantes da documentação técnica da contratação. Os preços propostos serão analisados quanto à sua aceitabilidade e exequibilidade, observados os critérios estabelecidos neste Edital e na Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a contratação por preços superiores aos limites legalmente admissíveis.
12.4.5. A Administração poderá realizar inspeções para verificar a veracidade das informações declaradas sobre instalações e equipamentos.

13. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

13.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS À ANÁLISE DAS PROPOSTAS

13.1.1. Após a abertura das propostas iniciais recepcionadas eletronicamente pelo sistema, proceder-se-á à análise preliminar de conformidade formal e material, à luz dos requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório, observando-se o rito procedimental compatível com o modo de disputa fechado e aberto, em estrita observância às prescrições normativas do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.2. A análise das propostas terá como escopo verificar o atendimento às especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, contemplando não apenas a compatibilidade do preço global ofertado com o valor estimado para a contratação, mas também a adequação dos preços unitários, a viabilidade técnica da solução proposta e a conformidade com os requisitos formais e materiais discriminados no item 12 deste instrumento convocatório.

13.1.3. O julgamento técnico das propostas será realizado pelo Agente de Contratação, com o auxílio indispensável da equipe de apoio técnico da Prefeitura Municipal de Canarana/BA, mediante análise meticulosa de todos os elementos exigidos, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com o critério de julgamento estabelecido.

13.2. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.2.1. Serão desclassificadas, com fulcro no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, as propostas que:

a) Contiverem vícios insanáveis que comprometam a compreensão, a validade ou a viabilidade da proposta;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos, especialmente aquelas contidas no Termo de Referência e Memorial Descritivo;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanáveis;

f) Omitirem ou deixarem de apresentar qualquer um dos documentos elencados no item 12.3.1 deste Edital;

g) Contemplarem valores que não atendam aos pisos salariais estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria.

13.2.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

13.2.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 59, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. DA METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE

13.3.1. No caso da presente licitação, serão consideradas manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, as propostas cujos valores globais sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

13.3.2. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global.

13.3.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme detalhado no item 16.6 deste Edital.

13.4. DO PROCEDIMENTO PARA SUSPENSÃO DA SESSÃO E ANÁLISE TÉCNICA

13.4.1. Após a etapa competitiva e ordenação das propostas, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública para análise mais detalhada da proposta classificada em primeiro lugar, encaminhando-a à equipe técnica para avaliação.

13.4.2. A suspensão da sessão será formalizada em ata, com indicação da data e horário previstos para sua retomada.

13.4.3. A convocação para a sessão de retomada será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema eletrônico, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

13.4.4. Caso a proposta melhor classificada seja desclassificada, proceder-se-á à análise da proposta subsequente, observada a ordem de classificação.

13.5. Da Análise Técnica e Procedimentos Complementares

13.5.1. A análise técnica da proposta melhor classificada compreenderá a verificação da compatibilidade do preço global e unitários com o estimado, consistência dos quantitativos, composição de custos, BDI, encargos sociais e cronograma físico-financeiro.

13.5.2. Após a análise técnica, o setor técnico emitirá parecer fundamentado, indicando os motivos de aceitação ou rejeição da proposta.

13.5.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente.

13.5.4. O Agente de Contratação poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução processual.

13.5.5. As diligências serão lavradas em ata circunstanciada.

13.5.6. O cronograma físico financeiro deve ser elaborado de modo a seguir o estabelecido pelo município levando-se em consideração ao formato apresentado. De forma alguma o cronograma apresentado pelo licitante deve divergir do apresentado pelo município no que diz respeito ao modo estabelecido, ou seja, se exigido em mês, não pode ser apresentado em dias, e vice-versa, sob pena de desclassificação da proposta.

13.6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.6.1. A simples participação na licitação implica na aceitação integral das condições deste Edital.

13.6.2. O julgamento das propostas será realizado em observância ao disposto no art. 34, inciso §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.6.3. Verificada absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á por sorteio, em ato público.

13.6.4. O resultado da análise e julgamento das propostas constará em ata circunstanciada, disponibilizada no sistema eletrônico e no PNCP.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES QUANTO À FORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL

14.1.1. Os documentos comprobatórios dos requisitos de habilitação, conforme arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão apresentados exclusivamente pelo licitante declarado vencedor, após convocação. De forma facultativa poderá o licitante já anexá-los no momento que anexa a proposta de preço.

14.1.2. A documentação habilitatória poderá ser acostada aos autos em cópias autenticadas, cópias simples com apresentação dos originais para conferência, ou em formato eletrônico com certificação digital ICP-Brasil.

14.1.3. O prazo para apresentação dos documentos habilitatórios será definido pelo Agente de Contratação, poderá ser de até 02 (duas) horas podendo ser prorrogado por igual período em caso de impossibilidade técnica comprovada pelo licitante, ou verificada pelo administração pública..

14.1.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

14.2. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.2.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do proponente:

a) No caso de empresário individual: cédula de identidade e inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

b) No caso de sociedade empresária ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

d) No caso de microempreendedor individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI).

e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento.

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, e registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

14.2.2. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e comprovar que o ramo de atividade é compatível com o objeto.

14.2.3. A inobservância das exigências acarretará a inabilitação do licitante.

14.2.4. O Agente de Contratação poderá relevar falhas meramente formais.

14.3. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.3.1. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Registro ou inscrição da empresa licitante e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada, pertinente ao objeto da licitação.

b) Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, demonstrando Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa à execução de serviços de engenharia com características semelhantes ao objeto da licitação.

c) Comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, demonstrando a execução de serviços de engenharia com características semelhantes ao objeto da licitação.

d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior (Engenheiro Civil ou Arquiteto), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.

e) Declaração indicando o pessoal técnico, as instalações e o aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

f) Declaração formal dos profissionais indicados pelo licitante, com anuência expressa destes, manifestando disponibilidade para participar da execução dos serviços.

g) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações.

h) Relação explícita dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico.

14.3.2. A exigência de comprovação de experiência anterior referente às parcelas de maior relevância é fundamental para a adequada execução do objeto.

14.3.3. Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional será admitido o somatório de atestados, desde que cada atestado contemple execução mínima pertinentes ao objeto licitado.

14.3.4. Atestados de entidades estrangeiras devem ser traduzidos por tradutor juramentado.

14.3.5. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência de registro no CREA/CAU no momento da assinatura do contrato.

14.3.6. Os profissionais indicados deverão participar dos serviços, admitindo-se substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, com aprovação da Administração.

14.3.7. Em caso de atestado emitido em favor de consórcio, observar os §§10, 11 e 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

14.3.8. Não serão admitidos atestados de profissionais que tenham dado causa a sanções.

14.3.9. O edital poderá admitir, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto.

14.3.10. A inobservância das exigências de qualificação técnica acarretará a inabilitação.

14.4. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.4.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação da regularidade do licitante.

14.4.2. Para comprovação, o licitante deverá apresentar:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - CRF);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

h) Declaração de não emprego de menor em condição irregular.

14.4.3. As provas de regularidade poderão ser substituídas por certidão positiva com efeito de negativa.

14.4.4. As certidões terão validade conforme nelas consignado ou por 90 dias.

14.4.5. A habilitação fiscal, social e trabalhista deve ser comprovada individualmente.

14.4.6. Para ME/EPPs, aplica-se o tratamento diferenciado para regularização posterior.

14.4.7. Certificado de Registro Cadastral (CRC) poderá substituir documentos, se em vigor e contiver os documentos substituídos.

14.4.8. A consulta aos cadastros poderá ser realizada pelo Agente de Contratação.

14.4.9. A inobservância das exigências acarretará inabilitação, ressalvada diligência para sanar falhas.

14.5. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.5.1. A habilitação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação de:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, registrados ou submetidos ao SPED, com Certidão de Regularidade Profissional do contabilista;

b) Declaração, assinada por contador, atestando que o licitante atende aos seguintes índices econômicos (extraídos do último balanço):

b.1) Índice de Liquidez Geral (ILG) $\geq 1{,}00$;

b.2) Índice de Liquidez Corrente (ILC) $\geq 1{,}00$;

b.3) Índice de Solvência Geral (ISG) $\geq 1{,}00$;

b.4) Índice de Endividamento (IE) $\leq 0{,}50$ (ou outro valor definido pela Administração, com justificativa).

c) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

d) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira.

14.5.2. Os índices são necessários para demonstrar a capacidade financeira da licitante.

14.5.3. Limitação ao último exercício para empresas constituídas há menos de 2 anos.

14.5.4. Empresas constituídas no exercício em curso apresentarão balanço de abertura.

14.5.5. A avaliação dos balanços e demonstrações será conduzida com acuidade técnica.

14.5.6. A análise contábil avaliará a solidez e saúde financeira da empresa.

14.5.7. A inobservância das exigências acarretará inabilitação, ressalvadas diligências.

14.6. DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

14.6.1. Os licitantes deverão apresentar, concomitantemente aos documentos de habilitação, as seguintes declarações (anexo IV – modelos de declarações):

a) Declaração de plenos conhecimentos e integral aceitação dos termos do edital;

b) Declaração de que atende plenamente aos requisitos de habilitação;

c) Declaração formal e expressa de que cumpre as exigências legais concernentes à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

d) Declaração expressa e incondicional de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas;

e) Declaração de que tomou pleno conhecimento do local de execução dos serviços e das condições e peculiaridades inerentes;

f) Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

g) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos à habilitação;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil);

i) Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado.

14.6.2. A ausência de qualquer declaração ou sua apresentação em desconformidade acarretará a inabilitação.

14.6.3. Todas as declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da pessoa jurídica.

14.6.4. A Administração poderá promover diligências para comprovar a veracidade das declarações.

14.6.5. As declarações constituem documentos autônomos e inderrogáveis.

15. DA ABERTURA DA SESSÃO

15.1. DOS ATOS INAUGURAIS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

15.1.1. A sessão pública, em observância ao art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, dar-se-á mediante conexão remota na data e horário consignados no preâmbulo deste instrumento convocatório (Horário Oficial de Brasília/DF), operacionalizando-se por intermédio do sistema eletrônico https://www.bnc.org.br.
15.1.2. O ato inaugural do procedimento competitivo materializar-se-á com a abertura da sessão pelo Agente de Contratação, através do sistema eletrônico, franqueando aos interessados regularmente credenciados o acesso ao ambiente virtual.

15.1.3. Iniciada a sessão pública virtual, proceder-se-á à verificação da conformidade das propostas cadastradas, que permanecerão inacessíveis aos demais participantes e à Administração até a fase apropriada, conforme o modo de disputa fechado e aberto (art. 56, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022.)

15.2. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA

15.2.1. O acesso ao ambiente virtual dar-se-á mediante chave de identificação e senha privativa, obtidas no credenciamento. É ônus do interessado a observância das datas e horários, bem como a manutenção de equipamentos e conexão adequados.

15.2.2. A perda de conexão do Agente de Contratação com o sistema eletrônico antes da etapa de envio de lances acarretará a suspensão automática do certame, com retomada assim que restabelecida a conexão, registrando-se em ata.

15.2.3. Caso a desconexão do Agente de Contratação perdure por tempo superior a 60 (sessenta) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes, com designação de nova data e horário.

15.2.4. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

15.3. DA CONDUÇÃO PROCEDIMENTAL DO CERTAME

15.3.1. A condução da sessão pública incumbirá ao Agente de Contratação designado, assessorado pela equipe de apoio, observando os princípios legais.

15.3.2. Compete ao Agente de Contratação, entre outros: verificar a conformidade das propostas; dirigir a etapa competitiva; analisar a efetividade das propostas; realizar negociação; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas; adotar decisões quanto à aceitação da proposta

vencedora; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo à autoridade competente para adjudicação e homologação.

15.3.3. Constatada a prática de ato manifestamente protelatório, fraudulento ou atentatório à dignidade do certame, o Agente de Contratação poderá excluir o licitante do procedimento, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.3.4. A sessão pública poderá ser suspensa por decisão fundamentada do Agente de Contratação em caso de problema técnico ou caso fortuito.

15.4. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO E REGISTROS PROCEDIMENTAIS

15.4.1. Todos os atos praticados durante a sessão pública serão formalmente registrados em sistema eletrônico.

15.4.2. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública, consignando todos os fatos relevantes.

15.4.3. A ata da sessão pública será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema eletrônico.

16. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1. DOS PROCEDIMENTOS ATINENTES À ANÁLISE PRELIMINAR

16.1.1. Inaugurada a sessão pública e finalizado o prazo para recebimento das propostas, proceder-se-á à verificação preliminar das ofertas cadastradas.

16.1.2. A análise preliminar restringir-se-á à constatação da tempestividade e preservação do sigilo quanto à identidade dos proponentes (quando aplicável ao modo de disputa).

16.1.3. Será desclassificada, de plano, a proposta que permita a identificação do licitante antes da fase de disputa, se o modo de disputa assim o exigir.

16.1.4. Concluída a análise preliminar, o sistema eletrônico ordenará as propostas e informará aos licitantes a data e horário para início da fase de disputa de lances.

16.2. DA VERIFICAÇÃO SUBSTANCIAL DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

16.2.1. A análise técnica aprofundada das propostas (planilha orçamentária, composições de custos, cronograma, BDI) dar-se-á após a conclusão da fase de disputa, iniciando-se pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

16.2.2. O Agente de Contratação, com auxílio da equipe técnica de engenharia da Prefeitura Municipal de Canarana/BA, examinará a proposta do mais bem classificado, verificando sua aderência aos requisitos do item 12 e ao Termo de Referência e Memorial Descritivo.

16.2.3. A análise da proposta melhor classificada compreenderá: compatibilidade do preço global e unitários com o estimado; consistência dos quantitativos; composição de custos, BDI e encargos sociais; e compatibilidade do cronograma físico-financeiro.

16.3. DAS DILIGÊNCIAS PARA SANEAMENTO DE VÍCIOS FORMAIS

16.3.1. Constatados vícios formais sanáveis, o Agente de Contratação poderá realizar diligências para saneamento, desde que não comprometam a substância da proposta nem alterem seu valor global.

16.3.2. Consideram-se vícios sanáveis: erros de cálculo sanáveis; inconsistências não significativas entre planilhas; omissões ou contradições em documentos anexos complementares; ausência de assinatura em documento ou assinatura por pessoa sem legitimidade formalmente comprovada; outras impropriedades que não comprometam a seriedade da proposta.

16.3.3. As diligências para saneamento de vícios formais deverão ser respondidas no prazo de até 2 (duas) horas (ou outro prazo razoável definido pela Administração).
16.3.4. A formalização da diligência dar-se-á por mensagem no sistema eletrônico.

16.3.5. As informações complementares limitar-se-ão aos pontos questionados, vedada alteração substancial da proposta original.

16.4. DAS DILIGÊNCIAS PARA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE

16.4.1. Havendo indícios de inexequibilidade, ou necessidade de esclarecimentos sobre a viabilidade econômica, poderá ser efetuada diligência específica.

16.4.2. Serão consideradas presumivelmente inexequíveis propostas com valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.

16.4.3. O licitante deverá demonstrar a exequibilidade no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, por meios como: planilha detalhada de custos; comprovação de custos de insumos coerentes com o mercado; demonstração de coeficientes de produtividade compatíveis; comprovação de condições excepcionalmente favoráveis.

16.4.4. A diligência será instaurada por mensagem no sistema eletrônico.

16.4.5. A não demonstração da exequibilidade no prazo ou a inviabilidade econômica levará à desclassificação da oferta.

16.5. DAS CAUSAS DE DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.5.1. Serão desclassificadas as propostas que: contiverem vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas; apresentarem preços inexequíveis ou acima do orçamento estimado; não tiverem sua exequibilidade demonstrada; apresentarem desconformidade insanável com o edital; ou não atenderem aos pisos salariais.

16.5.2. Havendo desclassificação, examinar-se-á a proposta subsequente.

16.5.3. A desclassificação será fundamentada, registrada em ata e comunicada ao licitante.

16.6. DA GARANTIA ADICIONAL PARA PROPOSTAS COM VALORES REDUZIDOS

16.6.1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

16.6.2. A garantia adicional deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato.

16.6.3. A garantia adicional poderá ser prestada nas mesmas modalidades da garantia contratual ordinária.

17. DO MODO DE DISPUTA

17.1. DA DEFINIÇÃO E FUNDAMENTOS NORMATIVOS DO MODO DE DISPUTA ADOTADO

17.1.1. O procedimento licitatório adotará o modo de disputa FECHADO E ABERTO, conforme art. 56, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022.

17.1.2. A opção pelo modo de disputa fechado e aberto fundamenta-se na conjugação das vantagens de ambos os sistemas para obtenção da proposta mais vantajosa.

17.2. DA SISTEMÁTICA PROCEDIMENTAL DA ETAPA FECHADA

17.2.1. A etapa inicial caracteriza-se pela apresentação de propostas fechadas pelos licitantes via sistema eletrônico.

17.2.2. As propostas permanecerão em sigilo até o momento designado para abertura simultânea.

17.2.3. Findo o prazo, o sistema procederá à abertura automática e simultânea das propostas.

17.2.4. A classificação preliminar das propostas será automática pelo sistema (menor preço global).

17.2.5. O sistema selecionará para a etapa de lances as propostas classificadas até o limite de 3 (três) ofertas, e todas as empatadas nesta posição.

17.2.6. Com menos de 3 (três) propostas, todas as classificadas passarão à fase subsequente.

17.3. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA ETAPA ABERTA

17.3.1. A etapa competitiva de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, prorrogáveis automaticamente por 2 (dois) minutos caso haja lance nos últimos 2 (dois) minutos do período, e assim sucessivamente.

17.3.2. Durante a etapa competitiva, os licitantes selecionados poderão formular lances sucessivos, observando:

a) Lances com 2 (duas) casas decimais, representando decréscimo em relação ao menor lance anterior.

b) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro registrado.

c) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R$ 200,00 (duzentos reais).

d) O Agente de Contratação poderá excluir lance manifestamente inexequível.

e) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado.

f) Será admitido o envio de lances intermediários.

17.3.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, salvo motivo justificado e aceito.

17.4. DOS PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCONEXÃO

17.4.1. Desconexão do Agente de Contratação durante a etapa competitiva: o sistema permanecerá acessível. Ao retornar, o Agente dará prosseguimento, se a desconexão não exceder 60 minutos.

17.4.2. Se a desconexão do Agente de Contratação exceder 60 minutos, a sessão será suspensa e reiniciada após comunicação.

17.4.3. Desconexão de licitante não prejudicará a conclusão da sessão, desde que não inviabilize a participação ampla e isonômica.

17.5. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

17.5.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará as propostas em ordem crescente de valores.

17.5.2. A ordenação final considerará:

a) se houve participação ampla na fase de lances, o valor do último lance válido;

b) se não, o valor da proposta inicial (exceto para quem ofertou lances válidos).

17.5.3. Em caso de empate, aplicar-se-ão os critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

a) disputa final (nova proposta fechada);

b) avaliação do desempenho contratual prévio;
c) desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres;

d) desenvolvimento de programa de integridade;

e) sorteio.

17.5.4. Os critérios das alíneas "b", "c" e "d" do subitem anterior somente serão aplicados se o empate não for resolvido pela preferência de ME/EPP.

17.6. DOS PROCEDIMENTOS SUBSEQUENTES À CLASSIFICAÇÃO

17.6.1. Após a ordenação, o Agente de Contratação encaminhará contraproposta ao licitante mais bem classificado para obter melhor proposta, conforme art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

17.6.2. A negociação será pelo sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais.

17.6.3. Finalizada a negociação, o Agente examinará a proposta classificada em primeiro lugar.

17.6.4. Considerada aceitável, solicitará a documentação de habilitação.

18. DA FASE DE LANCES

18.1. DOS FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS REGENTES DA ETAPA COMPETITIVA

18.1.1. A fase de lances visa à obtenção da proposta mais vantajosa, em consonância com os imperativos da Lei nº 14.133/2021.

18.1.2. Orienta-se pela máxima competitividade.

18.2.3. Problemas técnicos no sistema eletrônico podem levar à suspensão da sessão.

18.3.4. Desconexão individual de licitante não ensejará suspensão da sessão.

19. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

19.1. Dos Fundamentos Jurídico-normativos e Critérios Objetivos de Julgamento

19.1.1. O julgamento observará os arts. 33 a 59 da Lei nº 14.133/2021, com critério de menor preço global.

19.1.2. Pautar-se-á pelo princípio do julgamento objetivo.

19.1.3. O Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou para esclarecimentos.

19.1.4. A diligência será formalizada via sistema, com prazo para resposta.

19.1.5. Não se admitirá juntada de documentos que deveriam constar originariamente da proposta, nem alteração substancial.

19.2. DA DECISÃO FINAL DE JULGAMENTO E ATOS SUBSEQUENTES

19.2.1. Findo o exame, o Agente de Contratação proferirá decisão fundamentada sobre aceitação ou rejeição da proposta.

19.2.2. Declarada aceita, convocará para habilitação.

19.2.3. Em caso de rejeição, convocará o subsequente.

19.2.4. Vícios sanáveis poderão ser objeto de diligência.

19.2.5. A decisão final será fundamentada.

20. DA NEGOCIAÇÃO E DO DESEMPATE

20.1. DOS PRESSUPOSTOS JURÍDICO-NORMATIVOS DA FASE NEGOCIAL

20.1.1. Após a classificação provisória, haverá negociação com o primeiro classificado para obter condições mais vantajosas (art. 61 da Lei nº 14.133/2021).

20.1.2. A negociação é poder-dever funcional.

20.1.3. O procedimento será público, permitindo acompanhamento pelos demais licitantes.

20.2. DA OPERACIONALIZAÇÃO PRÁTICA DA NEGOCIAÇÃO

20.2.1. O Agente de Contratação encaminhará contraproposta via sistema.

20.2.2. A contraproposta poderá visar: redução do preço global; melhorias nas condições de execução; antecipação de prazos; outras condições benéficas.

20.2.3. A recusa em negociar não implica desclassificação automática, salvo se o preço final permanecer superior ao estimado.

20.2.4. Prazo para resposta à contraproposta: 2 (duas) horas (ou outro definido).

20.2.5. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, se o primeiro for desclassificado.

21. DA ANÁLISE DE EFETIVIDADE DA PROPOSTA

21.1. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA ANÁLISE DE EFETIVIDADE

21.1.1. A análise de efetividade da proposta visa verificar a compatibilidade da oferta com os parâmetros legais e editalícios, assegurando a plausibilidade executória, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

21.1.2. Constitui ato vinculado quanto à realização e discricionário quanto ao conteúdo material.

21.1.3. Pressupõe a conjunção de adequabilidade formal, viabilidade técnica, exequibilidade econômico-financeira e conformidade jurídica.

21.2. DOS PRESSUPOSTOS TÉCNICO-MATERIAIS DA ANÁLISE DE EFETIVIDADE

21.2.1. A análise de efetividade compreenderá:

a) Adequação técnica da solução proposta às especificações do Termo de Referência e Memorial Descritivo;

b) Compatibilidade do preço global ofertado com o valor referencial estimado;

c) Conformidade dos preços unitários propostos com os valores paradigmáticos;

d) Exequibilidade econômico-financeira da proposta (considerando o limite de 75% do valor orçado);

e) Consistência das planilhas orçamentárias, composições de custos e cronograma;

f) Atendimento aos pisos salariais e encargos sociais;

g) Conformidade com as exigências formais e materiais do item 12.

21.3. DA OPERACIONALIZAÇÃO PROCEDIMENTAL DA ANÁLISE DE EFETIVIDADE

21.3.1. O procedimento ocorrerá após a fase de negociação, com análise técnica detalhada.

21.3.2. A sessão poderá ser suspensa para análise.

21.3.3. Diligências poderão ser realizadas para aferir exequibilidade ou obter esclarecimentos.

21.3.4. Em caso de indícios de inexequibilidade, o licitante deverá demonstrar a viabilidade da oferta.

21.3.5. Propostas com valores incompatíveis com custos trabalhistas e encargos sociais serão consideradas inexequíveis.

21.4. DA CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE EFETIVIDADE E PROCEDIMENTOS SUBSEQUENTES

21.4.1. Concluída a análise, será emitido parecer fundamentado.

21.4.2. Em caso de efetividade, convoca-se para habilitação.

21.4.3. Em caso de inefetividade, desclassifica-se a proposta e analisa-se a subsequente.

21.4.4. A decisão será registrada e comunicada, assegurado o contraditório e ampla defesa.

21.4.5. A declaração de proposta vencedora provisória não implica direito à adjudicação automática.

22. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

22.1. DOS ASPECTOS PRELIMINARES E FUNDAMENTOS JURÍDICO-NORMATIVOS

22.1.1. A análise dos documentos habilitatórios é ato vinculado, verificando o atendimento aos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e ao item 14 deste Edital.

22.1.2. O exame visa aferir a aptidão jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

22.1.3. A decisão observará os princípios da legalidade, vinculação ao edital, julgamento objetivo e devido processo legal.

22.2. DO ITER PROCEDIMENTAL PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

22.2.1. Após a declaração de efetividade da proposta, o licitante será convocado para apresentar os documentos de habilitação no prazo estipulado (conforme item 14.1.3).

22.2.2. Os documentos serão analisados pelo Agente de Contratação e equipe de apoio.

22.2.3. A análise seguirá as categorias documentais do item 14 (jurídica, técnica, fiscal/social/trabalhista, econômico-financeira e declarações).

22.2.4. Será elaborado relatório circunstanciado da análise.

22.3. DAS DILIGÊNCIAS PARA VERIFICAÇÃO HABILITATÓRIA

22.3.1. Poderão ser promovidas diligências para esclarecer, complementar ou confirmar informações, ou sanar erros formais.

22.3.2. Diligências não permitem inclusão de documentos que deveriam constar originariamente, salvo para ME/EPP quanto à regularidade fiscal/trabalhista.

22.3.3. Diligências serão formalizadas via sistema com prazo para resposta.

22.3.4. Respostas e documentos de diligências integrarão o processo.

22.4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

22.4.1. ME/EPPs poderão regularizar documentação fiscal e trabalhista tardiamente.

22.4.2. Prazo de 5 (cinco) dias úteis (prorrogável) para regularização, após declaração de vencedor.

22.4.3. O benefício pressupõe apresentação tempestiva de todos os documentos, mesmo com restrição.

22.4.4. A não regularização no prazo implica decadência do direito à contratação.

22.5. DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA HABILITAÇÃO E DA INABILITAÇÃO

22.5.1. Concluída a análise, o Agente de Contratação proferirá decisão fundamentada.

22.5.2. Em caso de habilitação, encerra-se a fase e prossegue-se para adjudicação/homologação.

22.5.3. Em caso de inabilitação, a decisão será motivada e comunicada ao licitante.

22.5.4. A inabilitação implica preclusão do direito à adjudicação, salvo recurso.

22.5.5. Ocorrendo inabilitação, analisa-se a proposta e habilitação do licitante subsequente.

22.6. DO PROCESSAMENTO DAS INIDONEIDADES SUPERVENIENTES

22.6.1. Fato superveniente que desabone a idoneidade ou capacidade do habilitado pode invalidar a habilitação ou revogar a adjudicação.

22.6.2. Abertura de procedimento para apuração não suspende automaticamente a licitação.

22.6.3. Superveniência de fatos impeditivos pode levar à anulação dos atos.

23. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

23.1. DO PRAZO E FORMALIDADES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

23.1.1. O licitante declarado vencedor (após lances, negociação e habilitação) deverá apresentar sua proposta final adequada ao último lance ofertado, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação que poderá ser de até 72 horas, sob pena de desclassificação.

23.1.2. A proposta vencedora vincula o proponente às condições ofertadas.

23.1.3. Deverá ser apresentada em formato digital com assinatura eletrônica qualificada (ICP-Brasil).

23.2. DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PROPOSTA VENCEDORA

23.2.1. A proposta vencedora deverá conter, no mínimo:

a) Carta de Apresentação da Proposta Vencedora (reafirmando preço global, prazo de execução e validade);

b) Planilha Orçamentária adequada ao valor final;

c) Composição de Preços Unitários ajustada;

d) Cronograma Físico-Financeiro ajustado;

e) Composição do BDI (confirmando o percentual ofertado);

f) Detalhamento dos Encargos Sociais (confirmando o percentual ofertado).

23.3. DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS INTEGRANTES DA PROPOSTA VENCEDORA

23.3.1. A proposta vencedora deverá ser acompanhada das declarações já exigidas no item 12.3.1, devidamente atualizadas se necessário, e quaisquer outras que se façam pertinentes à fase final.

23.4. DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

23.4.1. A proposta vencedora será analisada quanto à sua conformidade formal e material.

23.4.2. Erros materiais ou inconsistências formais que não alterem o valor global poderão ser saneados por diligência.

23.4.3. Correções serão feitas mediante apresentação de nova documentação digital.

23.4.4. A não apresentação ou desconformidade insanável levará à desclassificação.

23.5. DOS EFEITOS JURÍDICOS DA PROPOSTA VENCEDORA

23.5.1. A proposta vencedora integra o futuro contrato.

23.5.2. O descumprimento das condições da proposta vencedora na execução caracteriza inadimplemento.

23.5.3. A apresentação da proposta vencedora implica aceitação plena do edital e vincula o proponente.

24. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

24.1. DA NATUREZA JURÍDICA E PRESSUPOSTOS RECURSAIS

24.1.1. O recurso administrativo, conforme art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, é o instrumento para manifestar inconformismo contra decisões administrativas no processo licitatório, fundamentado no direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, CF).

24.1.2. A admissibilidade do recurso requer: legitimidade e interesse recursal, tempestividade, regularidade formal, fundamentação fático-jurídica e pedido de reforma ou invalidação do ato.

24.1.3. São decisões recorríveis:

a) Habilitação ou inabilitação de licitante;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de anulação ou revogação da licitação;

d) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral da Administração.

24.2. DOS ASPECTOS PROCEDIMENTAIS E PRAZOS RECURSAIS

24.2.1. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior. Esta terá 10 (dez) dias úteis para decisão.

24.2.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, durante a sessão pública, após o Agente de Contratação declarar o vencedor do certame. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

24.2.3. A manifestação de intenção de recurso deverá ser registrada no sistema eletrônico, indicando contra qual decisão o licitante deseja recorrer e os respectivos fundamentos. O Agente de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a motivadamente.

24.2.4. O prazo para contrarrazões é de 3 (três) dias úteis da intimação ou divulgação da interposição do recurso.

24.2.5. O recurso deve ser escrito, fundamentado, com pedido claro, e apresentado exclusivamente por meio eletrônico, no campo próprio do sistema.

24.2.6. O recurso terá efeito suspensivo, podendo o recorrente solicitar a sua concessão se não for automático, demonstrando *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, a ser apreciado em 5 (cinco) dias úteis (art. 168 da Lei nº 14.133/2021).

24.2.8. Se concedido efeito suspensivo, o procedimento aguardará o julgamento do recurso.

24.2.9. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes para impugnação em 3 (três) dias úteis.

24.3. DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO E DA APRECIAÇÃO RECURSAL PELA AUTORIDADE SUPERIOR

24.3.1. Recebido o recurso, o agente de contratação realizará juízo de retratação em 3 (três) dias úteis.

24.3.2. Mantida a decisão, remeterá à autoridade superior com informações e manifestação.

24.3.3. A autoridade superior examinará a matéria de forma holística, podendo conhecer de questões não suscitadas.

24.3.4. A decisão final será proferida em 10 (dez) dias úteis e conterá: relatório, fundamentação jurídica, dispositivo decisório, indicação dos fundamentos e data/assinatura.

24.4. DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO JULGAMENTO RECURSAL

24.4.1. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

24.4.2. O não conhecimento ou desprovimento do recurso implicará prosseguimento do certame.

24.4.3. A decisão recursal é terminativa na esfera administrativa, ressalvada a competência revisional da autoridade máxima.

24.4.4. É vedada a interposição de recurso hierárquico contra a decisão da autoridade superior.

24.5. DOS ASPECTOS INCIDENTAIS E COMPLEMENTARES

24.5.1. Recurso em desacordo com o edital não será conhecido.

24.5.2. Acolhimento de recurso não implica necessariamente invalidação integral do procedimento.

24.5.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, em dias de expediente normal.

24.5.4. Prazos podem ser dilatados até o dobro, por interesse público ou caso fortuito/força maior.

24.5.5. Ausência de recurso leva à adjudicação e homologação.

25. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

25.1. DA DEFINIÇÃO E PROCEDIMENTOS:

25.1.1. Finalizado o procedimento licitatório, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor pelo Agente de Contratação (após recursos) ou pela autoridade competente, conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

25.1.2. A homologação do resultado somente se efetivará após a adjudicação e análise da regularidade dos atos.

25.2. DOS EFEITOS JURÍDICOS:

25.2.1. A adjudicação e homologação não criam, por si sós, relação obrigacional, formalizada apenas com a assinatura do contrato.

25.2.2. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato.

25.3. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉ-CONTRATUAIS:

25.3.1. Previamente à homologação, a autoridade competente poderá: determinar saneamento de irregularidades; anular o procedimento por vício insanável; revogar por conveniência e oportunidade; ou solicitar diligências.

25.3.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato implicará perda do direito à contratação e sanções.

25.4. DA FORMALIZAÇÃO COMPLEMENTAR:

25.4.1. Homologada a licitação, a contratação será formalizada mediante celebração do instrumento contratual (conforme Minuta - Anexo VI), observadas as condições do edital e proposta.

26. DA CONVOCAÇÃO E DA ASSINATURA DO CONTRATO

26.1. DOS PROCEDIMENTOS PRELIMINARES:

26.1.1. A Administração convocará o licitante vencedor para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação e sanções.

26.1.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, CEIS, CNEP e demais cadastros.

26.1.3. Em caso de irregularidade, o licitante será notificado para regularização em 03 (três) dias úteis.

26.2. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

26.2.1. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a pedido justificado.

26.2.2. O contrato será assinado preferencialmente em meio eletrônico ou presencialmente, juntando-se: procuração (se aplicável); comprovante da garantia contratual; ART/RRT do objeto.

26.2.3. Se o convocado não assinar, a Administração poderá: convocar os remanescentes ou revogar a licitação.

26.3. DAS CONSEQUÊNCIAS DA RECUSA NA ASSINATURA:

26.3.1. A recusa injustificada sujeita o adjudicatário a: multa de 10% do valor da contratação; impedimento de licitar e contratar com o Município da Canarana de até 3 anos; e outras sanções cabíveis.

26.4. DA CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTES:

26.4.1. Se nenhum licitante aceitar, a Administração poderá: convocar os remanescentes para negociação ou adjudicar nas condições ofertadas pelos remanescentes.

26.4.2. Sanções por recusa não se aplicam aos remanescentes que não aceitarem a convocação para negociação.

26.5. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES:

26.5.1. O contrato mencionará as partes, finalidade, ato autorizativo, número do processo e sujeição às normas e cláusulas.

26.5.2. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação, os licitantes ficam liberados dos compromissos.

26.5.3. Integram o contrato o Edital, anexos e proposta vencedora.

27. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

27.1. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

27.1.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com prazo de execução dos serviços de 04 (quatro) meses, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

27.1.2. A eficácia do contrato condiciona-se à publicação de seu extrato no PNCP e no Diário Oficial do Município da Canarana.

27.1.3. O prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência.

27.2. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

27.2.1. Os prazos poderão ser prorrogados, mediante termo aditivo e justificativa, nas hipóteses do art. 111 da Lei nº 14.133/2021 (alterações de projeto, fato excepcional, interrupção por ordem da Administração, aumento de quantidades, impedimento por fato de terceiro, omissão ou atraso da Administração).

27.2.2. Pleito de prorrogação deve ser protocolado com antecedência de 30 dias, salvo caso fortuito/força maior nos 10 dias da ocorrência.
27.2.3. Apreciação pela autoridade competente, após manifestação técnica.

27.3. Dos Requisitos Formais para Prorrogação:

27.3.1. Requisitos: interesse público; manutenção das condições de habilitação; manifestação da Contratada ou requerimento; inexistência de sanção impeditiva; cronograma atualizado; manutenção do equilíbrio econômico-financeiro; aprovação da assessoria jurídica.

27.3.2. Prorrogação formalizada por termo aditivo.

27.4. DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS:

27.4.1. Prorrogação não exime de penalidades por atrasos anteriores injustificados.

27.4.2. Extrapolação injustificada dos prazos ensejará sanções.

27.4.3. Pedidos de prorrogação protelatórios serão indeferidos.

28. DAS CLÁUSULAS DE REAJUSTAMENTO

28.1. DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS:

28.1.1. O reajustamento de preços visa à preservação do valor real da contraprestação, não se aplicando a Atas de Registro de Preços.

28.1.2. Aplicável após 12 (doze) meses da data-base do orçamento, com periodicidade anual (Lei nº 10.192/2001 e art. 124, II, Lei nº 14.133/2021).

28.1.3. Se a vigência inicial for inferior a 12 meses, o reajuste só caberá em caso de prorrogação que ultrapasse este marco, mediante requerimento.

28.2. DOS ÍNDICES APLICÁVEIS E FÓRMULA DE CÁLCULO:

28.2.1. O índice de reajuste será o SINAPI específico para o setor ou um índice geral da construção civil como o INCC, a ser definido pela Administração da Canarana. Em caso de descontinuidade, será utilizado índice substituto.

28.2.2. Fórmula: R = V x [(I - Io) / Io], onde: R = valor do reajuste; V = valor contratual da parcela a reajustar; Io = índice inicial (data-base do orçamento); I = índice na data do reajustamento (mês de aniversário de 12 meses da data-base).

28.2.3. Aplicação sobre parcelas não executadas, vedado reajuste retroativo sobre o já executado.

28.3. Dos Procedimentos para Concessão do Reajustamento:

28.3.1. Requerimento formal do contratado em até 60 dias após o implemento da condição temporal, sob pena de preclusão.

28.3.2. Instrução do pleito com: memória de cálculo; comprovação de execução regular; demonstração da variação de custos (se aplicável para revisão, não para reajuste por índice); declaração de ciência da necessidade de adequação do cronograma.

28.3.3. Metodologia para apuração dos índices:
I. (data-base do orçamento);
II. (mês de aniversário de 12 meses da data-base);
III. uso de índices definitivos.

28.4. DA FORMALIZAÇÃO DO REAJUSTAMENTO:

28.4.1. Formalizado por apostilamento (art. 136, I, Lei nº 14.133/2021).

28.4.2. Concessão condicionada à análise e aprovação da autoridade competente.

28.4.3. Efeitos financeiros a partir do implemento do direito ou do protocolo do pedido, se posterior.

29. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES, E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

29.1. DAS ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS POR ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

29.1.1. A Contratada obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato (art. 125, Lei nº 14.133/2021).

29.1.2. Supressões por acordo podem exceder 25% (art. 125, §1º).

29.1.3. O conjunto de acréscimos e supressões será calculado individualmente sobre o valor inicial atualizado.

29.1.4. Alterações formalizadas por termo aditivo, salvo apostilamento (art. 136).

29.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

29.2.1. Visa preservar a equivalência material das prestações, recompondo preços devido a eventos extraordinários e imprevisíveis (art. 124, II, 'd', Lei nº 14.133/2021).

29.2.2. Caracteriza-se por: evento extraordinário, superveniente, externo à vontade das partes; imprevisibilidade ou previsibilidade com consequências incalculáveis; não enquadramento em caso fortuito/força maior alocado ao particular; álea econômica extraordinária; nexo causal com oneração excessiva; impossibilidade de cumprimento nas condições originais.

29.2.3. Hipóteses: fato do príncipe; fato da administração; teoria da imprevisão; caso fortuito/força maior (se não alocado ao contratado); criação/modificação de tributos ou encargos legais com repercussão nos preços.

29.3. DOS PROCEDIMENTOS PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

29.3.1. Solicitação formal pela parte interessada, com descrição do desequilíbrio, impacto financeiro e documentação probatória (planilha comparativa, comprovação do evento, notas fiscais/cotações, memória de cálculo, contratos similares, declaração de manutenção dos demais custos).

29.3.2. Apreciação pela autoridade competente em até 60 dias, após manifestações técnica e jurídica.

29.3.3. Deferimento formalizado por termo aditivo, com adequação orçamentária. Vedados efeitos financeiros retroativos ao reconhecimento do desequilíbrio.

29.3.4. Recomposição alcançará exclusivamente componentes de custos afetados.

29.4. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES:

29.4.1. Diferença percentual entre valor do contrato e preço de referência não pode ser reduzida em favor do contratado por aditivos que modifiquem planilha, salvo para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro.

29.4.2. Distribuição de riscos conforme art. 103 da Lei nº 14.133/2021 e Matriz de Riscos.

29.4.3. Solicitações protelatórias ou infundadas serão indeferidas.

30. DAS CLÁUSULAS DE SUSTENTABILIDADE

30.1. Disposições Gerais

30.1.1. A execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade compatíveis com a natureza e o porte da intervenção, visando à utilização racional dos recursos naturais, à redução dos impactos ambientais, à prevenção da poluição e à adequada gestão

dos resíduos gerados, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei nº 12.305/2010, a Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas aplicáveis.

30.1.2. A Contratada deverá adotar práticas ambientalmente adequadas durante a execução dos serviços, sem prejuízo da qualidade, segurança, desempenho e durabilidade exigidos nos projetos, especificações e demais documentos técnicos da contratação.

30.1.3. Sempre que tecnicamente aplicável e compatível com as especificações do objeto, deverão ser adotadas medidas destinadas à redução do desperdício de materiais, ao uso racional de água e energia e à adequada utilização dos recursos empregados na execução.

30.2. Gestão dos Resíduos da Construção Civil

30.2.1. Os resíduos provenientes das retiradas, desmontagens, demolições, substituições e demais atividades executadas deverão ser identificados, segregados, acondicionados, armazenados temporariamente, removidos, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, observadas a natureza dos resíduos, a legislação aplicável e as orientações da fiscalização.

30.2.2. A Contratada deverá adotar procedimentos de gerenciamento dos resíduos gerados durante a execução, contemplando, conforme aplicável:

a) identificação e segregação dos resíduos;

b) acondicionamento e armazenamento temporário adequados;

c) remoção e transporte em condições que evitem dispersão de poeira, materiais ou resíduos;

d) reutilização, recuperação ou reciclagem, quando tecnicamente viáveis e admitidas pela legislação;

e) destinação final ambientalmente adequada, mediante utilização de transportadores e áreas de destinação devidamente autorizados, quando exigível.

30.2.3. A Contratada deverá manter disponíveis e apresentar à fiscalização, quando solicitados, os documentos comprobatórios relativos ao transporte e à destinação dos resíduos, quando exigíveis pela legislação aplicável.

30.2.4. Não será permitido o acúmulo desnecessário de resíduos nas áreas de trabalho, circulação ou atendimento da unidade hospitalar, devendo sua retirada ser realizada de forma compatível com o funcionamento do Hospital Municipal.

30.3. Uso Eficiente de Recursos

30.3.1. Durante a execução deverão ser adotadas medidas razoáveis destinadas à redução do consumo desnecessário de água, energia elétrica, combustíveis e demais insumos empregados na obra.

30.3.2. Os materiais deverão ser armazenados e manuseados de maneira adequada, com adoção de procedimentos destinados à prevenção de perdas, deterioração e desperdícios.

30.3.3. Os equipamentos e ferramentas utilizados deverão ser mantidos em condições adequadas de funcionamento e manutenção, de modo a evitar emissões, vazamentos, consumo excessivo de combustível e níveis de ruído incompatíveis com a natureza dos serviços e com o ambiente hospitalar.

30.4. Materiais Empregados

30.4.1. Os materiais utilizados deverão atender integralmente às especificações constantes dos projetos, Memorial Descritivo e demais peças técnicas, bem como às normas técnicas e à legislação aplicável.

30.4.2. Quando empregados produtos ou materiais de origem florestal sujeitos a controle ambiental, a Contratada deverá assegurar sua procedência legal e apresentar a respectiva documentação comprobatória quando legalmente exigível ou solicitada pela fiscalização.
30.4.3. A adoção de materiais com características ambientais diferenciadas não autorizará a substituição unilateral dos materiais especificados nas peças técnicas, devendo qualquer alteração observar os procedimentos e autorizações previstos na contratação.

30.5. Logística Reversa e Resíduos Sujeitos a Destinação Específica

30.5.1. A Contratada deverá observar os sistemas de logística reversa e demais procedimentos específicos de destinação previstos na legislação para os produtos e resíduos utilizados ou gerados na execução do objeto, quando aplicáveis.

30.5.2. As embalagens, lâmpadas, pilhas, baterias, equipamentos eletroeletrônicos e demais materiais sujeitos a sistema específico de coleta, logística reversa ou destinação ambientalmente adequada deverão receber o tratamento previsto na legislação pertinente.

30.5.3. A comprovação da destinação ambientalmente adequada deverá ser apresentada à fiscalização quando exigível ou por ela solicitada.

30.6. Controle Ambiental da Execução

30.6.1. Durante a execução dos serviços deverão ser adotadas medidas de prevenção e mitigação dos impactos ambientais decorrentes da obra, especialmente:

a) controle da geração e dispersão de poeira;

b) controle de ruídos decorrentes dos serviços e equipamentos;

c) prevenção de vazamentos e da contaminação do solo e das redes de drenagem;

d) proteção das áreas adjacentes aos locais de intervenção;

e) manutenção da limpeza e organização das frentes de trabalho;

f) acondicionamento e retirada adequada dos resíduos;

g) adoção de cuidados especiais para evitar que poeira, resíduos, materiais ou demais interferências decorrentes da obra atinjam os ambientes hospitalares em funcionamento.

30.6.2. As medidas previstas neste tópico deverão ser compatibilizadas com as condições específicas de execução em unidade hospitalar, especialmente quanto ao isolamento das áreas de intervenção, limpeza, circulação de pessoas e materiais e preservação das condições de funcionamento dos setores não abrangidos pelos serviços.

30.7. Fiscalização

30.7.1. O cumprimento das obrigações ambientais será acompanhado pela fiscalização do contrato, que poderá solicitar os documentos e registros necessários à comprovação do atendimento às exigências previstas neste Edital, no Projeto Básico, no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

30.7.2. As condições ambientais relacionadas diretamente à execução do objeto serão verificadas por ocasião das medições e dos procedimentos de recebimento, especialmente quanto à limpeza das áreas, retirada dos resíduos, destinação dos materiais removidos e correção de eventuais impactos decorrentes da execução.

30.8. Descumprimento

30.8.1. O descumprimento das obrigações ambientais previstas neste Edital, no Projeto Básico, no Termo de Referência, no contrato ou na legislação aplicável sujeitará a Contratada, observado o devido processo administrativo, às medidas e sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, sem prejuízo da obrigação de corrigir as irregularidades e reparar os danos que lhe sejam imputáveis.

30.8.2. Constatada irregularidade ambiental relacionada à execução do objeto, a fiscalização determinará a adoção das providências necessárias à sua correção, podendo estabelecer prazo compatível para saneamento, sem prejuízo das demais medidas administrativas e contratuais cabíveis.

31. DA GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO

31.1. Das Disposições Gerais e Fundamentos Legais:

31.1.1. Gestão e fiscalização exercidas por representantes da Administração (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

31.1.2. Designação formal dos agentes, publicada antes da ordem de serviço.

31.1.3. Agentes de fiscalização atuarão com autonomia técnico-funcional.

31.2. Da Designação dos Agentes de Fiscalização:

31.2.1. Equipe composta por: Gestor do Contrato; Fiscal Técnico (Engenheiro Civil/Arquiteto da Prefeitura da Canarana); Fiscal Administrativo.

31.2.2. Agentes devem preencher requisitos de qualificação e experiência. Possibilidade de substitutos.

31.2.3. Administração poderá designar equipe de apoio à fiscalização.

31.3. Das Atribuições do Gestor do Contrato:

31.3.1. Coordenar fiscalização; promover interlocução com a Contratada; gerenciar riscos; analisar pleitos (alterações, prorrogações, reequilíbrio); instruir processos sancionatórios; coordenar atos para modificação ou extinção do contrato; elaborar relatórios gerenciais; verificar manutenção das condições de habilitação.

31.4. Das Atribuições do Fiscal Técnico:

31.4.1. Acompanhar execução física dos serviços de manutenção; realizar medições; verificar qualidade de materiais e serviços; registrar ocorrências no diário de obras; determinar correções; realizar controle tecnológico (se aplicável); verificar cronograma; participar dos recebimentos.

31.5. Das Atribuições do Fiscal Administrativo:

31.5.1. Verificar conformidade da prestação dos serviços e alocação de recursos; acompanhar cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais; conferir documentação para pagamento; controlar prazos e vigência; verificar garantias; instruir processos administrativos; subsidiar gestor na aplicação de sanções.

31.6. Dos Mecanismos e Procedimentos de Fiscalização:

31.6.1. Instrumentos: Diário de Obras; reuniões periódicas (mínimo mensal); relatórios fotográficos; inspeções técnicas (mínimo semanal); verificações documentais (mínimo mensal); checklists de conformidade; análise de ensaios (se aplicável).

31.6.2. Constatadas irregularidades, notificar formalmente a Contratada para regularização.

31.6.3. Persistindo irregularidade, comunicar ao gestor para providências, inclusive sanções.

31.7. Do Recebimento do Objeto (execução da obra objeto da presente licitação):

31.7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal técnico, mediante termo circunstanciado, em até 15 dias da comunicação de conclusão de cada etapa ou Ordem de Serviço específica.

31.7.2. O recebimento provisório envolverá vistoria minuciosa dos serviços executados.

31.7.3. O recebimento definitivo será por servidor ou comissão designada, após prazo de observação ou vistoria (até 90 dias do recebimento provisório), conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

31.7.4. A Contratada é obrigada a reparar vícios e defeitos (art. 119).

31.7.5. Recebimento não exclui responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços.

31.8. Das Responsabilidades e Prerrogativas:

31.8.1. Fiscalização não exclui nem reduz responsabilidade da Contratada.

31.8.2. Fiscalização atuará de forma preventiva, rotineira e sistemática.

31.8.3. Prerrogativas dos fiscais: determinar retirada de empregados inadequados; sustar serviços em desacordo; ordenar suspensão dos serviços; solicitar ensaios adicionais; recusar materiais/serviços.

31.8.4. Desatendimento às determinações ensejará sanções.

32. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

32.1. Das Disposições Preliminares:

32.1.1. Medições e pagamentos sob regime de empreitada por preço unitário (art. 46, I).

32.1.2. Observância do cronograma físico-financeiro.

32.1.3. Aferição quantitativa e qualitativa conforme planilha orçamentária e especificações.

32.2. Da Periodicidade e Processamento das Medições:

32.2.1. Medições mensais dos serviços efetivamente executados.

32.2.2. Procedimento bifásico:

a) aferição preliminar pela Contratada (até o 5º dia útil do mês subsequente) com planilha, memória de cálculo, relatório fotográfico;

b) aferição confirmatória pela fiscalização com verificação in loco e elaboração de planilha oficial.

32.2.3. Divergências: prevalecem quantitativos da fiscalização, facultada contestação fundamentada.

32.2.4. Fiscal técnico emitirá planilha oficial em até 5 dias úteis para emissão da nota fiscal.

32.3. Da Documentação Exigível para Liquidação e Pagamento:

32.3.1. Nota fiscal/fatura acompanhada de: cópia da GFIP e relação SEFIP específica da obra/contrato de manutenção; cópia da GPS quitada; certidões de regularidade fiscal e trabalhista (Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, CNDT); declaração de cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias com comprovantes de pagamento de salários do mês anterior; diário de obras assinado.

32.3.2. Erro ou incompletude na documentação suspende o prazo de pagamento.

32.4. Dos Prazos para Processamento do Pagamento:

32.4.1. Pagamento em até 30 dias da apresentação da documentação completa, observada a ordem cronológica (art. 141 da Lei nº 14.133/2021).

32.4.2. Pagamento condicionado ao "ateste" do servidor competente.

32.4.3. Erro na documentação ou pendência financeira (multa, inadimplência) sobresta o pagamento.

32.5. Das Retenções e Glosas:

32.5.1. Retenções tributárias conforme legislação (IR, CSLL, PIS, COFINS, ISSQN, INSS).

32.5.2. Optantes pelo Simples Nacional: não sofrerão retenção dos tributos abrangidos, mediante comprovação.

32.5.3. Glosa ou retenção por: inexecução parcial ou em desacordo; não comprovação de obrigações trabalhistas/fiscais; danos à Administração/terceiros; multas.

32.5.4. Atrasos de pagamento por culpa exclusiva da Administração: valor acrescido de atualização financeira (Taxa SELIC ou IPCA-E + 0,5% a.m. pro rata die). Fórmula: EM = N x VP x I.

32.6. Da Medição Final e Encerramento Contratual:

32.6.1. Medição final após conclusão total do objeto, com verificação minuciosa.

32.6.2. Pagamento final condicionado ao cumprimento integral das obrigações.

32.6.3. Documentos para pagamento final: "*as built*" (se aplicável à natureza da manutenção), comprovantes de desmobilização (se aplicável), CND federal, CND previdenciária da matrícula CEI (se obra específica), CRF/FGTS, comprovante de quitação de verbas rescisórias (se aplicável), garantias de equipamentos (se aplicável), ART/RRT de execução.

32.7. Disposições Complementares:

32.7.1. Possibilidade de remuneração variável vinculada a desempenho, metas, qualidade, sustentabilidade (art. 144).

32.7.2. Vedada antecipação de pagamento, salvo exceções do art. 145 da Lei 14.133/2021.

32.7.3. Remuneração adstrita às unidades efetivamente executadas.

32.7.4. Documentos fiscais emitidos conforme legislação, com CNPJ do contrato.

32.7.5. Fiscalização pode solicitar documentação complementar.

33. DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE DESEMPENHO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

33.1. Disposições Gerais
33.1.1. A execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, será acompanhada pela fiscalização do Contrato mediante critérios objetivos destinados a verificar a conformidade técnica dos serviços, o cumprimento dos prazos, a qualidade dos materiais empregados, as condições de segurança, o atendimento às obrigações ambientais e a adequada execução do objeto.

33.1.2. Os níveis mínimos de desempenho constituem parâmetros para acompanhamento e avaliação da execução contratual, não substituindo as demais obrigações assumidas pela Contratada no Edital, no Contrato, no Projeto Básico, no Termo de Referência, no Memorial Descritivo, nos projetos e nas demais peças técnicas integrantes da contratação.

33.1.3. A avaliação será realizada durante a execução da obra, conforme a natureza de cada serviço, mediante inspeções, medições, registros no Diário de Obra, registros fotográficos, verificações documentais, testes, ensaios quando tecnicamente aplicáveis e demais instrumentos necessários ao exercício da fiscalização.

33.2. Critérios Mínimos de Desempenho

33.2.1. Conformidade da Execução

Os serviços deverão ser executados em conformidade com o Projeto Básico, Termo de Referência, Memorial Descritivo, projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis e demais documentos integrantes da contratação.

Somente serão considerados conformes os serviços executados de acordo com as condições técnicas estabelecidas, livres de vícios, defeitos ou incorreções imputáveis à Contratada.

33.2.2. Cumprimento do Cronograma

A execução deverá observar o prazo contratual e o cronograma de execução aplicável, sendo verificada pela fiscalização a compatibilidade entre o avanço físico previsto e os serviços efetivamente executados.

A ocorrência de fatos que possam comprometer o cumprimento do cronograma deverá ser comunicada tempestivamente à fiscalização, acompanhada das respectivas justificativas e dos elementos necessários à sua avaliação, sem prejuízo da adoção das providências cabíveis para recuperação de atrasos imputáveis à Contratada.

33.2.3. Qualidade e Conformidade dos Materiais

Todos os materiais empregados deverão atender às especificações constantes das peças técnicas, às normas técnicas aplicáveis e às demais exigências contratuais.

A fiscalização poderá solicitar, quando pertinente à natureza do material ou serviço, fichas técnicas, certificados, catálogos, ensaios, laudos ou outros documentos necessários à verificação de sua conformidade.

Materiais em desacordo com as especificações não poderão ser empregados na execução e, quando já aplicados, deverão ser substituídos ou corrigidos pela Contratada, quando a desconformidade lhe for imputável.

33.2.4. Segurança na Execução

A Contratada deverá observar integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis, incluindo a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção

Coletiva – EPCs adequados, sinalização, isolamento das áreas de intervenção e adoção das demais medidas preventivas exigíveis.

Deverão ser observadas, ainda, as condições específicas decorrentes da execução dos serviços em unidade hospitalar, especialmente quanto ao isolamento das frentes de trabalho, controle de acesso, proteção dos usuários e trabalhadores e compatibilização das atividades com o funcionamento dos setores não abrangidos pela intervenção.

33.2.5. Conformidade Ambiental e Limpeza

A Contratada deverá cumprir as obrigações ambientais previstas neste Edital e seus anexos, especialmente quanto ao acondicionamento, remoção, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, controle da dispersão de poeira e manutenção da limpeza e organização das áreas de intervenção.

Ao término de cada frente de serviço, as respectivas áreas deverão ser mantidas em condições adequadas de limpeza, segurança e utilização, conforme aplicável.

33.3. Metodologia de Avaliação

33.3.1. O atendimento aos critérios mínimos de desempenho será verificado pela fiscalização, conforme aplicável, mediante:

a) inspeções técnicas;

b) conferência das medições e dos quantitativos efetivamente executados;

c) verificação documental;

d) registros no Diário de Obra;

e) registros fotográficos;

f) ensaios e verificações técnicas, quando necessários;

g) testes de funcionamento das instalações e componentes executados ou substituídos;

h) verificação da conformidade dos materiais empregados.

33.3.2. Identificada qualquer não conformidade, a fiscalização registrará a ocorrência e notificará a Contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis, fixando prazo compatível com a natureza e a gravidade da irregularidade.

33.3.3. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

33.4. Reflexos na Medição e no Recebimento

33.4.1. Considerando o regime de empreitada por preço unitário, somente serão objeto de medição e pagamento os serviços efetivamente executados, nos quantitativos aferidos e aceitos pela fiscalização, observadas as unidades de medição, os preços unitários contratados e as demais condições estabelecidas nos documentos da contratação.

33.4.2. Os serviços não executados, executados em quantidade diversa da efetivamente aferida ou que apresentem desconformidades que impeçam sua aceitação não serão medidos ou serão objeto da correspondente glosa, conforme o caso, até a regularização e o aceite pela fiscalização.

33.4.3. A não medição ou a glosa de serviços não aceitos não afasta a obrigação da Contratada de promover as correções, substituições ou demais providências necessárias à sua regularização, sem prejuízo das medidas contratuais e administrativas cabíveis.

33.4.4. O recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto observarão as condições estabelecidas neste Edital, no Contrato e no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

33.5. Não Conformidades

33.5.1. Constituem não conformidades, dentre outras situações verificadas durante a execução:

a) execução de serviços em desacordo com as peças técnicas ou especificações aplicáveis;

b) utilização de materiais em desacordo com as especificações;

c) descumprimento das normas técnicas aplicáveis;

d) atraso injustificado na execução dos serviços;

e) descumprimento das obrigações ambientais;

f) descumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;

g) ausência ou deficiência das medidas necessárias ao isolamento, sinalização e proteção das áreas de intervenção;

h) execução de serviços que comprometa, por ação ou omissão imputável à Contratada, a segurança dos usuários, trabalhadores ou das áreas hospitalares não abrangidas pela intervenção.

33.5.2. Verificada não conformidade, a fiscalização determinará sua correção, estabelecendo prazo compatível com a natureza da ocorrência, sem prejuízo das demais providências contratuais e da eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis, observado o devido processo legal.

33.6. Avaliação da Execução Contratual

33.6.1. O acompanhamento do desempenho da Contratada será utilizado para fins de fiscalização e gestão contratual, aferição das medições, verificação do cumprimento das obrigações assumidas, recebimento do objeto e adoção das medidas administrativas previstas no Edital, no Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021.

33.6.2. O eventual descumprimento dos níveis mínimos de desempenho não implicará aplicação automática de sanção, devendo ser considerada a natureza da ocorrência, sua causa, a responsabilidade atribuível à Contratada e o procedimento previsto na legislação e no Contrato.

33.7. Responsabilidade pela Qualidade dos Serviços

33.7.1. A aprovação de medições, a atuação da fiscalização ou o recebimento provisório do objeto não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelos vícios, defeitos ou incorreções que lhe sejam imputáveis, permanecendo aplicáveis as responsabilidades e os prazos previstos na legislação e no Contrato.

33.7.2. A Contratada permanecerá responsável pela qualidade e conformidade dos serviços executados e dos materiais empregados, devendo promover as correções que lhe sejam legal ou contratualmente imputáveis, observadas as condições e os prazos aplicáveis.

34. DA MATRIZ DE RISCOS - DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

34.1. Disposições Gerais

34.1.1. A execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, observará a Matriz de Alocação de Riscos integrante dos documentos da contratação, que estabelece a distribuição dos riscos contratuais entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nos termos dos arts. 22 e 103 da Lei Federal nº 14.133/2021.

34.1.2. A Matriz de Alocação de Riscos constitui instrumento de definição das responsabilidades das partes quanto aos eventos supervenientes capazes de repercutir na execução contratual, especialmente quanto aos seus efeitos sobre custos, prazos e equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
34.1.3. A alocação observará a natureza de cada risco, as obrigações atribuídas às partes, o beneficiário das prestações a que o evento se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo, conforme estabelecido na Matriz de Alocação de Riscos.

34.1.4. A Matriz de Alocação de Riscos integra o Edital e o Contrato para todos os fins, independentemente de transcrição integral de seu conteúdo neste instrumento.

34.2. Da Alocação dos Riscos
34.2.1. Os riscos relacionados à execução contratual serão classificados e alocados ao CONTRATANTE, à CONTRATADA ou de forma compartilhada, conforme a natureza, a causa e as condições de materialização de cada evento previstas na Matriz de Alocação de Riscos.

34.2.2. Constituem riscos atribuídos à CONTRATADA, observadas as condições e delimitações constantes da Matriz de Alocação de Riscos, especialmente aqueles relacionados:

a) às variações ordinárias dos custos dos insumos e demais oscilações normais de mercado compreendidas na álea empresarial;

b) à elaboração da proposta, produtividade, mobilização, logística, planejamento operacional e metodologia executiva adotada;

c) à qualidade e conformidade dos materiais empregados e dos serviços executados;

d) aos atrasos que lhe sejam imputáveis;

e) à observância das normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho aplicáveis à execução;

f) aos acidentes e danos decorrentes de atos ou omissões que lhe sejam imputáveis;

g) ao gerenciamento, acondicionamento, remoção, transporte e destinação dos resíduos gerados na execução;

h) aos vícios, defeitos e incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados, quando de sua responsabilidade.

34.2.3. Constituem riscos atribuídos ao CONTRATANTE, observadas as hipóteses e condições estabelecidas na Matriz de Alocação de Riscos, especialmente aqueles relacionados:

a) às condições ocultas e preexistentes da edificação que não pudessem ser razoavelmente identificadas previamente e cuja responsabilidade esteja atribuída à Administração na Matriz de Alocação de Riscos;

b) à indisponibilidade de áreas ou setores necessários à execução, quando decorrente de fato imputável ao CONTRATANTE;

c) às alterações do objeto ou das especificações determinadas pela Administração, observadas as hipóteses e os limites legais e, quando aplicável, as condições estabelecidas no Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA;

d) aos atrasos ou impedimentos administrativos cuja causa seja imputável ao CONTRATANTE;

e) aos eventos extraordinários cuja responsabilidade esteja expressamente atribuída ao CONTRATANTE na Matriz de Alocação de Riscos.

34.2.4. Os riscos relativos às condições ocultas das instalações existentes, às condições climáticas, a fatos de terceiros, a eventos extraordinários e aos demais eventos classificados como compartilhados serão tratados de acordo com a causa efetivamente verificada e os critérios estabelecidos na Matriz de Alocação de Riscos, não se presumindo divisão igualitária de seus efeitos entre as partes.

34.2.5. A enumeração constante deste tópico possui caráter sintético, prevalecendo, para fins de identificação, delimitação, alocação e tratamento de cada evento, as disposições específicas da Matriz de Alocação de Riscos integrante da contratação.

34.3. Materialização dos Riscos

34.3.1. A parte que identificar a ocorrência ou a possibilidade concreta de materialização de evento previsto na Matriz de Alocação de Riscos deverá comunicar o fato à outra parte tempestivamente, apresentando, sempre que possível:

a) a descrição do evento ocorrido;

b) a data ou período de sua ocorrência;

c) os elementos técnicos e documentais disponíveis;

d) os possíveis efeitos sobre a execução, os custos ou os prazos;

e) as providências preventivas, mitigadoras ou corretivas já adotadas ou propostas.

34.3.2. A comunicação da ocorrência do evento não implica reconhecimento automático de responsabilidade, direito à prorrogação de prazo, alteração contratual ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo à Administração analisar o fato, sua causa, seus efeitos e a respectiva alocação prevista na Matriz de Alocação de Riscos.

34.3.3. A Contratada deverá adotar as providências razoavelmente necessárias para prevenir ou mitigar os efeitos dos riscos sob sua responsabilidade, não podendo agravar os impactos de evento materializado por omissão ou ausência de providência que lhe fosse exigível.

34.3.4. O CONTRATANTE adotará as providências administrativas sob sua responsabilidade necessárias à prevenção, mitigação ou tratamento dos eventos que lhe tenham sido alocados.

34.4. Condições Ocultas e Interferências na Edificação Existente

34.4.1. Considerando que o objeto consiste em intervenção em edificação existente, eventual condição oculta, interferência ou situação material não identificada previamente e constatada durante a execução deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização, antes da adoção de solução que implique alteração dos projetos, especificações, quantitativos ou demais definições constantes das peças técnicas.

34.4.2. A Contratada não poderá promover, por iniciativa própria, alteração de projeto, especificação, solução técnica ou quantitativo em razão da ocorrência de condição oculta ou interferência.

34.4.3. A situação será analisada pela fiscalização e, quando necessário, pela equipe técnica competente, considerando-se sua natureza, causa, previsibilidade, impacto e alocação estabelecida na Matriz de Alocação de Riscos, bem como as disposições legais, contratuais e, quando aplicável, as condições do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA.

34.5. Monitoramento e Tratamento dos Riscos

34.5.1. O acompanhamento dos riscos relacionados à execução contratual será realizado pelo gestor e pelos fiscais do contrato, no âmbito de suas respectivas atribuições.

34.5.2. O acompanhamento poderá compreender, conforme aplicável:

a) inspeções técnicas;

b) análise das medições;

c) acompanhamento do cronograma de execução;

d) registros no Diário de Obra;

e) registros fotográficos;

f) comunicações e notificações entre as partes;

g) relatórios de fiscalização;

h) reuniões de acompanhamento, quando necessárias.

34.5.3. Materializado evento de risco, deverão ser registradas as circunstâncias verificadas, sua causa, seus efeitos, a alocação aplicável e as providências adotadas para prevenção, mitigação, correção ou tratamento de suas consequências.

34.6. Equilíbrio Econômico-Financeiro

34.6.1. A Matriz de Alocação de Riscos define o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação aos eventos nela contemplados e deverá ser observada na análise de eventuais pleitos das partes.

34.6.2. A materialização de risco expressamente atribuído à CONTRATADA não ensejará, por si só, direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em seu favor, observadas as condições estabelecidas no Contrato, na Matriz de Alocação de Riscos e as exceções previstas em lei.

34.6.3. A materialização de risco atribuído ao CONTRATANTE será analisada quanto aos seus efeitos efetivamente demonstrados sobre a execução contratual, podendo ensejar as providências juridicamente cabíveis, quando presentes os respectivos pressupostos.

34.6.4. Nos riscos compartilhados, a definição das consequências contratuais observará a causa do evento, as responsabilidades atribuídas a cada parte e os critérios estabelecidos na Matriz de Alocação de Riscos, não decorrendo da classificação como compartilhado divisão automática ou igualitária dos respectivos ônus.

34.6.5. A análise dos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro observará a alocação contratual dos riscos e o disposto no art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive as exceções legalmente previstas.

34.7. Responsabilidades das Partes

34.7.1. Cada parte responderá pelos riscos que lhe forem atribuídos na Matriz de Alocação de Riscos, observadas as condições, limites, causas e consequências estabelecidas para cada evento.

34.7.2. A atribuição de determinado risco a uma das partes não afasta o dever da outra de colaborar para evitar o agravamento de seus efeitos quando estiver ao seu alcance adotar providências razoáveis para tanto.

34.7.3. A adoção de medidas preventivas ou mitigadoras não afasta a responsabilidade da parte que tenha dado causa ao evento nem impede a aplicação das medidas contratuais e sanções administrativas cabíveis, quando presentes seus pressupostos e observado o devido processo legal.

34.7.4. A Matriz de Alocação de Riscos deverá orientar a gestão e a fiscalização contratual, a execução da obra e a análise de eventuais pedidos relacionados à alteração contratual, prorrogação de prazo e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

34.7.5. Em caso de divergência entre a descrição sintética dos riscos constante deste Edital e a respectiva disciplina específica contida na Matriz de Alocação de Riscos, prevalecerá a Matriz de Alocação de Riscos, sem prejuízo da observância da Lei Federal nº 14.133/2021 e das demais disposições contratuais aplicáveis.

35. DA TRANSPARÊNCIA

35.1. Dos Princípios Basilares e Fundamento Normativo:

35.1.1. Execução contratual obedecerá ao princípio da transparência.

35.1.2. Atos, informações e documentos serão divulgados, ressalvadas hipóteses legais de sigilo (orçamento sigiloso, dados pessoais).

35.1.3. Informações divulgadas de forma objetiva e inteligível (art. 48, LRF).

35.2. Dos Instrumentos e Mecanismos de Transparência:

35.2.1. Divulgação em sítio eletrônico oficial (www.canarana.ba.gov.br) e no PNCP de: edital e anexos; preço estimado (após fase competitiva); contrato e aditivos; documentos de cumprimento contratual (medições, notas fiscais, pagamentos, termos de recebimento).

35.2.2. Adicionalmente: atas de sessões; pareceres; relatórios de fiscalização; Plano de Gerenciamento de Riscos; boletins de medição.

35.3. Dos Meios e Formas de Divulgação:

35.3.1. Meios: PNCP; site oficial da Prefeitura da Canarana; Portal da Transparência Municipal; Diário Oficial do Município (e outros, se exigido); mural físico.

35.3.2. Informações em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina, quando viável (Lei nº 12.527/2011).

35.3.3. Prazos máximos para divulgação: atas (1 dia útil); contratos/aditivos (3 dias úteis); medições (5 dias úteis); relatórios complexos (7 dias úteis).

35.4. Da Transparência Ativa e Passiva:

35.4.1. Divulgação proativa pela Administração, respeitada LGPD.

35.4.2. Direito de peticionar informações adicionais via SIC da Prefeitura da Canarana.

35.4.3. Pedidos processados conforme Lei de Acesso à Informação.

35.5. Da Participação e Controle Social:
35.5.1. Mecanismos visam viabilizar controle social.

35.5.2. Qualquer cidadão pode apresentar informações sobre irregularidades.

35.5.3. Possibilidade de audiências ou consultas públicas.

35.6. Das Responsabilidades pela Transparência:

35.6.1. Gestor do contrato é o responsável primário pela gestão da transparência.

35.6.2. Omissão ou divulgação inverídica/incompleta/intempestiva sujeita servidor a sanções.

35.6.3. Contratada tem dever de colaborar com a transparência.

36. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

36.1. Dos Fundamentos Jurídicos e Principiológicos:

36.1.1. Inadimplemento ou atos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 sujeitam a sanções, após devido processo legal.

36.1.2. Potestade sancionatória observa legalidade, tipicidade, proporcionalidade, razoabilidade, motivação e finalidade.

36.1.3. Sanções têm caráter preventivo, educativo e repressivo.

36.2. Da Tipificação das Infrações Administrativas (conforme art. 155 da Lei nº 14.133/2021):

36.2.1. Infrações incluem: inexecução parcial ou total; deixar de entregar documentação ou apresentar documento falso; não manter proposta; declarar informações falsas ou cometer fraude; comportamento inidôneo; praticar atos ilícitos para frustrar objetivos da licitação; obstruir investigação/fiscalização; negligência/imprudência/imperícia na execução; descumprir normas ambientais/trabalhistas/segurança; retardar execução injustificadamente; recusar-se a assinar contrato.

36.2.2. Infrações podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

36.2.3. Incorporam-se definições do art. 155 e parágrafos.

36.3. Das Sanções Administrativas Aplicáveis:

36.3.1. Sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar (até 3 anos no âmbito do órgão/entidade);

d) declaração de inidoneidade (até 6 anos em toda a Administração Pública).

36.3.2. Multas:

a) moratória (0,1% a 0,2% ao dia, limitada a 15 dias e 20% do contrato);

b) compensatória por recusa em assinar contrato ou inexecução total 10%;

c) compensatória por inexecução parcial 15%;

d) compensatória por descumprimento de outras cláusulas 3%;

e) compensatória por descumprimento de sustentabilidade/ANS 5%;

f) por fraude/comportamento inidôneo/declaração falsa 15%.

36.3.3. Sanções de impedimento/inidoneidade para infrações mais graves (reincidência, prejuízo relevante, vantagem indevida, fraude, conluio etc.).

36.3.4. Aplicação não elide competência de outros órgãos.

36.4. Da Dosimetria e Individualização das Sanções:

36.4.1. Considerar: natureza e gravidade; reincidência; arrependimento eficaz; circunstâncias agravantes/atenuantes; culpabilidade.

36.4.2. Cumulação de sanções observará razoabilidade e proporcionalidade.

36.4.3. Multa não impede rescisão e outras sanções.

36.5. Do Procedimento para Aplicação das Sanções:

36.5.1. Observar arts. 158 a 163 da Lei nº 14.133/2021, com contraditório e ampla defesa.

36.5.2. Processo administrativo sancionador: notificação para defesa prévia (15 dias úteis); análise da defesa; relatório fundamentado; oportunidade de recurso (15 dias úteis).

36.5.3. Notificações preferencialmente por meio eletrônico.

36.5.4. Prazos contados excluindo dia do começo e incluindo o do vencimento.

36.5.5. Defesa e recurso por escrito e fundamentados.

36.6. Da Execução das Sanções e Reabilitação:

36.6.1. Sanções executadas após trânsito em julgado administrativo.

36.6.2. Multa não recolhida em 15 dias será descontada de pagamentos, garantia ou cobrada judicialmente.

36.6.3. Sanções de impedimento/inidoneidade registradas no CEIS/CNEP.

36.6.4. Reabilitação a pedido, após prazo da sanção, ressarcimento de danos e cumprimento de requisitos.

36.7. Da Rescisão Contratual:

36.7.1. Inexecução total ou parcial enseja rescisão.

36.7.2. Motivos para rescisão: não cumprimento de cláusulas/prazos; desatendimento a determinações da fiscalização; alteração social prejudicial; falência/insolvência; dissolução/falecimento; razões de interesse público; caso fortuito/força maior; descumprimento da proibição de trabalho infantil; superveniência de inidoneidade.

36.7.3. Rescisão pode ser: unilateral pela Administração; consensual; por decisão arbitral ou judicial.

36.7.4. Pagamento pela execução parcial em caso de rescisão.

36.7.5. Consequências da rescisão unilateral por culpa da Contratada: assunção imediata do objeto; ocupação de instalações; execução da garantia; retenção de créditos.

36.7.6. Rescisão formalmente motivada, com contraditório e ampla defesa.

37. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

37.1. Da Instauração Procedimental:

37.1.1. Instaurado por ato formal da autoridade competente, com base em indícios.

37.1.2. Instauração *ex officio*, por provocação ou denúncia.

37.1.3. Ato inaugural descreverá conduta, enquadramento legal e identificação do imputado.

37.2. Da Instrução Procedimental:

37.2.1. Coleta e análise de provas.

37.2.2. Diligências: notificação para defesa; juntada de documentos; prova testemunhal; vistorias/perícias; requisição de informações; juntada de precedentes; manifestação técnica do gestor.

37.2.3. Agente processante adotará medidas para elucidação dos fatos.

37.3. Do Contraditório e da Ampla Defesa:

37.3.1. Notificação para defesa prévia em 15 dias úteis, com acesso aos autos.

37.3.2. Notificação conterá: identificação; finalidade; descrição da conduta; fundamentação legal; sanções possíveis; intimação para defesa; informação sobre vista dos autos; local/forma de apresentação da defesa.

37.3.3. Notificação preferencialmente eletrônica.

37.3.4. Defesa prévia escrita, com: qualificação; referência ao processo; fatos e fundamentos; provas a produzir; rol de testemunhas; requerimentos; pedido de excludentes/atenuantes.

37.3.5. Não apresentação de defesa implica preclusão e presunção relativa de veracidade.

37.4. Do Relatório Conclusivo e da Decisão:

37.4.1. Concluída a instrução, relatório conclusivo fundamentado, com: narrativa; análise das provas; apreciação da defesa; fundamentação jurídica; indicação de agravantes/atenuantes; manifestação conclusiva; recomendação de sanção.

37.4.2. Relatório submetido à autoridade julgadora.

37.4.3. Decisão fundamentada, apreciando provas, defesa e relatório (art. 50, §1º, Lei 9.784/99).

37.4.4. Decisão conterá: relatório sintético; análise fundamentada; fundamentação legal; conclusão; especificação da sanção; determinação de notificação; informação sobre recurso.

37.5. Dos Recursos Administrativos:

37.5.1. Caberá recurso com efeito suspensivo em 15 dias úteis.

37.5.2. Efeito suspensivo regra, salvo risco de dano irreparável (execução provisória).

37.5.3. Requisitos do recurso: qualificação; referência à decisão; fatos e fundamentos; pedido; documentos novos (com justificativa); pedido de efeito suspensivo (se não automático).

37.5.4. Recurso não conhecido se: intempestivo; ilegítimo; exaurida esfera administrativa; sem requisitos formais.

37.5.5. Decisão final da autoridade superior apreciará todas as questões

37.6. Da Aplicação e Execução das Sanções:

37.6.1. Sanções executadas após trânsito em julgado administrativo.

37.6.2. Advertência: comunicação formal e registro.

37.6.3. Multa: pagamento voluntário (15 dias); desconto de pagamentos/garantia; cobrança judicial.

37.6.4. Impedimento: registro cadastral; inclusão no CEIS; comunicação ao PNCP e órgãos municipais.

37.6.5. Inidoneidade: registro cadastral; inclusão CEIS/CNEP; comunicação PNCP e demais esferas federativas.

37.7. Da Reabilitação do Sancionado:

37.7.1. Reabilitação a pedido, após cumprimento da penalidade (art. 163).

37.7.2. Requisitos: transcurso do prazo; ressarcimento integral; cumprimento das obrigações; implementação de programa de integridade.

37.7.3. Pedido dirigido à autoridade que aplicou a sanção; prazo de 30 dias para decisão.

37.7.4. Deferido: exclusão de anotações; comunicação a órgãos; exclusão CEIS/CNEP; emissão de certidão.

37.7.5. Indeferimento fundamentado, com indicação de requisitos não atendidos

38. DA RESCISÃO

38.1. Das Hipóteses Ensejadoras da Rescisão Contratual:

38.1.1. Extinção do contrato conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

38.1.2. Motivos para rescisão unilateral por inadimplemento do contratado (art. 137, I a VIII): não cumprimento de cláusulas/prazos; atraso injustificado no início; paralisação da obra; subcontratação irregular; não atendimento a determinações da fiscalização; cometimento reiterado de faltas; falência/insolvência; dissolução/falecimento; alteração social prejudicial.

38.1.3. Rescisão amigável (art. 138, I), por acordo, se conveniente à Administração.

38.1.4. Rescisão por ato unilateral da Administração por razões de interesse público, ou caso fortuito/força maior (art. 137, II a VI), com direito a ressarcimento ao contratado (art. 138, §2º).
38.2. Dos Procedimentos Rescisórios:

38.2.1. Rescisão unilateral precedida de comunicação formal à Contratada, com prazo de 5 dias úteis para defesa.

38.2.2. Análise da defesa e relatório conclusivo para decisão da autoridade competente.

38.2.3. Decidida a rescisão, a autoridade determinará: assunção do objeto; ocupação de instalações/equipamentos; execução da garantia; retenção de créditos.

38.2.4. Rescisão amigável formalizada por termo próprio.

38.3. Dos Efeitos Jurídicos da Rescisão:

38.3.1. Rescisão por culpa da Contratada: consequências do item 38.2.3 e sanções.

38.3.2. Rescisão por interesse público ou caso fortuito/força maior (sem culpa da Contratada): devolução da garantia; pagamentos devidos; ressarcimento de custos de desmobilização; indenização por prejuízos.

38.3.3. Rescisão consensual: definirá obrigações remanescentes e quitação.

39. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES

39.1. Dos Pedidos de Esclarecimento:

39.1.1. Pedidos de esclarecimentos encaminhados eletronicamente à Comissão de Contratação licitacao@canarana.ba.gov.br ou via PNCP até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão.

39.1.2. Pedidos devem ser claros, objetivos, fundamentados, com identificação completa do solicitante.

39.1.3. Pedidos que não atenderem às exigências formais poderão não ser respondidos.

39.1.4. Esclarecimentos divulgados no PNCP e site da Prefeitura da Canarana em até 2 dias úteis do recebimento.

39.2. Da Impugnação ao Instrumento Convocatório:

39.2.1. Qualquer pessoa pode impugnar o edital por irregularidade ou vício até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão.

39.2.2. Impugnação exclusivamente por meio eletrônico licitacao@canarana.ba.gov.br ou PNCP, contendo: qualificação do impugnante; indicação do ato impugnado; fundamentação jurídica; pedido específico; documentação comprobatória.

39.2.3. Impugnação não possui efeito suspensivo automático.

39.2.4. Impugnação tempestiva não impede participação na licitação. Decisão em até 2 dias úteis.

39.3. Da Apreciação dos Pedidos de Esclarecimento e das Impugnações:

39.3.1. Comissão de Contratação analisará e responderá fundamentadamente.

39.3.2. Análise das impugnações: exame de admissibilidade; análise de mérito; decisão conclusiva.

39.3.3. Decisão que acolher impugnação disporá sobre: retificação do edital com reabertura de prazo (se afetar propostas); mera republicação (se não afetar); publicação da decisão.

39.3.4. Decisão que rejeitar impugnação explicitará os motivos.

39.4. Das Petições Extemporâneas e das Vias Recursais:

39.4.1. Pedidos ou impugnações intempestivos não serão conhecidos.

39.4.2. De decisão sobre esclarecimentos não cabe recurso.

39.4.3. De decisão sobre impugnação ao edital não cabe recurso administrativo, sem prejuízo de representação aos órgãos de controle.

40. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

40.1. Das Hipóteses e Pressupostos de Extinção do Procedimento:

40.1.1. Autoridade superior pode revogar a licitação por interesse público superveniente ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante parecer escrito e fundamentado.

40.1.2. Revogação é ato discricionário, por conveniência e oportunidade.

40.1.3. Anulação é ato vinculado, por vício de legalidade insanável.

40.1.4. Revogação ou anulação não geram direito a indenização, salvo ressarcimento de encargos se anulação por ilegalidade imputável à Administração.

40.2. Dos Efeitos Jurídicos:

40.2.1. Revogação opera efeitos *ex nunc*.

40.2.2. Anulação opera efeitos *ex tunc*, salvo modulação.

40.2.3. Decisão precedida de manifestação jurídica, observado contraditório se houver direitos adquiridos.

41. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

41.1. Das Vinculações e Interpretação:

41.1.1. O edital, anexos e proposta vencedora integram o contrato.

41.1.2. Interpretação conforme legislação, normas técnicas e princípios.

41.2. Das Comunicações e Publicidade dos Atos:

41.2.1. Dúvidas esclarecidas pela Comissão de Contratação (licitacao@canarana.ba.gov.br).

41.2.2. Respostas e avisos divulgados no PNCP e site da Prefeitura da Canarana (www.canarana.ba.gov.br.).

41.2.3. Licitantes devem comunicar mudança de endereço.

41.3. Das Prerrogativas Administrativas:

41.3.1. Administração pode revogar ou anular a licitação antes da contratação.

41.3.2. Autoridade pode excluir licitante por fato superveniente que revele inidoneidade ou falta de capacidade.

41.3.3. Autoridade pode promover diligência para esclarecer ou complementar instrução.

42. DO FORO

42.1. Da Eleição do Juízo Competente:

42.1.1. Foro da Comarca de Canarana/BA para dirimir litígios.

42.1.2. Não impede uso de métodos alternativos de resolução de controvérsias.

42.1.3. Possibilidade de convenção de arbitragem.

42.1.4. Convenção de arbitragem precedida de termo específico.

Canarana/BA, 21 de setembro de 2026

Cássio Sampaio Lima
Agente de Contratação

ANEXO I – PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERËNCIA / MEMORIAL DESCRITIVO / PROJETOS

ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA // CRONOGRAMA // BDI // ENCARGOS SOCIAIS.

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº [número]/2026

1. DADOS DO PROPONENTE

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Cidade/UF:
CEP:
Representante Legal:
CPF:
Telefone:
Email:

2. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REPARO DO TELHADO E DAS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA/BA, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, conforme especificações técnicas, planilhas e projetos anexos.

3. PROPOSTA DE PREÇOS

Valor Global: R$ [valor em algarismos] ([valor por extenso])

4. DECLARAÇÕES

4.1. Declaramos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

4.2. Declaramos que esta proposta tem validade de xx (xxxxxxxx) dias contados da data de sua apresentação.

4.3. Declaramos total conhecimento e concordância com os termos do Edital e seus anexos.

5. ANEXOS DA PROPOSTA

- Planilha de Custos e Formação de Preços
- Composições de BDI
- Cronograma Físico-Financeiro
- Planilhas de Encargos Sociais

6. DADOS BANCÁRIOS

Banco:
Agência:
Conta Corrente:

Local e Data

[Nome do Representante Legal]
[Cargo/Função]
[CPF]

Observação: Esta proposta deverá ser assinada digitalmente com certificação ICP-Brasil.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES

MODELO 1 - DECLARAÇÃO DE PLENOS CONHECIMENTOS E INTEGRAL ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº [número], com sede na [endereço completo], por intermédio de seu representante legal, Sr(a). [NOME COMPLETO], [qualificação completa], DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que:

1. Procedeu à análise integral e pormenorizada do instrumento convocatório e seus anexos técnicos, compreendendo plenamente todos os requisitos, especificações e exigências estabelecidas para a presente Concorrência Eletrônica;

2. Realizou, sob sua exclusiva responsabilidade, vistoria técnica facultativa nas áreas objeto dos serviços, tendo pleno conhecimento das condições operacionais, particularidades e complexidades inerentes à execução contratual;

3. Assume integral responsabilidade técnica e operacional pela execução do objeto licitado, comprometendo-se a observar rigorosamente as especificações técnicas, instruções e normas aplicáveis;

4. Manifesta sua irrestrita concordância e integral aceitação de todas as condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, aos quais se submete incondicionalmente;

5. Dispõe de todos os recursos materiais, humanos, técnicos e operacionais necessários à plena e satisfatória execução do objeto licitado, em conformidade com as especificações estabelecidas.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. A presente declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.
2. A assinatura do representante legal deverá ter firma reconhecida em cartório ou certificação digital ICP-Brasil.
3. Anexar documentação comprobatória dos poderes do signatário.

MODELO 2 - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº [número], com sede na [endereço completo], por intermédio de seu representante legal, Sr(a). [NOME COMPLETO], [qualificação completa], em estrita observância às disposições normativas aplicáveis e sob as penas da legislação vigente, DECLARA expressamente que:

I - Em conformidade com o Art. 63 da Lei nº 14.133/2021, atende integralmente a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório, especificamente quanto aos aspectos jurídicos, fiscais, técnicos e econômico-financeiros exigidos;

II - Detém capacidade técnica e operacional plenamente adequada à execução do objeto licitado, dispondo de toda infraestrutura, recursos materiais, humanos e tecnológicos necessários, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;

III - Compromete-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo o procedimento licitatório e, caso declarada vencedora, durante toda a vigência da contratação, em consonância com o Art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021;

IV - Obriga-se a comunicar tempestivamente à Administração quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação que venham a ocorrer durante o certame ou a execução contratual, nos termos do Art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021;

V - Assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis em caso de falsidade das declarações prestadas.

Por ser expressão da verdade e para que produza seus efeitos legais, firma a presente declaração.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. A presente declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.
2. A assinatura do representante legal deverá ter firma reconhecida em cartório ou certificação digital ICP-Brasil.
3. O signatário deverá comprovar poderes para assinatura do documento.
4. A prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções previstas em lei.

MODELO 3 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº [número], com sede na [endereço completo], por intermédio de seu representante legal, Sr(a). [NOME COMPLETO], [qualificação completa], em estrita observância ao disposto no Art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, na Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e na Lei nº 8.213/1991, DECLARA, para todos os fins de direito e sob as sanções legais cabíveis, que:

I - QUANTO À RESERVA DE CARGOS:

Atende rigorosamente às exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, em conformidade com o Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e Decreto nº 9.508/2018, mantendo em seu quadro funcional o percentual mínimo legal de colaboradores com deficiência e/ou reabilitados, calculado sobre o número total de empregados.

II - QUANTO À ACESSIBILIDADE:

Cumpre integralmente as normas de acessibilidade previstas na Lei nº 13.146/2015, na NBR 9050 da ABNT e demais normas técnicas pertinentes, implementando todas as adaptações necessárias em suas instalações físicas, sistemas e processos de trabalho.

III - QUANTO À INCLUSÃO SOCIAL:

Mantém programa estruturado de inclusão social e profissional, contemplando:

a) Processos seletivos adaptados;
b) Programas de capacitação específicos;
c) Adequação ergonômica dos postos de trabalho;
d) Acompanhamento profissional especializado.

IV - QUANTO ÀS COTAS LEGAIS:
Observa rigorosamente os percentuais estabelecidos no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991, conforme número total de empregados:

a) Até 200 empregados: 2%
b) De 201 a 500 empregados: 3%
c) De 501 a 1.000 empregados: 4%
d) Acima de 1.001 empregados: 5%

V - QUANTO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS:
Compromete-se formalmente com a implementação e manutenção de políticas afirmativas que visem:

a) Eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais;
b) Promoção da autonomia e independência;
c) Desenvolvimento profissional contínuo;
d) Igualdade de oportunidades na carreira.

A presente declaração é firmada em caráter irrevogável e irretratável, constituindo compromisso formal desta empresa com a inclusão social e profissional das pessoas com deficiência, em conformidade com a legislação vigente.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. Documento a ser apresentado em papel timbrado da empresa.
2. Assinatura com reconhecimento de firma ou certificação digital ICP-Brasil.
3. Anexar documentação comprobatória do cumprimento das cotas legais.
4. A prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções legais cabíveis.

MODELO 4 - DECLARAÇÃO EXPRESSA E INCONDICIONAL DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, DECLARA que:

1. Os preços propostos incluem todos os custos e despesas necessários à execução do objeto;

2. Estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

3. Contempla todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários;

4. Inclui despesas com transporte, hospedagem, alimentação e demais custos operacionais;

5. Não haverá quaisquer pleitos de alteração de valores por custos não previstos.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. Documento a ser apresentado em papel timbrado da empresa.
2. Assinatura com reconhecimento de firma ou certificação digital ICP-Brasil.
3. A prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções legais cabíveis.

MODELO 5 - DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES INERENTES;

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, DECLARA que:

1. Tem pleno conhecimento dos locais onde serão executados os serviços objeto da licitação;

2. Realizou vistoria técnica nos locais ou assume a responsabilidade pela não realização;

3. Está ciente das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos;

4. Tem conhecimento das condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5. Assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. Documento a ser apresentado em papel timbrado da empresa.
2. Assinatura com reconhecimento de firma ou certificação digital ICP-Brasil.
3. A prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções legais cabíveis.

MODELO 6 - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob nº [número], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) [nome completo], portador(a) da Carteira de Identidade nº [número] e do CPF nº [número], DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que não está impedida de participar de licitações ou contratar com o Poder Público.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:

1. Documento a ser apresentado em papel timbrado da empresa.
2. Assinatura com reconhecimento de firma ou certificação digital ICP-Brasil.
3. A prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções legais cabíveis.

MODELO 7 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS SUPERVENIENTES

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº [número], com sede na [endereço completo], neste ato representada por seu [cargo], Sr(a). [NOME COMPLETO], [qualificação completa], em estrita observância ao disposto no Art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021, e sob as cominações legais cabíveis, DECLARA, para todos os fins de direito, que:

I - QUANTO À INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS:

Inexistem, até a presente data, quaisquer fatos impeditivos à sua participação no presente certame licitatório, estando plenamente ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores que a inabilitem, nos termos da legislação vigente.

II - QUANTO À SUPERVENIÊNCIA DE FATOS:

Assume o compromisso formal de comunicar imediatamente à Administração Pública Municipal quaisquer alterações supervenientes em suas condições habilitatórias, especialmente quanto a:

a) Superveniência de decisões judiciais ou administrativas que afetem sua idoneidade;
b) Modificações em sua estrutura societária que impactem sua habilitação jurídica;
c) Alterações em sua regularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária;
d) Ocorrências que comprometam sua capacidade técnica ou econômico-financeira;
e) Quaisquer outros fatos relevantes que possam prejudicar a execução contratual.

III - QUANTO À RESPONSABILIDADE LEGAL:

Está ciente de que a omissão ou falsidade quanto aos fatos declarados configura infração administrativa sujeita às sanções previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações civis e penais aplicáveis.
IV - QUANTO À PRESERVAÇÃO DA HABILITAÇÃO:

Compromete-se a manter, durante todo o processo licitatório e eventual execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

Por ser expressão da verdade e para que produza seus efeitos legais, firma a presente declaração.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. Documento a ser apresentado em papel timbrado da empresa.
2. Assinatura com reconhecimento de firma ou certificação digital ICP-Brasil.
3. A omissão de informações ou prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções legais cabíveis.
4. O signatário deverá comprovar poderes para assinatura do documento.

MODELO 8 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº [número], com sede na [endereço completo], neste ato representada por seu [cargo], Sr(a). [NOME COMPLETO], [qualificação completa], em estrito cumprimento ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, c/c Art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, e sob as penas cominadas no Art. 155 do mesmo diploma legal, DECLARA expressamente que:

I - Observa rigorosamente a proibição constitucional de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos;

II - Não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com a Lei nº 10.097/2000 e Decreto nº 9.579/2018;

III - Implementa políticas internas de proteção ao trabalho do menor, em estrita observância à legislação trabalhista e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);

IV - Mantém mecanismos de controle e fiscalização que asseguram o cumprimento das normas de proteção ao trabalho do menor em toda sua cadeia produtiva;

V - Compromete-se a comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade relacionada ao trabalho de menores que venha a ter conhecimento.

Para os devidos fins de direito, firma a presente declaração para que produza seus efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. A presente declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.
2. A assinatura do representante legal deverá ter firma reconhecida em cartório ou certificação digital ICP-Brasil.
3. O signatário deverá comprovar poderes para assinatura mediante documentação específica.
4. A prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções previstas em lei.

MODELO 9 - DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, DECLARA que:

1. Não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado;

2. Não utiliza práticas de trabalho análogo ao escravo;

3. Respeita os direitos fundamentais do trabalho conforme legislação vigente;

4. Promove ambiente de trabalho seguro e saudável;

5. Repudia qualquer forma de exploração do trabalho humano.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. A presente declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.
2. A assinatura do representante legal deverá ter firma reconhecida em cartório ou certificação digital ICP-Brasil.
3. O signatário deverá comprovar poderes para assinatura mediante documentação específica.
4. A prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções previstas em lei.

MODELO 10 - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 0XX/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REPARO DO TELHADO E DAS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA/BA, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 164/2026 – SESAB/FES-BA.

Ao

Agente de Contratação da prefeitura Municipal de Canarana - BA

Prezado Senhor,

Atestamos para fins de participação no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 0XX/2026, que a Empresa XXXXXXXXXXXXXXX, representada legalmente por Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, e RG Nº XXXXX XX, abaixo firmado(a), visitou e vistoriou os locais onde serão prestados os serviços objeto deste Edital tendo conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto com plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, bem como de todas condições estipuladas no Edital, Planilha Orçamentária e Projeto Básico da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 0XX/2026.

Canarana - BA, de de 2026

_____
XXXXXXXXXXXXXXX
Secretário (a) Municipal de XXXXXXXXXX
Dec. 0XX/XXXX
(Obs.: A assinatura pode ser substituida por representante legal da secretaria)

_____
Assinatura do(a) Representante Legal da Empresa
Nome: CPF: RG:

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Estado da Bahia
Ref.: Concorrência Eletrônica nº [número/ano]
Processo Administrativo nº [número/ano]

A [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº [número], com sede na [endereço completo], por intermédio de seu representante legal, Sr(a). [NOME COMPLETO], [qualificação completa], em cumprimento ao disposto no Art. 92, §2º da Lei nº 14.133/2021, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o Art. 155 do referido diploma legal, que:

I - QUANTO À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA:

A proposta apresentada para participar da presente Concorrência Eletrônica foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

II - QUANTO À INTENÇÃO DE APRESENTAR PROPOSTA:

A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta Concorrência Eletrônica não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

III - QUANTO À TENTATIVA DE INFLUÊNCIA:

Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não da referida licitação.

IV - QUANTO AO CONTEÚDO DA PROPOSTA:

O conteúdo da proposta apresentada para participar desta Concorrência Eletrônica não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto.

V - QUANTO À COMUNICAÇÃO PRÉVIA:

Não manteve, direta ou indiretamente, qualquer comunicação com outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto aos preços, métodos, fatores ou fórmulas utilizadas para apresentação de proposta comercial.

VI - QUANTO À COMPETITIVIDADE:

Não praticou, nem praticará, quaisquer atos tendentes a frustrar ou fraudar a competitividade do certame, comprometendo-se com a lisura e legalidade do procedimento licitatório.

Por ser expressão da verdade e para que produza seus efeitos legais, firma a presente declaração, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

Observações:
1. Documento a ser apresentado em papel timbrado da empresa.
2. Assinatura com reconhecimento de firma ou certificação digital ICP-Brasil.
3. A prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções previstas em lei.
4. O signatário deverá comprovar poderes para assinatura

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° XXX/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE CANARANA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXX.

O MUNICIPIO DE CANARANA, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, localizada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representado pelo Sr.º xxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, portador do RG nº xxxxxxxxx – SSP/xx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX, representada pelo Srº. XXXXXXXXXXX, doravante denominada SOLICITANTE e a a empresa XXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o n.º XXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e o (a) Empresa XXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXXXX (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Concorrência Eletrônica n.º XX/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciada.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXXXXXX nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico e o Termo de Referência.

1.2.2. O Edital da Licitação.

1.2.3. A Proposta do contratado.

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é até o dia XX de XXX de XX, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação de parcelas do objeto licitado, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato, desde que autorizada prévia e expressamente pela Administração Pública contratante, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... ( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇOES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias

8.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.5. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.7. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.8. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em percentual a 5% (cinco por cento) do valor global contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇOES E SANÇOES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;

b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c. der causa à inexecução total do contrato;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i.Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

a. Moratória de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b. Moratória de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispo e o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

d. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 4% a 5% do valor do Contrato.

11.2.1 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% a 4% do valor do Contrato.

11.2.2 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 2% a 3% do valor do Contrato.

11.2.3 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

11.2.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.10 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.4 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sançoes por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.7 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício.

Unidade: XXXXXXXXXXXXXXX

Atividade: XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Elemento: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fonte: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇOES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana - Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes

Canarana - BA, XX de XXX 202X.

_____

MUNICIPIO DE CANARANA, ESTADO DA BAHIA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITO
CONTRATANTE

EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL XXXXXXXXXXXX
CPF nº XXXXXXXXXXXX

_____

ANEXO VII – MATRIZ DE RISCO

MEMORIAL DESCRITIVO E DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBRA: Melhoramento da cobertura e das instalações do Hospital Municipal de Canarana

PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANARANA
RENOVANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



Figura 1 - Fachada



Figura 2 - Fachada

SUMÁRIO

1. OBJETO 3
2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO 3
3. BASE LEGAL E NORMAS TÉCNICAS 4
4. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO 6
5.1. ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS 8
5.2. COBERTURA 11
5.3. FORRO 13
5.4. PINTURA 16
5.5. LOUÇAS, METAIS, BANCADAS E ACESSÓRIOS 18
5.7. ESQUADRIAS 21
5.8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 26
5.9. INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIA 27
5.10. TRANSPORTE 29
5.11. SERVIÇOS FINAIS E COMPLEMENTARES 31
6.CRITÉRIOS GERAIS DE MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO 33
7.DISPOSIÇÕES FINAIS 33

1. OBJETO

Este documento define com profundidade todas as diretrizes, métodos executivos e requisitos técnicos fundamentais para a execução da **obra de melhoramento da cobertura e das instalações do hospital municipal de Canarana-BA**.

O objeto abrange fundação estruturas, vedações, instalações, urbanização e paisagismo, seguindo normas ABNT e boas práticas de engenharia. O memorial orienta a execução, fiscalização e medição, garantindo desempenho, segurança, conformidade e rastreabilidade técnica. São descritas responsabilidades da contratada, materiais, critérios de aceitação e parâmetros construtivos detalhados.

Valor da obra: R$ 696.302,15

---

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO

Canarana está localizada no centro-norte do estado da Bahia, estando distante a 523 quilômetros da capital estadual, Salvador. Situa-se a 11º41'06" de latitude sul e 41º46'08" de longitude oeste. Com uma área de 579,726 km², limita-se com os municípios de Barro Alto, Ibititá, Ibipeba, Lapão, América Dourada e Cafarnaum. De acordo com a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município pertence às Regiões Geográficas Intermediária de Irecê e Imediata de Irecê.

Canarana possui altitude média de 691 m. Seu clima é o semiárido, com temperatura média anual de 24,25 °C. Com índice de pluviosidade anual de 633,22 mm, tem seu período chuvoso os meses de novembro a março. Entre os solos registrados no município, está o Cambissolos e a caatinga arbórea aberta e a caatinga arbórea densa formam sua vegetação. Pertence à bacia hidrográfica do Rio São Francisco e o Rio Jacaré está presente na abrangência do município.



Figura 3 - Localização de Canarana no Brasil e na Bahia.

A obra está localizada na sede do município, Rua Barro Alto s/n, bairro Centro conforme mostrado na figura abaixo.



Figura 4 - Localização da obra. Fonte: Google Earth.

3. BASE LEGAL E NORMAS TÉCNICAS

Todos os serviços do projeto em tela devem seguir rigorosamente as normas do quadro abaixo, garantindo desempenho, durabilidade e segurança. Ademais, materiais devem ter certificação, origem comprovada e conformidade técnica.

Categoria	Norma(s)	Descrição / Abrangência	Aplicação no Empreendimento
Legislação profissional e ética	Lei 5.194/1966; Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA	Regulamentação do exercício profissional da engenharia e diretrizes éticas para atuação técnica.	Atuação dos responsáveis técnicos, emissão de ART, relações com o contratante e com o poder público.

Segurança do trabalho – Normas Regulamentadoras	NR-1, NR-10, NR-11, NR-12, NR-18, NR-24, NR-35	Normas de segurança e saúde no trabalho, com foco em canteiro de obras, instalações elétricas, movimentação de materiais, condições sanitárias e trabalho em altura.	Organização do canteiro, condições de trabalho, transporte de materiais, instalações provisórias, frentes de serviço e atividades em altura.
Estruturas de madeira	ABNT NBR 7190	Projeto e verificação de estruturas de madeira.	Estruturas de telhados, coberturas, apoios provisórios, elementos de paisagismo e mobiliário em madeira.
Instalações hidrossanitárias (água fria, quente, esgoto e pluvial)	ABNT NBR 5626; NBR 7198; NBR 8160; NBR 10844; NBR 5688; NBR 7229; NBR 13969; NBR 8194; NBR 15465 (aparelhos sanitários)	Projeto, execução e componentes de instalações de água fria, água quente, esgoto sanitário e águas pluviais, incluindo tanques sépticos.	Redes internas e externas, reservatórios, ligações prediais, tanques sépticos, dispositivos de tratamento e drenagem.
Instalações elétricas e iluminação	ABNT NBR 5410; NBR 5419 (quando aplicável); NBR ISO/CIE 8995-1; NBR IEC 60598; NBR 15129	Instalações elétricas de baixa tensão, proteção contra descargas atmosféricas e requisitos de iluminação interna e pública.	Quadros, eletrodutos, circuitos, iluminação interna, externa e pública, sistemas de aterramento e proteção.
Pintura e sistemas de tinta	ABNT NBR 13245; NBR 13294; NBR 15079; NBR 11702; NBR 16379	Terminologia, classificação, requisitos e execução de sistemas de pintura em edificações.	Preparação de superfícies, aplicação de seladores, massas, tintas látex, acrílicas, esmaltes, epóxi e

			acabamentos especiais.
Coberturas, telhas e elementos metálicos	ABNT NBR 15210; NBR 15253; NBR 14718; NBR 14762	Telhas de fibrocimento, chapas e perfis metálicos para coberturas e fechamentos.	Montagem de telhados, calhas, rufos, arremates metálicos, estruturas leves e fechamentos de cobertura.
Resíduos da construção e meio ambiente	Resolução CONAMA 307 e demais resoluções aplicáveis; normas municipais de destinação de resíduos	Gestão, classificação e destinação de resíduos da construção civil.	Segregação, acondicionamento, transporte e destinação final de resíduos gerados na obra.
Especificações internas e do contratante	Especificações AF_03/2022_PS, AF_07/2024, AF_08/2023 e demais instruções técnicas do órgão contratante; normas internas de fabricantes	Critérios técnicos específicos do contratante e orientações complementares de fabricantes de materiais e sistemas.	Detalhamento de materiais, métodos executivos, desempenho de sistemas e aceitação de serviços, conforme cada contrato.

4. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

As condições gerais a seguir estabelecem diretrizes mínimas para execução de todos os serviços descritos neste Memorial Descritivo, garantindo segurança, qualidade, organização do canteiro de obras e atendimento às normas técnicas aplicáveis. Todos os trabalhos devem observar os projetos complementares, especificações técnicas e orientações da fiscalização.

4.1. Organização do Canteiro

a) O canteiro deverá ser montado e mantido conforme boas práticas construtivas, garantindo circulação segura, armazenamento adequado de materiais, sinalização visível e condições sanitárias previstas na legislação.

b) A contratada deverá providenciar as instalações provisórias necessárias, mantendo limpeza, ordem e identificação das áreas operacionais.

c) Todo equipamento deve possuir condições adequadas de operação, manutenção e documentação de segurança quando aplicável.

4.2. Mão de Obra e Responsabilidade Técnica

a) A execução deverá ser acompanhada por profissional habilitado, devidamente registrado no CREA.

b) Somente poderão atuar trabalhadores treinados e instruídos conforme NR-18, NR-10 (quando aplicável), NR-12 e demais normas correlatas.

c) É obrigatória a utilização de EPIs em todas as atividades, bem como EPCs compatíveis com o risco.

4.3. Materiais, Fornecimentos e Recebimento

a) Todos os materiais empregados deverão ser novos, íntegros, adequados ao uso e atender às normas técnicas aplicáveis.

b) Materiais que apresentarem defeitos, deterioração, deformações, contaminações ou incompatibilidades deverão ser rejeitados e substituídos imediatamente.

c) A fiscalização poderá solicitar notas fiscais, fichas técnicas, certificados de qualidade ou ensaios laboratoriais sempre que julgar necessário.

4.4. Métodos de Execução

a) Cada serviço deverá seguir o método executivo indicado neste memorial, incluindo etapas de preparação, implantação, conferências e verificações finais.

b) A contratada é responsável pela correta sequência de execução, garantindo compatibilidade entre serviços e evitando retrabalhos.

c) Em caso de necessidade de alteração de métodos, a contratada deverá solicitar aprovação prévia da fiscalização.

4.5. Sinalização e Segurança

a) A obra deverá permanecer sinalizada durante todo o período de execução, com placas de advertência, isolamento de áreas de risco e barreiras físicas quando necessário.
b) Em áreas com circulação de pedestres ou veículos, deverá ser implantada sinalização complementar conforme exigido pela NR-18 e boas práticas de segurança.
c) Atividades potencialmente perigosas (escavações, içamentos, movimentação de cargas, operação de máquinas) deverão contar com monitoramento e procedimentos específicos.

4.6. Condições Climáticas

a) Serviços sensíveis às variações climáticas, como pinturas, concretagens, aplicação de emulsões, regularizações e compactações, não deverão ser executados sob chuva ou condições que comprometam a qualidade.

b) Em caso de interrupção, a contratada deverá proteger as frentes de trabalho contra danos, infiltrações ou degradações.

4.7. Interferências e Proteções

a) Antes do início de qualquer serviço, a contratada deverá identificar redes existentes, estruturas, vegetações e demais interferências.

b) É responsabilidade da contratada manter protegidos todos os elementos pertencentes à contratante, terceiros ou concessionárias.

c) Danos causados a infraestruturas existentes deverão ser reparados imediatamente e sem ônus à contratante.

4.8. Controle de Qualidade

a) Todos os serviços só serão considerados concluídos após inspeção e aprovação da fiscalização.

b) Serão rejeitadas atividades executadas de forma inadequada, com materiais incorretos ou fora dos parâmetros definidos neste memorial.

c) Sempre que necessário, poderão ser solicitados ensaios tecnológicos (compactação, slump, ruptura de corpos de prova, estanqueidade, entre outros).

4.9. Limpeza e Manutenção do Canteiro

a) O canteiro deve permanecer limpo e organizado diariamente, com remoção adequada de entulhos e resíduos conforme diretrizes ambientais.

b) A contratada deverá disponibilizar recipientes apropriados para coleta seletiva quando exigido.

c) Ao final dos serviços, toda a área deverá ser entregue limpa, nivelada e desobstruída para inspeção e aprovação.

---

5. SERVIÇOS

A execução da obra seguirá a sequência lógica: administração de obra, cobertura, forro, pintura, louças metais bancadas e acessórios, esquadrias, Instalações hidrossanitárias, instalações elétricas e serviços finais.

5.1. ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS

A administração de obra para o melhoramento da cobertura e instalações do Hospital Municipal de Canarana contempla encarregado geral, engenheiro civil de obra júnior e técnico em segurança do trabalho.

- **ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES**

  A execução dos serviços deverá contar com a atuação de Encarregado Geral de Obras, profissional responsável pela coordenação das atividades operacionais no

canteiro, acompanhamento da execução dos serviços, orientação das equipes de trabalho e interface direta com a fiscalização.

O Encarregado Geral deverá possuir experiência compatível com a natureza e complexidade da obra, sendo responsável por garantir o cumprimento do cronograma, a adequada execução dos serviços e a observância das especificações técnicas estabelecidas.

Compete ao Encarregado Geral:

- Coordenar e supervisionar as equipes de campo;
- Acompanhar a execução dos serviços, assegurando conformidade com projetos e normas técnicas;
- Controlar a distribuição de tarefas, materiais e equipamentos;
- Apoiar a implementação das medidas de segurança do trabalho;
- Manter comunicação contínua com a equipe técnica e a fiscalização da obra.

Os encargos complementares compreendem todos os custos indiretos relacionados à disponibilização do profissional, incluindo remuneração, encargos sociais e trabalhistas, alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais insumos necessários ao desempenho de suas funções.

A atuação do profissional deverá observar as disposições das Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo condições adequadas de segurança e organização no canteiro de obras.

✓ **Materiais:**

Não se aplica fornecimento de materiais diretos ao serviço, estando contemplados nos encargos complementares os insumos indiretos necessários ao desempenho da função, como equipamentos de proteção individual (EPIs), materiais de apoio administrativo, comunicação e controle de obra.

✓ **Métodos Construtivos:**

A atuação do encarregado geral deverá ocorrer de forma contínua no canteiro, coordenando equipes, distribuindo atividades, acompanhando a execução dos serviços e garantindo o cumprimento das especificações técnicas, cronograma e diretrizes da fiscalização. Deverá assegurar organização do canteiro, controle de produtividade e interface direta entre operários e equipe técnica.

❖ **ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES**

Para o adequado desenvolvimento dos serviços, deverá ser disponibilizado Engenheiro Civil de Obra Júnior, profissional legalmente habilitado e com registro ativo no conselho profissional competente, ao qual caberá a responsabilidade pelo acompanhamento técnico da execução, bem como pela verificação do atendimento às condições estabelecidas em projeto, especificações e normas aplicáveis.

O profissional será responsável pela emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução da obra, além de atuar no suporte técnico às frentes de serviço, assegurando que as atividades sejam conduzidas conforme os critérios de qualidade, desempenho e segurança exigidos.

No exercício de suas atribuições, deverá atuar no acompanhamento sistemático dos serviços em campo, contribuindo para o planejamento e controle das atividades, analisando medições e relatórios técnicos, orientando as equipes executoras quanto aos procedimentos adequados e verificando a correta aplicação dos materiais. Também deverá manter interlocução permanente com a fiscalização, promovendo o alinhamento técnico necessário ao bom andamento da obra.

Os encargos complementares abrangem todos os custos inerentes à disponibilização do profissional, compreendendo remuneração, encargos sociais e trabalhistas, transporte, alimentação, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais recursos indispensáveis ao desempenho de suas funções.

As atividades deverão ser desenvolvidas em conformidade com as normas técnicas vigentes e com as disposições das Normas Regulamentadoras aplicáveis, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo condições adequadas de segurança, qualidade e organização no ambiente de trabalho.

- ✓ **Materiais:**

Incluem-se nos encargos os recursos necessários ao exercício da função, tais como equipamentos de medição, EPIs, ferramentas de controle técnico, documentação, softwares e demais insumos indiretos.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

O profissional será responsável pelo acompanhamento técnico da obra, análise de projetos, validação de serviços executados, elaboração de relatórios, medições e suporte à fiscalização. Deverá garantir que os serviços sejam executados conforme normas técnicas, assegurando qualidade, desempenho e conformidade contratual.

❖ TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

Como medida indispensável à garantia das condições adequadas de segurança no canteiro de obras, deverá ser disponibilizado Técnico em Segurança do Trabalho, profissional devidamente qualificado e com registro no órgão competente, responsável pela implementação, acompanhamento e fiscalização das práticas de segurança durante a execução dos serviços.

Caberá ao profissional promover a orientação contínua das equipes quanto ao cumprimento das normas de segurança, identificar e avaliar riscos ocupacionais, propor medidas preventivas e corretivas, bem como acompanhar a correta utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).

Deverá, ainda, atuar na elaboração e acompanhamento de documentos pertinentes à segurança do trabalho, tais como programas, relatórios e registros obrigatórios, além de colaborar na investigação de eventuais ocorrências e na adoção de medidas que evitem sua reincidência.

Os encargos complementares compreendem todos os custos associados à disponibilização do profissional, incluindo remuneração, encargos sociais e trabalhistas, transporte, alimentação, EPIs e demais recursos necessários ao pleno desempenho de suas atribuições.

As atividades deverão estar em conformidade com as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo a integridade física dos trabalhadores, a organização do ambiente de trabalho e o atendimento às exigências legais vigentes.

✓ **Materiais:**

Estão contemplados os EPIs, EPCs, sinalização de segurança, materiais educativos e instrumentos de controle de risco utilizados no canteiro.

✓ **Métodos Construtivos:**

A atuação consiste na implementação e fiscalização das condições de segurança, identificação de riscos, orientação das equipes e garantia do cumprimento das Normas Regulamentadoras, especialmente NR-18 e NR-35. Deverá monitorar atividades críticas e promover ações preventivas e corretivas.

5.2. COBERTURA

Os serviços de cobertura abrangem remoção de trama de madeira apodrecida, retirada e recolocação de telhas cerâmicas, bem como execução de trama de madeira composta por ripas, caibros e terças.

❖ RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL

No âmbito das intervenções na cobertura, será executada a retirada e posterior recolocação das telhas cerâmicas tipo capa-canal existentes, em coberturas com até duas águas, incluindo todas as operações necessárias ao içamento, manuseio e redistribuição das peças.

A desmontagem deverá ser realizada de forma manual e cuidadosa, visando preservar a integridade das telhas passíveis de reaproveitamento, evitando quebras, trincas ou quaisquer danos que comprometam seu desempenho.

Após a revisão da estrutura de apoio, as telhas deverão ser recolocadas obedecendo ao correto posicionamento, alinhamento e sobreposição, garantindo adequada estanqueidade e escoamento das águas pluviais. Eventuais peças danificadas deverão ser substituídas por outras de características equivalentes.

O içamento e transporte vertical dos materiais deverão ser realizados com equipamentos apropriados, garantindo segurança operacional e evitando riscos aos trabalhadores e à edificação.

Durante toda a execução, deverão ser observadas as condições de segurança, especialmente no que se refere ao trabalho em altura, com uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e adoção de medidas de proteção coletiva, em conformidade com as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao término dos serviços, a cobertura deverá apresentar perfeito ajuste, alinhamento e funcionamento, sem infiltrações, deslocamentos ou falhas de vedação.

- ✓ **Materiais:**

Telhas cerâmicas existentes, peças de reposição, equipamentos de içamento, ferramentas manuais e EPIs.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

A retirada será realizada manualmente, com cuidado para reaproveitamento. Após revisão da estrutura, as telhas serão reinstaladas com alinhamento adequado, garantindo sobreposição correta e estanqueidade da cobertura.

❖ REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA

Para viabilizar as intervenções na cobertura, será realizada a remoção da trama de madeira existente, compreendendo ripas, caibros, terças e demais elementos estruturais, executada de forma manual e sem reaproveitamento dos materiais.

Os serviços deverão ser conduzidos de maneira criteriosa, com utilização de ferramentas adequadas, visando evitar danos às estruturas adjacentes e garantir a integridade das áreas que não serão objeto de intervenção.

Todo o material removido deverá ser considerado inservível, sendo devidamente segregado, acondicionado e destinado conforme as normas ambientais vigentes, incluindo transporte, carga e descarga em local apropriado.

Durante a execução, deverão ser adotadas medidas de segurança compatíveis com a atividade, especialmente quanto ao trabalho em altura, com uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e adoção de dispositivos de proteção coletiva, em conformidade com as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao final dos serviços, a área deverá ser entregue limpa, desobstruída e em condições adequadas para a execução das etapas subsequentes.

- ✓ **Materiais:**

Ferramentas manuais (marretas, alavancas, serras), equipamentos de proteção individual, dispositivos de segurança para trabalho em altura e recipientes para acondicionamento dos resíduos.

✓ **Métodos Construtivos:**

A desmontagem deverá ser executada manualmente, iniciando-se pelos elementos superiores e seguindo sequência controlada, evitando colapsos ou acidentes. Os materiais removidos serão descartados conforme normas ambientais, mantendo a área limpa e segura.

❖ **TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS**

Visando à recomposição da estrutura de apoio da cobertura, será executada nova trama de madeira, composta por ripas, caibros e terças, destinada à sustentação de telhas cerâmicas ou de concreto em coberturas com até duas águas.

A madeira empregada deverá ser de boa qualidade, seca, isenta de defeitos, como empenamentos, rachaduras, apodrecimento ou ataque de agentes biológicos, devendo receber tratamento preservativo adequado contra fungos e insetos xilófagos, de modo a garantir maior durabilidade ao sistema.

A montagem deverá obedecer ao correto espaçamento entre os elementos estruturais, conforme o tipo de telha adotado, assegurando adequada distribuição de cargas, estabilidade e desempenho da cobertura. Todas as ligações deverão ser executadas com fixações apropriadas, garantindo rigidez e segurança ao conjunto.

O transporte vertical dos materiais até o local de aplicação deverá estar incluso, sendo realizado por meios adequados, de forma segura e sem comprometer a integridade dos elementos.

Durante a execução, deverão ser observadas as condições de segurança, especialmente quanto ao trabalho em altura, com uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e adoção de medidas de proteção coletiva, em conformidade com as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Ao final, a estrutura deverá apresentar perfeito alinhamento, nivelamento e estabilidade, estando apta a receber o sistema de cobertura previsto.

✓ **Materiais:**

Madeira serrada (ripas, caibros, terças), pregos, parafusos, conectores metálicos, tratamento preservativo e EPIs.

✓ **Métodos Construtivos:**

A estrutura será montada conforme projeto, garantindo alinhamento, prumo e nivelamento. As peças deverão ser fixadas de forma segura, assegurando estabilidade e adequada distribuição de cargas antes da colocação das telhas.

5.3. FORRO

Os serviços de forro abrangem demolição e execução de novo forro em PVC especialmente nas áreas da lavanderia e cozinha da unidade hospitalar.

❖ DEMOLIÇÃO DE FORROS

Como etapa preparatória para as intervenções internas, será realizada a demolição dos forros existentes, independentemente do tipo de material empregado, incluindo estrutura de sustentação, elementos de fixação e demais componentes associados.

A execução deverá ocorrer de forma manual e controlada, de modo a evitar danos às estruturas adjacentes, instalações embutidas e demais elementos que permanecerão em uso, devendo ser previamente verificada a existência de interferências, como redes elétricas, hidráulicas ou outros sistemas.

Os materiais resultantes da demolição deverão ser considerados inservíveis, sendo devidamente removidos, segregados e destinados a local apropriado, incluindo as operações de carga, transporte e descarga.

Durante a execução, deverá ser mantida a organização da área, evitando o acúmulo excessivo de resíduos e garantindo condições adequadas para a continuidade dos serviços subsequentes. Ao final, as superfícies deverão estar limpas, desobstruídas e preparadas para a execução das etapas posteriores previstas em projeto.

✓ **Materiais:**

Ferramentas manuais, escadas, EPIs e recipientes para entulho.

✓ **Métodos Construtivos:**

A remoção será realizada de forma manual e controlada, evitando danos à estrutura existente. O material será acondicionado e destinado conforme normas ambientais, mantendo a área limpa.

❖ FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO

Com a finalidade de recompor os ambientes internos, será executado forro em réguas de PVC liso, adequado para aplicação em áreas internas, incluindo todos os elementos necessários à sua fixação e perfeito funcionamento.

As réguas deverão ser de boa qualidade, com acabamento uniforme, superfície lisa, isentas de deformações, fissuras ou quaisquer imperfeições que comprometam o aspecto final. O material deverá apresentar resistência adequada à umidade, facilidade de limpeza e durabilidade compatível com o uso proposto.

A fixação será realizada por meio de estrutura de sustentação unidirecional, devidamente nivelada e alinhada, composta por perfis apropriados ao sistema adotado, garantindo estabilidade, rigidez e correto posicionamento das peças.

A montagem deverá assegurar o adequado encaixe entre as réguas, com juntas regulares, sem folgas excessivas ou desalinhamentos, proporcionando acabamento contínuo e esteticamente uniforme.

Ao final da execução, o forro deverá apresentar perfeito nivelamento, alinhamento e acabamento, sem ondulações, empenamentos ou falhas de fixação, estando apto ao uso conforme as condições previstas em projeto.

✓ **Materiais:**

Réguas de PVC, perfis metálicos galvanizados, parafusos, pendurais, cantoneiras, acessórios de fixação e EPIs.

✓ **Métodos Construtivos:**

A estrutura será instalada previamente, garantindo nivelamento. As réguas serão fixadas com encaixe contínuo, assegurando alinhamento e acabamento uniforme, compatibilizando com instalações existentes.

❖ **ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO)**

Como etapa complementar à execução do forro, serão instalados os elementos de acabamento perimetral, consistentes em roda-forro em perfil metálico e/ou plástico, com a finalidade de proporcionar adequado arremate entre o forro e as superfícies verticais adjacentes.

Os perfis deverão ser de boa qualidade, com acabamento uniforme, isentos de deformações, empenamentos ou imperfeições, apresentando compatibilidade com o sistema de forro adotado e com as condições do ambiente. Quando metálicos, deverão possuir proteção contra corrosão; quando plásticos, deverão apresentar resistência adequada ao uso e estabilidade dimensional.

A fixação deverá ser realizada de forma contínua ao longo do perímetro, garantindo alinhamento, nivelamento e perfeita aderência às superfícies de contato. As emendas entre peças deverão ser executadas com precisão, de modo a assegurar continuidade visual e evitar desníveis ou falhas de acabamento.

Deverão ser observadas todas as interfaces com paredes, pilares, vigas e demais elementos construtivos, sendo executados os ajustes necessários para acomodação de irregularidades e obtenção de acabamento uniforme. Não serão admitidas folgas excessivas, desalinhamentos, peças soltas ou com fixação deficiente.

Ao término dos serviços, os acabamentos deverão apresentar aspecto contínuo, limpo e esteticamente adequado, contribuindo para o bom desempenho e qualidade visual do conjunto do forro.

A medição será realizada em metro linear (m) de roda-forro efetivamente instalado, considerando todo o desenvolvimento perimetral executado, incluindo fornecimento, fixação, emendas e arremates necessários, não sendo admitidos acréscimos decorrentes de perdas, recortes ou sobreposições.

✓ **Materiais:**

Perfis metálicos ou plásticos, fixadores, buchas, parafusos e selantes.

✓ **Métodos Construtivos:**

Os perfis serão instalados ao longo do perímetro, garantindo acabamento uniforme entre forro e paredes, com fixação contínua e alinhada.

5.4. PINTURA

Este serviço abrange pintura interna e externa das vedações em alvenaria da edificação do Hospital Municipal de Canarana, bem como pintura das esquadrias de madeira com esmalte sintético.

❖ **PINTURA PARA INTERIORES, SOBRE PAREDES OU TETOS.**

As superfícies internas de paredes e tetos receberão sistema de pintura com tinta látex PVA para interiores, compreendendo as etapas de preparação, regularização e acabamento, de modo a garantir adequado padrão estético e durabilidade do revestimento.
Inicialmente será realizado lixamento das superfícies, removendo imperfeições, partículas soltas ou resíduos que possam comprometer a aderência das camadas subsequentes. Em seguida será aplicada uma demão de líquido selador, com a finalidade de uniformizar a absorção da base e melhorar a aderência dos materiais de acabamento.
Posteriormente serão aplicadas duas demãos de massa corrida, promovendo a regularização da superfície e correção de pequenas imperfeições. Após a secagem da massa, deverá ser realizado novo lixamento para obtenção de superfície lisa e uniforme.
Concluída a preparação da base, será executada a pintura final mediante aplicação de duas demãos de tinta látex PVA convencional para interiores, garantindo cobertura homogênea, acabamento uniforme e adequada proteção das superfícies.
A execução deverá seguir as recomendações do fabricante dos materiais e as boas práticas de pintura na construção civil, assegurando qualidade e desempenho do acabamento.

✓ **Materiais:**

Lixa, selador, massa corrida, tinta PVA, rolos, pincéis e EPIs.

✓ **Métodos Construtivos:**

As superfícies serão preparadas com lixamento e limpeza, seguidas de aplicação de selador, massa e pintura em demãos sucessivas, respeitando tempo de secagem e garantindo acabamento uniforme.

❖ **PINTURA PARA EXTERIORES, SOBRE PAREDES, COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR ACRÍLICO, 02 DEMÃOS DE**

MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTAPVA LÁTEX CONVENCIONAL PARA EXTERIORES

Nas superfícies externas das paredes será executado sistema de pintura para áreas externas, compreendendo preparação da base, regularização e aplicação do revestimento final, visando garantir proteção da edificação e adequado acabamento estético.
Inicialmente será realizado lixamento das superfícies, removendo imperfeições, poeira, resíduos ou partes soltas que possam comprometer a aderência das camadas subsequentes. Em seguida será aplicada uma demão de líquido selador acrílico, com a finalidade de uniformizar a absorção da base e melhorar a aderência dos materiais de acabamento.
Após a secagem do selador, serão aplicadas duas demãos de massa acrílica, destinadas à regularização da superfície e correção de pequenas imperfeições. Concluída essa etapa, será efetuado lixamento para obtenção de superfície lisa e homogênea.
A etapa final consistirá na aplicação de duas demãos de tinta látex PVA convencional para exteriores, garantindo cobertura uniforme, proteção contra intempéries e acabamento das superfícies. Todos os serviços deverão seguir as recomendações dos fabricantes dos materiais e as boas práticas de pintura na construção civil, assegurando qualidade, durabilidade e desempenho do sistema de revestimento.

- ✓ **Materiais:**

Selador acrílico, massa acrílica, tinta externa, ferramentas de pintura e EPIs.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

As superfícies serão preparadas e tratadas, com aplicação de selador, regularização e pintura, garantindo resistência às intempéries e durabilidade.

❖ **PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA**

Para o tratamento e acabamento das superfícies em madeira, será aplicada pintura com tinta esmalte sintético de acabamento brilhante, em três demãos, conforme especificações do fabricante.
As superfícies deverão ser previamente preparadas, incluindo limpeza, remoção de partículas soltas, poeiras, graxas ou quaisquer contaminantes, bem como lixamento adequado para garantir melhor aderência da pintura. Eventuais imperfeições deverão ser corrigidas antes da aplicação do revestimento.
A aplicação das demãos deverá respeitar os intervalos de secagem recomendados pelo fabricante, garantindo a correta formação da película, uniformidade de cor e acabamento superficial.
O produto a ser utilizado deverá apresentar boa cobertura, resistência ao desgaste, durabilidade e acabamento uniforme, compatível com o uso previsto. Ao término dos

serviços, as superfícies deverão apresentar aspecto homogêneo, sem manchas, escorrimentos, falhas de cobertura ou diferenças de tonalidade, garantindo padrão estético e qualidade do acabamento.

- ✓ **Materiais:**

Lixas, fundo preparador, esmalte sintético, solventes e ferramentas de aplicação.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

A madeira será preparada com lixamento e limpeza, seguida de aplicação de fundo e três demãos de esmalte, garantindo acabamento uniforme e proteção.

5.5. LOUÇAS, METAIS, BANCADAS E ACESSÓRIOS

Neste tópico estão elencados os serviços relativos ao assentamento de bancadas, vaso sanitário e lavatório nos banheiros, bem como demais acessórios para pias e tanques.

❖ REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO

Para viabilizar a substituição dos equipamentos existentes, será realizada a remoção das louças sanitárias, tais como vasos, lavatórios e demais peças, de forma manual e sem reaproveitamento.

A execução deverá ser conduzida com os devidos cuidados, incluindo o prévio desligamento das ligações hidráulicas, a fim de evitar vazamentos, danos às instalações existentes e interferências nas áreas adjacentes.

As peças removidas serão consideradas inservíveis, devendo ser devidamente acondicionadas e destinadas a local apropriado, contemplando as etapas de carga, transporte e descarte conforme as práticas aplicáveis.

Eventuais pontos de fixação, conexões e tubulações expostas deverão ser devidamente protegidos ou vedados após a remoção, de modo a manter a integridade do sistema até a execução das etapas subsequentes. Ao final, a área deverá permanecer limpa, organizada e em condições adequadas para a instalação dos novos equipamentos previstos.

- ✓ **Materiais:**

Ferramentas manuais, EPIs e recipientes para descarte.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

A remoção será realizada manualmente, com cuidado para evitar danos às instalações existentes. Os resíduos serão destinados conforme normas ambientais.

❖ LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1,30X0,60, COM 02 CUBAS DE EMBUTIR DE LOUÇA, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM

Para a composição dos ambientes sanitários, será executado lavatório com bancada em granito tipo cinza andorinha, com espessura mínima de 2 cm e dimensões aproximadas de 1,30 m x 0,60 m, incluindo rodopia com altura de 10 cm, devidamente fixada à parede.
A bancada deverá ser confeccionada em peça única ou emendas tecnicamente tratadas, apresentando superfície polida, bordas acabadas e ausência de fissuras, trincas ou imperfeições que comprometam sua durabilidade e aspecto final.
Serão instaladas duas cubas de embutir em louça, devidamente fixadas e vedadas, garantindo estanqueidade e perfeito encaixe ao conjunto.
O sistema hidráulico deverá contemplar sifão, válvula e torneiras cromadas, todos compatíveis com o uso, devidamente instalados e vedados, assegurando funcionamento adequado, sem vazamentos.
A fixação da bancada deverá ser executada com suportes apropriados ou mãos francesas, garantindo estabilidade, nivelamento e segurança ao conjunto. Ao final da instalação, o lavatório deverá apresentar perfeito alinhamento, acabamento uniforme, funcionamento adequado dos dispositivos hidráulicos e vedação eficiente, estando apto ao uso conforme previsto em projeto.

- ✓ **Materiais:**

Placa de granito cinza andorinha com espessura de 2 cm, cubas de embutir em louça, sifão cromado, válvula cromada, torneira metálica cromada, rodopia em granito, argamassa de assentamento, selantes e fixadores.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

A bancada será assentada sobre base previamente nivelada, garantindo apoio uniforme. As cubas serão embutidas com vedação adequada, evitando infiltrações. As conexões hidráulicas deverão ser executadas com estanqueidade, assegurando perfeito funcionamento do conjunto.

- ❖ **VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM**

Com o objetivo de equipar adequadamente os ambientes sanitários, será instalado vaso sanitário sifonado com caixa acoplada, em louça branca, completo e em perfeitas condições de uso.
O conjunto deverá ser de boa qualidade, apresentando acabamento uniforme, isento de trincas, fissuras ou imperfeições, devendo garantir resistência mecânica, durabilidade e adequado desempenho hidráulico.
A instalação deverá contemplar todos os componentes necessários ao funcionamento do sistema, incluindo engate flexível em plástico branco, com dimensão de 1/2" x 40 cm, bem como vedação apropriada entre as conexões, assegurando estanqueidade e ausência de vazamentos.

A fixação do vaso ao piso deverá ser realizada com parafusos e buchas adequados, garantindo estabilidade e correto posicionamento da peça, além de vedação eficiente na ligação com a rede de esgoto.
Após a instalação, o equipamento deverá apresentar perfeito alinhamento, funcionamento adequado do sistema de descarga, vedação eficiente e ausência de vazamentos, estando apto ao uso conforme previsto em projeto.

- ✓ **Materiais:**

Bacia sanitária em louça branca, caixa acoplada, engate flexível, anel de vedação, parafusos de fixação e acessórios.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

A instalação será realizada sobre base regularizada, com fixação firme e vedação adequada. As conexões serão testadas para garantir ausência de vazamentos e pleno funcionamento do sistema de descarga.

❖ **TAMPO EM AÇO INOXIDAVEL (SEM CUBA), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, L=57CM**

Com a finalidade de complementar os pontos de apoio e superfícies de trabalho, será instalado tampo em aço inoxidável, sem cuba, com largura aproximada de 57 cm, conforme especificações de projeto.
O tampo deverá ser confeccionado em aço inox de boa qualidade, com superfície lisa, acabamento uniforme e bordas devidamente arrematadas, isento de deformações, ondulações ou imperfeições que comprometam sua funcionalidade e aspecto final.
A peça deverá ser instalada sobre base adequada ou estrutura de suporte compatível, devidamente nivelada, garantindo estabilidade, resistência e correto posicionamento.
As fixações deverão ser executadas com dispositivos apropriados, assegurando firmeza ao conjunto, bem como adequado ajuste junto às superfícies adjacentes.
Após a instalação, o tampo deverá apresentar perfeito alinhamento, nivelamento e acabamento, sem folgas, desalinhamentos ou falhas de fixação, estando apto ao uso conforme previsto.

- ✓ **Materiais:**

Chapa de aço inox, suportes metálicos, parafusos, buchas e selantes.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

O tampo será fixado sobre estrutura adequada, garantindo nivelamento e estabilidade. As juntas deverão ser vedadas para evitar infiltrações.

5.7. ESQUADRIAS

Os serviços condizentes às esquadrias contemplam o assentamento de kit porta de madeira para aplicação de verniz na entrada, banheiros, DML, área de serviço e enfermarias, conforme indicado em projeto.

❖ REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO

Em função das adequações previstas nos ambientes, será realizada a remoção das portas existentes, incluindo folhas, batentes, guarnições, ferragens e demais componentes associados, de forma manual e sem reaproveitamento dos materiais.
A execução deverá ser conduzida de maneira controlada, evitando danos às alvenarias, revestimentos e demais elementos adjacentes que permanecerão, devendo ser adotados os cuidados necessários durante a retirada dos componentes fixados.
Os materiais resultantes da remoção serão considerados inservíveis, devendo ser devidamente recolhidos, acondicionados e destinados a local apropriado, contemplando as etapas de carga, transporte e descarte.
Após a remoção, os vãos deverão permanecer limpos e, quando necessário, com regularização das superfícies, de modo a permitir a adequada instalação dos novos elementos previstos. Ao final, as áreas deverão estar desobstruídas e em condições apropriadas para a continuidade dos serviços subsequentes.

- ✓ **Materiais:**

Ferramentas manuais e EPIs.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

As portas serão removidas manualmente, com desmontagem de folhas e batentes, evitando danos às paredes adjacentes.

❖ PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, 1,60 X 2,10 M, 2 FOLHAS, COM VISOR (50X50CM), INCLUSIVE BATENTES DE 24CM E FERRAGENS, EXCETO VIDROS

Com vistas à adequação dos acessos internos, será instalada porta de duas folhas em madeira compensada tipo canela, lisa, semi-ôca, com dimensões aproximadas de 1,60 m x 2,10 m, contemplando visor em cada folha, com dimensões de 50 cm x 50 cm, conforme especificações de projeto.
As folhas deverão apresentar acabamento uniforme, superfície lisa e ausência de empenamentos, fissuras ou quaisquer imperfeições que comprometam o desempenho e a durabilidade do conjunto.
O sistema deverá incluir batentes com largura de 24 cm, devidamente fixados ao vão, garantindo prumo, nível e esquadro adequados. As ferragens deverão contemplar

dobradiças, fechaduras, maçanetas e demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento das folhas.
Os visores deverão ser devidamente preparados para posterior instalação dos vidros, não estando estes inclusos no presente item, devendo ser assegurado o correto acabamento dos recortes e a compatibilidade com o sistema de fixação a ser adotado.
A instalação deverá garantir o correto alinhamento entre as folhas, abertura e fechamento suaves, sem interferências, além de adequado ajuste ao batente.
Ao término dos serviços, o conjunto deverá apresentar perfeito funcionamento, estabilidade, acabamento uniforme e compatibilidade com os demais elementos da edificação.

- ✓ **Materiais:**

Folhas de madeira compensada, batentes, ferragens e visor (exceto vidro).

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Montagem das folhas, fixação do conjunto e ajuste das ferragens, garantindo alinhamento e funcionamento adequado.

❖ **PORTA EM MADEIRA DE LEI, ALMOFADADA, 0.60 X 2.10 M, INCLUSIVE BATENTE E FERRAGENS**

Para a adequação dos vãos internos, será instalada porta em madeira de lei, tipo almofadada, com dimensões aproximadas de 0,60 m x 2,10 m, incluindo batente, ferragens e todos os componentes necessários ao seu perfeito funcionamento.
A folha da porta deverá ser confeccionada em madeira de boa qualidade, devidamente seca, isenta de defeitos como empenamentos, fissuras ou imperfeições, apresentando acabamento uniforme e resistência compatível com o uso previsto.
O conjunto deverá incluir batente em madeira, devidamente fixado ao vão, garantindo prumo, nível e esquadro adequados. As ferragens deverão contemplar dobradiças, fechadura, maçaneta e demais acessórios, todos de qualidade compatível e devidamente instalados.
A instalação deverá assegurar perfeito ajuste entre folha e batente, com funcionamento suave, sem atritos excessivos ou folgas indevidas, garantindo vedação e alinhamento adequados.
Ao final, a porta deverá apresentar acabamento uniforme, correto funcionamento dos dispositivos de abertura e fechamento, além de estabilidade e durabilidade compatíveis com as condições de uso.

- ✓ **Materiais:**

Madeira maciça, ferragens e batente.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Instalação com fixação firme e ajuste das folhas, garantindo estanqueidade e resistência.

❖ **PORTA RADIOLÓGICA EM MAD/MAD DE LEI, P/PINTURA, DIM: 0,92X2,12M, LAMINADO DE CHUMBO EMBUTIDO, E=2MM**

Considerando a necessidade de atendimento às exigências específicas de ambientes com emissão de radiação, será instalada porta radiológica em madeira de lei, própria para pintura, com dimensões aproximadas de 0,92 m x 2,12 m, contendo blindagem interna em chapa de chumbo com espessura mínima de 2 mm.
A folha da porta deverá ser estruturada de forma a garantir a perfeita incorporação do laminado de chumbo, assegurando continuidade da blindagem e eficiência na atenuação da radiação, sem descontinuidades ou falhas.
O conjunto deverá incluir batentes em madeira compatíveis com o sistema, devidamente fixados ao vão, garantindo prumo, nível e adequado ajuste da folha. As ferragens deverão ser reforçadas, contemplando dobradiças de alta resistência, fechadura autoblocante e maçaneta tipo alavanca, compatíveis com o peso e as características da porta. Poderá ser adotado modelo de referência da marca Arouca, ref.: 108449/40-Z-ZCE, ou equivalente técnico.
A instalação deverá assegurar perfeito alinhamento, funcionamento suave, vedação adequada e total compatibilidade com os requisitos de proteção radiológica do ambiente.
Ao final, o conjunto deverá apresentar acabamento uniforme, estabilidade, correto funcionamento e desempenho compatível com as exigências técnicas previstas para ambientes radiológicos.

- ✓ **Materiais:**

Madeira com revestimento em chumbo, ferragens reforçadas, fechadura especial e batentes.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Instalação conforme requisitos específicos, garantindo vedação radiológica, alinhamento e funcionamento seguro.

❖ **KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 60x210CM, 70x210CM, 80X210CM e 90x210.**

Nos vãos indicados em projeto serão instaladas portas de madeira tipo semi-oca (leve ou média), padrão médio, com dimensões de 60 x 210 cm, 70 X 210 cm, 80 x 210 cm e 90 x 210 cm, e espessura de 3,5 cm, adequadas para acabamento em verniz.
O fornecimento contempla o kit completo da porta, incluindo folha de porta, batente, dobradiças, fechadura, bem como todos os serviços necessários para montagem e instalação do conjunto. As portas deverão ser fabricadas com madeira de qualidade, devidamente seca e isenta de defeitos que possam comprometer o desempenho ou acabamento.

A instalação deverá assegurar alinhamento, prumo e nivelamento do batente, garantindo perfeito funcionamento da folha. As dobradiças serão fixadas de forma adequada ao peso da porta, e a fechadura será instalada com execução do furo e ajustes necessários, permitindo correto encaixe e funcionamento do mecanismo.
Após a instalação, o conjunto deverá apresentar movimentação suave, perfeito fechamento e adequado acabamento, estando preparado para receber o sistema de acabamento em verniz previsto em item específico do memorial. Todos os serviços deverão seguir as boas práticas de carpintaria e montagem de esquadrias, assegurando qualidade, durabilidade e correto funcionamento do elemento instalado.

- ✓ **Materiais:**

Componentes idênticos ao kit anterior, com dimensões compatíveis.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Execução semelhante, garantindo prumo, nivelamento e funcionamento adequado.

❖ **PORTA EM MADEIRA DE LEI (IPÊ), LISA, SEMI-ÔCA, 100 x 210 CM, COM VISOR EM POLICARBONATO**

Visando à recomposição e adequação das esquadrias internas, será executado o fornecimento e a instalação de porta em madeira de lei (ipê), do tipo lisa, semi-ôca, nas dimensões de 1,00 x 2,10 m, dotada de visor em policarbonato com espessura de 9,5 mm, conforme especificações de projeto.
A folha da porta deverá apresentar acabamento uniforme, superfície regular e isenta de defeitos como empenamentos, trincas, fissuras ou imperfeições que comprometam seu desempenho ou aspecto estético. A madeira empregada deverá possuir resistência mecânica compatível com o uso, devidamente tratada contra agentes xilófagos e umidade, garantindo durabilidade ao conjunto.
O visor em policarbonato deverá ser instalado de forma centralizada ou conforme indicado em projeto, com dimensões aproximadas de 170 x 20 cm, devendo apresentar transparência adequada, resistência a impactos e perfeita vedação nas interfaces com a madeira, evitando folgas ou infiltrações de poeira e umidade.
Os batentes deverão ser executados em madeira compatível, devidamente fixados à alvenaria, com perfeito prumo, nivelamento e esquadro, garantindo o correto funcionamento da porta. As ferragens deverão ser de boa qualidade, compreendendo dobradiças, fechadura, maçaneta e demais acessórios necessários, devidamente instalados e ajustados para assegurar abertura e fechamento suaves, sem interferências ou desalinhamentos.
A instalação deverá observar rigorosamente as condições de alinhamento e fixação, sendo vedada a utilização de peças danificadas ou com encaixe inadequado. Após a conclusão dos serviços, a porta deverá apresentar funcionamento pleno, acabamento uniforme e integração adequada ao conjunto da edificação.
A medição será realizada por unidade (un) de porta efetivamente instalada, incluindo folha, visor em policarbonato, batentes, ferragens, fixação e todos os acessórios

necessários ao perfeito funcionamento, não sendo admitidos acréscimos por ajustes, perdas ou retrabalhos.

- ✓ **Materiais:**

Madeira de lei, visor em policarbonato, ferragens, batentes e selantes.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

A instalação será realizada com fixação adequada e vedação do visor, garantindo estabilidade e durabilidade.

❖ **VISOR EM ALUMÍNIO COM VIDRO LISO 4 MM**

Com a finalidade de proporcionar iluminação natural e visibilidade entre ambientes, será executado o fornecimento e a instalação de visor composto por esquadria em alumínio com vidro liso de 4 mm, conforme dimensões e posicionamento definidos em projeto.
A estrutura em alumínio deverá ser confeccionada com perfis de boa qualidade, com acabamento uniforme, isentos de empenamentos, rebarbas ou defeitos de fabricação, podendo ser anodizados ou com pintura eletrostática, garantindo resistência à corrosão e durabilidade ao conjunto. As peças deverão apresentar perfeito encaixe, com esquadros bem definidos e junções firmes.
O vidro deverá ser do tipo liso, transparente, com espessura de 4 mm, isento de bolhas, riscos, trincas ou quaisquer imperfeições que comprometam sua resistência ou visibilidade. A fixação deverá ser realizada com o uso de baguetes, borrachas ou selantes apropriados, assegurando perfeita vedação e estabilidade do conjunto.
A instalação deverá garantir adequado nivelamento, prumo e alinhamento do visor, bem como sua perfeita fixação ao elemento construtivo (porta, parede ou divisória), evitando folgas, vibrações ou infiltrações. Todas as interfaces deverão receber acabamento compatível, assegurando continuidade visual e estanqueidade.
Ao final dos serviços, o visor deverá apresentar perfeito funcionamento, com vidro devidamente fixado, limpo e sem imperfeições aparentes, contribuindo para o conforto visual e segurança do ambiente.
A medição será realizada por unidade (un) de visor efetivamente instalado, incluindo fornecimento da esquadria em alumínio, vidro, elementos de fixação, vedação e todos os acessórios necessários ao completo funcionamento, não sendo admitidos acréscimos por perdas, recortes ou ajustes de instalação.

- ✓ **Materiais:**

Perfis de alumínio, vidro liso 4 mm, borrachas e selantes.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Montagem da esquadria, fixação do vidro e vedação, garantindo estabilidade e acabamento.

5.8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Neste tópico estão contemplados todos os serviços relativos ao melhoramento das instalações elétricas da unidade hospitalar em questão.

❖ REVISÃO DE PONTO DE INTERRUPTOR COM REPOSIÇÃO DO INTERRUPTOR E FIAÇÃO

Com o intuito de garantir o adequado funcionamento das instalações elétricas, será realizada a revisão dos pontos de interruptores existentes, contemplando a verificação das condições dos componentes e a substituição do interruptor e da fiação quando necessário.
A intervenção deverá incluir a inspeção das caixas de passagem, condutores, conexões e demais elementos do circuito, promovendo a substituição dos componentes que apresentem desgaste, mau contato ou inadequação ao uso.
Os novos interruptores deverão ser compatíveis com o sistema elétrico existente, apresentando bom acabamento, funcionamento adequado e resistência ao uso contínuo. A fiação a ser empregada deverá possuir seção e isolamento compatíveis com a carga do circuito, garantindo desempenho e durabilidade.
As conexões deverão ser executadas de forma adequada, assegurando bom contato elétrico e evitando aquecimento, falhas ou interrupções no funcionamento. Ao final, o ponto deverá estar plenamente operacional, com acionamento adequado, sem folgas, falhas ou mau funcionamento, atendendo às condições previstas para uso seguro e eficiente.

- ✓ **Materiais:**

Interruptor novo, fios elétricos, conectores e fita isolante.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Desmontagem do ponto existente, substituição dos componentes e testes de funcionamento.

❖ REVISÃO DE PONTO DE TOMADA SIMPLES COM REPOSIÇÃO DA TOMADA E DA FIAÇÃO

No processo de adequação das instalações elétricas, será executada a revisão dos pontos de tomada simples existentes, compreendendo a substituição das tomadas e da fiação sempre que constatadas condições inadequadas de uso ou desgaste dos componentes.
Os serviços deverão contemplar a inspeção das caixas de embutir, condutores, conexões e demais elementos do circuito, com a devida recomposição dos itens que não atendam às condições técnicas exigidas.
As novas tomadas deverão apresentar padrão compatível com o sistema existente, garantindo firmeza na fixação, adequado encaixe dos plugues e acabamento

uniforme. A fiação a ser empregada deverá possuir seção nominal e isolamento apropriados à carga do circuito, assegurando desempenho adequado.
As conexões deverão ser executadas de forma segura e eficiente, garantindo continuidade elétrica e evitando falhas de funcionamento, aquecimento ou mau contato. Após a conclusão dos serviços, o ponto deverá estar em pleno funcionamento, com estabilidade no fornecimento de energia, sem folgas, interrupções ou irregularidades.

- ✓ **Materiais:**

Tomada, cabos elétricos e acessórios.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Substituição dos componentes e verificação do funcionamento e segurança elétrica.

❖ **REVISÃO DE PONTO DE LUZ TIPO 2, EM TETO OU PAREDE**

Dando continuidade às adequações das instalações elétricas, será realizada a revisão dos pontos de luz tipo 2 existentes, localizados em teto ou parede, contemplando a verificação das condições de funcionamento e a recomposição dos componentes quando necessário.
Os serviços deverão incluir a inspeção das caixas de passagem, condutores, conexões, soquetes e demais elementos associados ao ponto de iluminação, promovendo a substituição daqueles que apresentem desgaste, mau contato ou inadequação ao uso.
Os componentes a serem utilizados deverão ser compatíveis com o sistema elétrico existente, garantindo adequado desempenho, fixação segura e funcionamento regular do ponto de luz.
As conexões deverão ser executadas de forma criteriosa, assegurando continuidade elétrica, evitando aquecimento e falhas no sistema. Ao final, o ponto deverá apresentar pleno funcionamento, com estabilidade no acionamento, correta fixação dos componentes e ausência de defeitos ou irregularidades.

- ✓ **Materiais:**

Condutores, conectores e dispositivos de iluminação.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Revisão da fiação e conexões, garantindo funcionamento adequado.

5.9. INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIA

Neste tópico estão elencados os serviços relativos à revisão dos pontos de esgoto e água fria das instalações do Hospital Municipal de Canarana.

❖ **REVISÃO DE PONTO DE ESGOTO TIPO 2**

No contexto das intervenções nas instalações hidrossanitárias, será realizada a revisão dos pontos de esgoto tipo 2 existentes, contemplando a verificação das condições de funcionamento e a adequação dos componentes que apresentem inconformidades.
A execução deverá abranger a inspeção das tubulações, conexões, caixas sifonadas e demais elementos do sistema, promovendo a substituição ou recomposição daqueles que apresentem vazamentos, obstruções, desgaste ou inadequação ao uso.
Os materiais empregados deverão ser compatíveis com o sistema existente, garantindo estanqueidade, adequado escoamento dos efluentes e durabilidade das instalações.
As conexões deverão ser executadas de forma adequada, assegurando vedação eficiente e evitando infiltrações, refluxos ou falhas no sistema.
Ao término dos serviços, o ponto deverá apresentar funcionamento regular, com escoamento adequado, ausência de vazamentos e pleno atendimento às condições previstas de uso.

- ✓ **Materiais:**

Tubos PVC, conexões e vedantes.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Verificação, substituição de trechos danificados e testes de estanqueidade.

❖ **REVISÃO DE PONTO DE ÁGUA TIPO 2**

No âmbito das adequações das instalações hidráulicas, será executada a revisão dos pontos de água tipo 2 existentes, compreendendo a verificação das condições operacionais e a recomposição dos componentes que não atendam aos requisitos de funcionamento.
A intervenção deverá abranger a inspeção das tubulações, conexões, registros e demais elementos do sistema, promovendo a substituição daqueles que apresentem vazamentos, desgaste, obstruções ou inadequação ao uso.
Os materiais a serem empregados deverão ser compatíveis com a rede existente, assegurando estanqueidade, resistência e adequado fornecimento de água aos pontos atendidos.
As ligações deverão ser executadas de forma criteriosa, garantindo vedação eficiente e evitando perdas, infiltrações ou falhas no abastecimento.
Ao final dos serviços, o ponto deverá apresentar funcionamento regular, com pressão adequada, ausência de vazamentos e pleno atendimento às condições previstas de utilização.

- ✓ **Materiais:**

Tubulações, conexões e vedantes.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Inspeção e substituição de componentes, garantindo estanqueidade.

5.10. TRANSPORTE

Os serviços englobados neste ítem condizem à carga, manobra descarga e transporte do entulho e materiais removidos da obra.

- **CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE CAÇAMBA DE ENTULHO EM CAMINHÃO POLIGUINDASTE 8 m³**

Para viabilizar a adequada remoção dos resíduos gerados durante a execução da obra, será realizada a carga, manobra e descarga de caçamba estacionária de entulho em caminhão poliguindaste, com capacidade de 8 m³, compreendendo as operações necessárias ao içamento, transporte interno, posicionamento e descarregamento da caçamba.

A caçamba deverá ser utilizada exclusivamente para acondicionamento de resíduos compatíveis com sua finalidade, observando-se a segregação dos materiais conforme sua natureza e as diretrizes ambientais aplicáveis. Não será permitido o lançamento de resíduos perigosos, contaminantes ou materiais não autorizados sem a destinação específica exigida pela legislação.

As operações de carga e descarga deverão ser executadas por equipamento adequado, em boas condições de funcionamento, conduzido por operador habilitado, respeitando os limites de capacidade da caçamba e as condições de segurança da área. Durante as manobras, deverão ser adotadas medidas de sinalização, isolamento e controle de circulação, evitando riscos a trabalhadores, usuários da edificação e terceiros.

O transporte e a destinação dos resíduos deverão ocorrer em local devidamente autorizado, cabendo à contratada comprovar, quando solicitado pela fiscalização, a regularidade da disposição final do entulho. Eventuais danos causados a pisos, acessos, pavimentos, calçadas ou demais elementos existentes durante as operações deverão ser reparados pela contratada, sem ônus adicional à contratante.

Ao término dos serviços, a área de carga e descarga deverá permanecer limpa, livre de resíduos espalhados e em condições adequadas de segurança e uso, devendo a operação atender às normas ambientais, de trânsito e de segurança do trabalho aplicáveis.

A medição será realizada por unidade (un) de caçamba efetivamente carregada, manobrada, transportada e descarregada, considerando a capacidade nominal de 8 m³, incluindo todas as operações necessárias à remoção do entulho, não sendo admitidos acréscimos por tempo de espera, manobras adicionais, perdas operacionais ou inadequada organização dos resíduos.

- ✓ **Materiais:**

Caçambas, equipamentos de içamento e EPIs.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Operação de carga e descarga com segurança, garantindo acondicionamento adequado.

❖ **TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO POLIGUINDASTE SIMPLES 8 T (CAÇAMBA DE 8 m³)**

Com o objetivo de promover a adequada destinação dos resíduos provenientes das atividades da obra, será executado o transporte de entulho por meio de caminhão poliguindaste simples, com capacidade de 8 toneladas e utilização de caçamba de 8 m³, em vias urbanas pavimentadas, considerando distância média de transporte (DMT) de até 30 km.

O serviço compreende todas as etapas operacionais necessárias ao deslocamento dos resíduos, incluindo retirada da caçamba no local de origem, transporte até o destino final e retorno do equipamento, contemplando tempos improdutivos, eventuais paradas operacionais e logística de percurso. As rotas deverão ser previamente definidas, observando-se as condições de tráfego, restrições locais e critérios de economicidade.

O transporte deverá ser realizado com veículos em perfeitas condições de funcionamento e segurança, devidamente licenciados, atendendo às exigências dos órgãos de trânsito e ambientais. A condução deverá ser efetuada por profissionais habilitados, sendo obrigatória a adoção de medidas que evitem o derramamento de materiais durante o percurso, como cobertura da carga e correta acomodação dos resíduos.

A destinação final do entulho deverá ocorrer em local devidamente licenciado pelos órgãos competentes, cabendo à contratada a responsabilidade pela rastreabilidade e comprovação da disposição adequada dos resíduos, conforme legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere à gestão de resíduos da construção civil.

Durante a execução, deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho e sinalização viária, evitando riscos a terceiros e garantindo a integridade das vias públicas. Eventuais danos causados ao pavimento ou à infraestrutura urbana em decorrência do transporte deverão ser reparados pela contratada, sem ônus adicional à contratante.

A medição será realizada em metro cúbico por quilômetro (m³·km), correspondente ao volume efetivamente transportado multiplicado pela distância percorrida (DMT), limitada a 30 km, incluindo todas as operações de transporte, retorno, manobras, perdas operacionais e encargos necessários à completa execução do serviço, não sendo admitidos acréscimos por variações operacionais ou ineficiências logísticas.

A distância média de transporte está indicada no mapa da Figura 5.

- ✓ **Materiais:**

Caminhão poliguindaste e dispositivos de contenção.

✓ **Métodos Construtivos:**

Transporte até local licenciado, com controle de percurso e segurança.



Figura 5 - Mapa de transporte de entulhos da obra.

5.11. SERVIÇOS FINAIS E COMPLEMENTARES

Os serviços complementares se resumem a comunicação visual e limpeza final da obra.

❖ **REVESTIMENTO EM PAINEL DE ALUMÍNIO COMPOSTO (ACM – TIPO ALUCOBOND)**

Será executado revestimento em painéis de alumínio composto (ACM), tipo Alucobond ou equivalente técnico, com espessura nominal mínima de 3 mm, composto por duas chapas de alumínio com núcleo intermediário, destinado ao acabamento de superfícies verticais, conforme detalhamento em projeto.
O acabamento superficial deverá ser em pintura do tipo PVDF (Kynar 500), com aplicação em múltiplas camadas, garantindo elevada resistência à radiação UV, intempéries, corrosão e desbotamento, assegurando durabilidade e estabilidade de cor ao longo do tempo.
Os painéis deverão ser fornecidos com proteção superficial e instalados conforme modulação definida em projeto, com juntas uniformes, alinhamento adequado e perfeito acabamento.

A fixação dos painéis será realizada por meio de estrutura metálica auxiliar, constituída por perfis metálicos, incluindo perfis tipo “U” com dimensão mínima de 2”, devidamente dimensionados para suportar as cargas atuantes. A estrutura deverá ser fixada à base por meio de chumbadores, parafusos ou sistema equivalente, garantindo estabilidade, rigidez e segurança ao conjunto.
Todos os elementos metálicos deverão receber tratamento anticorrosivo, incluindo galvanização ou pintura apropriada, assegurando a durabilidade do sistema.
A montagem deverá seguir rigorosamente as recomendações do fabricante, contemplando sistema de fixação adequado (aparente ou oculto), bem como folgas necessárias para dilatação térmica dos painéis.
Ao final da instalação, o revestimento deverá apresentar perfeito alinhamento, nivelamento, planicidade e acabamento uniforme, sem empenamentos, ondulações ou falhas, garantindo desempenho estético e funcional conforme as boas práticas de engenharia.

- ✓ **Materiais:**

Placas de ACM, perfis metálicos, parafusos, rebites e selantes.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Fixação sobre estrutura auxiliar, garantindo alinhamento, vedação e acabamento.

❖ **LETRAS EM AÇO INOX**

Na platibanda frontal da garagem da ambulância, sobre o revestimento de ACM, será realizada e instalação de letras em aço inox, com dimensões aproximadas de 25 x 25 cm, destinadas à identificação da unidade, formando o seguinte nome: HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA.
As letras deverão ser fabricadas em aço inoxidável de boa qualidade, com acabamento polido ou escovado, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e excelente acabamento estético. O processo de fabricação deverá assegurar cortes precisos e bordas devidamente acabadas.
A instalação será executada diretamente sobre a superfície definida em projeto, por meio de fixação mecânica, pinos de ancoragem ou adesivo estrutural apropriado, garantindo perfeito alinhamento, nivelamento e firmeza das peças. Após a instalação, as letras deverão apresentar fixação segura, alinhamento uniforme e acabamento adequado, contribuindo para a identificação clara dos ambientes e para a valorização estética do espaço.

- ✓ **Materiais:**

Chapas de aço inox e fixadores.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Fixação nas superfícies conforme projeto, garantindo alinhamento e estabilidade.

❖ **LIMPEZA GERAL DE FINAL DE OBRA.**

A limpeza geral de final de obra consiste na remoção completa de resíduos, poeira, sobras de materiais, manchas, respingos de tinta, argamassa e demais impurezas resultantes da execução dos serviços, preparando todos os ambientes para entrega à contratante. A atividade contempla varrição, lavagem, raspagem, coleta seletiva de resíduos, limpeza de vidros, portas, louças, metais, pisos, paredes e demais superfícies, deixando o local em condições de uso e apresentando aspecto final adequado.

- ✓ **Materiais:**

Produtos de limpeza, equipamentos e EPIs.

- ✓ **Métodos Construtivos:**

Remoção de resíduos, limpeza de superfícies e entrega da obra em condições adequadas.

6.CRITÉRIOS GERAIS DE MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO

A medição seguirá rigorosamente as unidades previstas na planilha: m³, m², m e unidades. A aceitação dependerá de inspeção visual, ensaios laboratoriais, conformidade geométrica e desempenho normativo. Somente serviços aprovados pela fiscalização serão considerados para medição e pagamento.

7.DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Memorial Descritivo deverá ser interpretado em conjunto com os projetos, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que compõem o processo.

Eventuais divergências deverão ser dirimidas pela fiscalização da obra, observando-se sempre os princípios da boa técnica, economicidade e interesse público, conforme diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Qualquer alteração nos serviços deverá ser previamente autorizada pela fiscalização, não sendo permitidas modificações sem a devida anuência técnica.

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Diogo Barreto Rocha

Engenheiro civil - CREA 0516735802

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, decorrente do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, conforme condições, quantidades, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

1.2 A natureza do objeto é de obra de engenharia, a ser executada sob o regime de empreitada por preço unitário. A contratação compreenderá o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e demais recursos necessários à completa execução dos serviços, em conformidade com os projetos técnicos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais peças de engenharia que integram o processo.

1.3 Os quantitativos dos serviços deverão observar o dimensionamento detalhado na planilha orçamentária, nos projetos técnicos e nas demais peças de engenharia anexas a este Termo de Referência.

1.4 O prazo de execução da obra será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço, em estrita observância ao cronograma físico-financeiro.

1.5 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, compreendendo o período de execução da obra, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, bem como os acertos finais de contas, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente admitidas pela Lei nº 14.133/2021, mediante a devida justificativa e formalização pela Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de promover o reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, em razão das condições verificadas na infraestrutura física da unidade hospitalar, especialmente quanto à cobertura e a componentes das instalações e dos ambientes, conforme levantamentos e peças técnicas integrantes do processo.

2.2. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), as condições identificadas demandam intervenção destinada a restabelecer condições adequadas de segurança, estanqueidade, salubridade, funcionalidade e conservação da edificação, contribuindo para a continuidade das atividades desenvolvidas no Hospital Municipal e para a preservação do patrimônio público.

2.3. A escolha da solução, consubstanciada na execução integrada dos serviços de reparo previstos para o Hospital Municipal de Canarana/BA, decorreu da análise das alternativas realizada na fase preparatória, tendo sido considerada adequada a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, diante das características técnicas e operacionais da intervenção e da insuficiência de meios próprios da Administração para executar diretamente, de forma integral e no prazo previsto, o conjunto dos serviços contemplados nas peças técnicas.

2.4. A execução do objeto sob o regime de empreitada por preço unitário, mediante contratação única e sem parcelamento em contratos distintos, justifica-se pela interdependência técnica, física, operacional e temporal existente entre os serviços de cobertura, forros, pinturas, esquadrias,

instalações elétricas e hidrossanitárias e demais intervenções previstas. A execução integrada reduz interfaces entre diferentes executores, favorece a coordenação das frentes de trabalho e permite melhor compatibilização dos serviços com o funcionamento da unidade hospitalar, sem prejuízo da medição individualizada dos serviços efetivamente executados.
2.5. O dimensionamento da intervenção, os quantitativos, as especificações técnicas dos materiais e as condições de execução encontram-se definidos nas peças técnicas de engenharia aprovadas, incluindo projetos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, elaborados sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado. O orçamento utiliza os sistemas e fontes de referência definidos nas peças técnicas, incluindo SINAPI-BA, ORSE-SE e EMBASA, além das composições próprias aplicáveis, constituindo a base técnica para a execução, medição, fiscalização e controle do objeto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução ora contratada consiste na execução integrada da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, mediante contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e demais recursos necessários à completa execução da intervenção, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas nas peças técnicas de engenharia aprovadas e demais documentos integrantes da contratação.

3.2. O escopo da intervenção compreende os serviços necessários à recuperação da cobertura da edificação, incluindo a retirada das telhas existentes, desmontagem dos elementos de madeira comprometidos, execução da nova estrutura de madeira prevista e posterior reinstalação das telhas em condições de reaproveitamento, complementadas pelos materiais necessários à recomposição da cobertura, observadas as especificações estabelecidas nas peças técnicas. A execução deverá ocorrer de forma planejada e setorizada, com adoção de proteção provisória nas áreas abertas durante os serviços, de modo a evitar a exposição indevida dos ambientes internos às intempéries.

3.3. Integram também a solução os serviços de recuperação dos ambientes e componentes da edificação abrangidos pela intervenção, contemplando os serviços previstos de forros, pinturas internas e externas, pintura de elementos de madeira, esquadrias, portas e demais componentes especificados nas peças técnicas. Os serviços deverão compreender as remoções, substituições, recomposições, preparações e acabamentos necessários à adequada conclusão das respectivas frentes de trabalho.

3.4. As intervenções nas instalações elétricas compreendem os serviços previstos para interruptores, tomadas, pontos de iluminação e demais componentes integrantes do sistema contemplados nas peças técnicas. As intervenções hidrossanitárias abrangem os pontos e componentes previstos das instalações de água e esgoto, incluindo os demais elementos necessários à execução dos serviços especificados. Integra ainda o escopo a instalação da porta destinada ao ambiente sujeito a requisitos de proteção radiológica, que deverá observar as especificações técnicas e as condições de proteção estabelecidas nas peças técnicas aplicáveis.

3.5. A solução contempla, ainda, os serviços complementares necessários à conclusão da intervenção, incluindo administração da obra, transporte e destinação dos resíduos gerados, comunicação visual e demais serviços finais previstos na planilha orçamentária e nas peças técnicas, devendo a contratada promover a limpeza das áreas afetadas e sua adequada liberação após a conclusão das respectivas frentes de serviço.

3.6. Considerando que os serviços serão executados em unidade hospitalar, a solução deverá ser implementada mediante planejamento e coordenação das frentes de trabalho, com isolamento e sinalização das áreas em intervenção, proteção de pacientes, acompanhantes, servidores, equipamentos e mobiliário e adoção das medidas necessárias à redução das interferências sobre o funcionamento da unidade. A execução deverá ser compatibilizada com a disponibilidade dos ambientes e com as orientações da fiscalização e da direção do Hospital, inclusive quanto à organização das frentes e ao eventual remanejamento temporário de atividades quando necessário.
3.7. A execução será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário, permitindo a medição individualizada dos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, de acordo com os quantitativos, critérios de medição, preços unitários contratados e demais condições estabelecidas nos documentos da contratação. Eventuais condições preexistentes ocultas ou interferências identificadas durante a execução deverão ser formalmente comunicadas à fiscalização e tratadas de acordo com as disposições contratuais e com a Matriz de Alocação de Riscos, vedada a execução de serviços não autorizados pela Administração.

3.8. No que se refere ao ciclo de vida do objeto, a solução busca recuperar os componentes abrangidos pela intervenção e contribuir para a conservação e funcionalidade da edificação hospitalar. Durante a execução, deverão ser observadas as especificações dos materiais e os procedimentos técnicos estabelecidos nas peças de engenharia, bem como o adequado acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos produzidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 É permitida a subcontratação de parcelas do objeto licitado, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato, desde que autorizada prévia e expressamente pela Administração Pública contratante, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da *Lei nº 14.133, de 2021*, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

4.3 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.4 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação;

4.6 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas;

4.7 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

4.8 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.9 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

4.10 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.11 Os serviços contratados deverão ser executados rigorosamente de acordo com as especificações, Normas da ABNT, projetos e demais elementos neles referidos;

4.12 Os materiais a serem empregados deverão ser novos, adequados aos tipos de serviços a serem executados e atenderem às Especificações. Em nenhuma hipótese será admitido o uso de resquícios de materiais de outros serviços (obras, reformas ou manutenções);

4.13 Os serviços deverão ser devidamente acompanhados por engenheiros, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços, bem como materiais em quantidades suficientes para execução dos trabalhos;

4.14 A utilização de equipamentos, aparelhos e ferramentas deverão ser apropriados a cada serviço;

4.15 De acordo com as necessidades da execução dos serviços ou a pedido da Fiscalização, deverão ser desenvolvidos desenhos de detalhes de execução, os quais serão previamente examinados e autenticados, se for o caso, pelo Município;

4.16 Se for o caso, os serviços deveram ser instalados dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deverá também ser mantido serviço ininterrupto de vigilância no espaço, até que ocorra o término e entrega definitiva do serviço.

4.17 Se for o caso, todos os documentos pertinentes ao correto e fiel cumprimento dos serviços, incluindo licenças, alvarás, certidões e demais registros obrigatórios, deverão ser mantidos devidamente atualizados. Essa medida visa evitar interrupções decorrentes de embargos ou outras irregularidades. Além disso, é fundamental que sejam elaborados e mantidos atualizados os cronogramas e demais elementos essenciais para o acompanhamento e controle eficiente da obra.

4.18 Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

4.19 Todo o material a ser adquirido para a execução do objeto, deverá ser previamente apresentado à fiscalização para análise e aprovação por meio de amostra múltipla, em tempo hábil para que, caso a utilização do mesmo seja vetada, sua reposição não venha a afetar o cronograma preestabelecido.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

5.1. O contratado será selecionado por meio da realização de processo licitatório na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica.

5.2. O critério de aceitabilidade de preços será: valor global, conforme valor estimado da contratação

5.3. O modo de disputa adotado será FECHADO ABERTO.

5.4. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

5.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

5.5.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

5.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

5.7 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

5.8 Serão aceitos registros de CNPJ de empresas matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

5.9 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

5.10. Para fins de habilitação, deverá o proponente comprovar os seguintes requisitos:

510.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.10.1.1. Para comprovar habilitação jurídica, o vencedor deverá apresentar a seguinte documentação:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

d. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.10.1.2 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respetiva.

5.10.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

5.10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante certidão (negativa ou positiva com efeito negativo) conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

5.10.2.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte.

5.10.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte.

5.10.2.5. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

5.10.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011.

5.10.2.7. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

5.10.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.10.3.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

5.10.3.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

5.10.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

5.10.3.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

5.10.3.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

5.10.3.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

5.10.3.2.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

5.10.3.2.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

5.10.3.3. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação económico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações

contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

5.10.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.10.4.1. Comprovação de aptidão técnica, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da Empresa. Não serão considerados atestados de capacidade técnica os emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a proponente.

5.10.4.2. Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, contendo os dados cadastrais atuais, comprovando sua regularidade perante o referido Conselho no Ato da Assinatura do Instrumento Contratual.

5.10.4.3. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

5.10.4.3.1. Comprovação da capacitação técnico-profissional, atestados que somados possam comprovar a execução dos serviços mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (eis) técnico(s) que participará (ão) do serviço de engenharia, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços objeto da licitação.

5.10.4.3.2. Os responsáveis técnicos deverão apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente compatível em características, quantidades e prazos, ao objeto da licitação por meio de Atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direitos público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT.

5.10.4.3.3. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, em conjunto, comprovem a experiência requerida do profissional;

5.10.4.3.4. Será sempre admitida à comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

5.10.4.3.5. Os atestados deverão conter as seguintes informações mínimas:

a) Identificação da pessoa jurídica emitente;

b) Nome e cargo do signatário;

c) Endereço completo do emitente;

d) Período de vigência do contrato;

e) Objeto contratual com quantificação dos serviços;

f) Outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pelo Agente de Contratações.

5.10.4.3.6. A empresa deverá apresentar **Declaração** informando quem será o responsável técnico pelos serviços;

5.10.4.3.7. O (s) responsável (eis) técnico (s) deverá (ao) pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços através de comprovação da disponibilidade do profissional mediante Instrumento Contratual regido pela legislação civil comum, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação, cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

5.10.4.3.8. O (s) responsável (eis) técnico (s) deve (m) ser detentores de atestados de capacidade técnica de execução dos serviços com características pertinentes e compatíveis e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado do respectivo Acervo Profissional e desde que se refira ao objeto da presente licitação com finalidades administrativas e funcionais. Não serão considerados atestados de capacidade técnica os emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a proponente;

5.10.4.3.9. No decorrer da execução do Instrumento Contratual, se houver necessidade de substituição do (s) profissional (is) indicado (s) pela Empresa CONTRATADA, esta deverá apresentar documentação comprobatória de experiência equivalente ou superior do (s) profissional (is) indicado (s), bem como, declaração individual autorizando sua inclusão como responsável (eis) técnico (s) e que irá (ão) participar na execução dos trabalhos objeto do Instrumento Contratual, submetendo-se a aprovação da Administração;

5.10.4.3.10. A qualificação técnica de cada profissional deverá estar de acordo com as regulamentações da Resolução 218/1973 do CONFEA e o Decreto Federal nº 23.569/1993.

5.10.4.4. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:

5.10.4.4.1. Comprovação de que o licitante executou serviço/obra de características quantidades e prazos semelhantes ao objeto da licitação, mediante apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado,

5.10.4.4.2. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, em conjunto, comprovem a experiência requerida da licitante.

5.10.4.4.3. Será sempre admitida à comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

5.10.4.4.4. Apresentar indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

5.10.4.5. Declarações para qualificação técnica:

5.10.4.5.1. Declaração formal emitida pela Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização;

5.10.4.5.2. Declaração firmada pelo representante da empresa constando ter conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto com plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, bem como de todas condições estipuladas no Edital, Planilha Orçamentária e PROJETO BÁSICO da presente licitação.

5.10.4.5.3. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

5.10.4.5.4. Entende-se, para fins do processo licitatório, como pertencente ao quadro permanente: sócio, diretor, empregado, responsável técnico e profissional contratado.

5.10.4.6 DA VISITA TÉCNICA:

5.10.4.6.1. **CASO OPTE PELA VISITA TÉCNICA DEVERÁ SER ENTREGUE** cópia do documento comprobatório da Visita Técnica emitido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, de acordo com **ANEXO IV,** que a licitante tomou conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto com plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, bem como de todas condições estipuladas no Edital, Planilha Orçamentária e PROJETO BÁSICO da presente licitação.

5.10.4.6.2. **CASO NÃO OPTE PELA VISITA TÉCNICA DEVERÁ SER ENTREGUE DECLARAÇÃO** do Representante da empresa constando ter conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto com plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, bem como de todas condições estipuladas no Edital, Planilha Orçamentária e PROJETO BÁSICO da referida licitação.

5.11 DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

5.11.1 A licitante deverá apresentar, junto com a Proposta Orçamentária, uma Metodologia de Execução Detalhada para todos os serviços de engenharia destinados à execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº

164/2026 – SESAB/FES-BA. Esta metodologia, em conjunto com o Cronograma Físico-Financeiro, será parte integrante da avaliação da Proposta Orçamentária.

5.11.2 A Metodologia de Execução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

a) Apresentação de um cronograma físico-financeiro completo e realista para todas as etapas dos serviços (planejamento, execução, acompanhamento e entrega), compatível com o prazo de execução estabelecido para a obra.

b) Este cronograma deverá ser elaborado em formato de diagrama de Gantt ou similar, com indicação clara dos prazos de início e fim de cada atividade, duração estimada, dependências entre as tarefas e alocação de recursos financeiros para cada etapa, observadas as condições e os limites estabelecidos no cronograma físico-financeiro integrante das peças técnicas.

c) Deverá prever as fases de mobilização, execução dos serviços e desmobilização.

d) Indicação dos marcos de controle e dos percentuais de avanço físico e financeiro esperados para cada período de medição.

5.11.3 Planejamento Geral dos Serviços:

a) Fluxograma das atividades, demonstrando a sequência lógica e as interdependências entre as tarefas, desde a mobilização e o início da execução até a entrega dos serviços concluídos e aprovados, contemplando especialmente a compatibilização entre os serviços de cobertura, forros, pinturas, esquadrias, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias e demais intervenções previstas nas peças técnicas.

5.11.4 Equipe Técnica Proposta:

a) Estrutura organizacional da equipe a ser empregada na execução dos serviços, com a hierarquia, as responsabilidades de cada membro e o quantitativo de profissionais necessários, incluindo o responsável técnico e o Encarregado Geral de Obras.

b) Qualificação e experiência dos profissionais-chave (engenheiros, técnicos, encarregados e demais profissionais necessários à execução), com a apresentação de currículos resumidos que demonstrem experiência pertinente às respectivas atividades.

5.11.5 Procedimentos Operacionais Padrão (POP):

Descrição pormenorizada dos procedimentos para cada tipo de serviço a ser executado, abrangendo:

a) Descrição pormenorizada dos procedimentos para cada tipo de serviço a ser executado.

b) Para a execução da obra licitada, deverão ser detalhadas as rotinas de inspeção, mediante checklist, abrangendo os principais serviços e etapas da intervenção, tais como retiradas e desmontagens, serviços de cobertura e estrutura de madeira, execução e recomposição de forros, preparação de superfícies e pinturas internas e externas, esquadrias e portas, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, componentes sujeitos aos requisitos de proteção radiológica, controle do recebimento e aplicação dos materiais, bem como a verificação dos acabamentos finais e da conformidade dos serviços com os projetos, memoriais, planilhas e especificações técnicas.

c) Previsão de ações para controle de qualidade e inspeções durante e após a execução dos serviços, incluindo a emissão dos registros, relatórios e documentos técnicos pertinentes, quando aplicáveis.

5.11.6 Gestão de Materiais e Equipamentos:

a) Critérios para seleção e aquisição de materiais, garantindo a qualidade, procedência e conformidade com as especificações técnicas e com as normas técnicas brasileiras aplicáveis.

b) Plano de armazenamento, manuseio e descarte de materiais, incluindo resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental vigente, as condições estabelecidas nas peças técnicas e as diretrizes aplicáveis do Município.

c) Relação dos principais equipamentos e ferramentas a serem utilizados, com a comprovação de sua disponibilidade ou plano de aquisição/locação.

5.11.7 Segurança do Trabalho e Meio Ambiente:

a) Plano de Segurança do Trabalho (PST), em conformidade com as Normas Regulamentadoras aplicáveis, contemplando a identificação dos riscos inerentes aos serviços, uso de EPIs e EPCs, treinamentos específicos e medidas de emergência, com especial atenção aos trabalhos em altura, serviços em instalações elétricas, retiradas e demais atividades que apresentem riscos.

b) Plano de Gestão Ambiental (PGA), com ações para minimização dos impactos ambientais decorrentes da execução, incluindo controle de poeira e ruído, uso racional de água e energia e adequado acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos gerados.

5.11.8 Monitoramento, Controle e Comunicação:

a) Sistema de registro e acompanhamento dos serviços executados, com a utilização de diários de obra, relatórios fotográficos de antes/durante/depois e checklists de acompanhamento e entrega.

b) Metodologia para medição e comprovação da execução dos serviços, vinculada ao cronograma físico-financeiro, para fins de faturamento, considerando o regime de empreitada por preço unitário e os quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

c) Plano de comunicação entre a Contratada e a fiscalização do Contratante, com a definição de reuniões periódicas, relatórios de progresso e canais de contato para demandas emergenciais, considerando, ainda, a necessidade de articulação com a direção do Hospital Municipal durante a execução das intervenções.

5.11.9 A ausência ou insuficiência da Metodologia de Execução Detalhada e do Cronograma Físico-Financeiro, quando exigidos nos termos deste Termo de Referência e do Edital, será avaliada de acordo com os critérios objetivos estabelecidos nos documentos da licitação. A aprovação da metodologia não exime a Contratada da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, conforme as especificações técnicas, normas aplicáveis e demais documentos integrantes da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. O início da execução do objeto: será imediato, conforme cronograma físico- financeiro.

6.1.2. As informações sobre descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, encontram-se na especificação técnica anexa à este termo de referência;

6.1.3. Os serviços serão prestados nos locais e horários descritos em documento acompanhado a "Ordem de Serviço", emitido pela autoridade competente;

6.1.4. Todos os materiais serão fornecidos pela empresa responsável pela execução das obras, doravante denominada CONTRATADA.

6.1.5. Toda mão de obra será fornecida pela CONTRATADA.

6.1.6. Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA -BA, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

6.1.7. Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

6.1.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

UNIDADE: 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 2.137 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

ELEMENTO: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE: 15001002 - 16000000

8. ESTIMATIVA DOS PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. O valor máximo aceitável para a presente contratação terá caráter sigiloso, conforme disposto no art. 24 da Lei 14.133/2021, visando garantir a busca pela proposta mais vantajosa e a ampliação da competitividade no certame.

8.2. JUSTIFICATIVA PARA O SIGILO DO ORÇAMENTO

8.2.1. O valor estimado da presente contratação é de caráter sigiloso e consta de anexo classificado acostado ao presente processo, conforme dispõe o art. 24, da Lei Federal n° 14.133/2021, uma vez que o sigilo contribuirá para a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, garantindo a escolha da proposta mais adequada aos interesses institucionais.

8.2.2 O sigilo do valor estimado é medida de natureza excepcional, adotada com respaldo na legislação vigente e justificada pela necessidade de preservar a ampla competitividade e a

isonomia entre os licitantes. A divulgação prévia do valor de referência poderia influenciar indevidamente a formação das propostas, especialmente em contratações do tipo menor preço, resultando em perda de eficiência no processo licitatório e em possível sobrepreço, o que afrontaria o princípio da economicidade e o objetivo da obtenção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.3. A medida também está em consonância com o princípio da transparência, na medida em que o sigilo tem caráter temporário, sendo garantida a publicidade da estimativa após a fase de julgamento das propostas, conforme previsto no §1º do art. 24 da referida Lei. Dessa forma, a Administração assegura o equilíbrio entre a proteção ao interesse público e o controle social do processo, promovendo uma contratação segura, eficiente e em estrita observância ao ordenamento jurídico.

8.2.4. O sigilo do valor estimado visa à negociação, sendo que as partes se colocam no mesmo patamar, como ocorre nas contratações no âmbito privado. Como o licitante não sabe o valor do orçamento sigiloso, o condutor do certame e equipe de apoio pode conseguir negociar a redução do preço mesmo já tendo o licitante apresentado proposta dentro do valor estimado – algo que seria muito difícil ou praticamente improvável caso o licitante soubesse da informação de antemão.

8.2.5. Assim, a opção do orçamento sigiloso visou ampliar a eficiência na contratação pública e a competitividade entre os licitantes, promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefício para o setor público, assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para aplicação de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

8.2.6. Portanto, a adoção do sigilo da estimativa do valor da contratação, devidamente classificada em anexo reservado e acostada aos autos do processo, é medida legítima e necessária para resguardar os interesses institucionais da Administração Pública, garantindo a efetividade do procedimento licitatório e a adequada alocação dos recursos públicos.

9. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

9.4. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano

de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

9.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

9.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período acordado com a contratante.

9.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;

9.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

9.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

9.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

9.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

9.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

9.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

9.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual Fiscalização Administrativa;

9.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.17. O Gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

9.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

9.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

9.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

9.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

9.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

9.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o registro próprio do fiscal de contrato para aferição e medição dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

10.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

10.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: Qualidade, execução do cronograma físico, avaliação da execução conforme projeto básico;

10.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;

10.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

10.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

10.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133);

10.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

10.5.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

10.5.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

10.5.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

10.5.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

10.5.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

10.5.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

10.5.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

10.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

10.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

10.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

10.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

10.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

10.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

10.15. A CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação exigidas.

10.16. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

10.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

10.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

10.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária;

10.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado; Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

10.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

10.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

11. DOS RISCOS E CONTROLES

11.1. A gestão e o tratamento dos riscos inerentes à execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, observarão as diretrizes e a distribuição de responsabilidades estabelecidas na Matriz de Alocação de Riscos integrante do processo, elaborada em conformidade com os arts. 6º, XXVII, 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A Matriz de Alocação de Riscos contempla categorias específicas e medidas de prevenção e tratamento voltadas aos riscos atribuídos à Contratada, abrangendo, entre outros, as variações ordinárias dos preços de insumos, erros de formação da proposta, produtividade e logística, acidentes de trabalho, danos decorrentes da execução a pacientes, servidores, usuários ou terceiros, utilização de materiais ou execução de serviços em desacordo com as especificações, atraso injustificado na execução, gestão inadequada dos resíduos, não conformidade de componentes sujeitos aos requisitos de proteção radiológica, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados. Contempla, ainda, os riscos atribuídos ao Contratante, relacionados às condições preexistentes ocultas cuja identificação prévia não fosse razoavelmente possível, à indisponibilidade ou atraso na liberação de áreas hospitalares por circunstâncias sob sua responsabilidade, ao atraso ou interrupção do repasse dos recursos vinculados ao Convênio e às alterações do objeto determinadas pela Administração, observadas, em todos os casos, as condições específicas de alocação estabelecidas na respectiva Matriz.

11.3. Integram também o instrumento os riscos de alocação compartilhada ou cujo tratamento dependa da causa efetivamente verificada, abrangendo, entre outros, as interferências ocultas em instalações existentes, as chuvas e condições climáticas e as ocorrências relacionadas à suspensão de recursos por irregularidades na execução do Convênio, conforme as responsabilidades atribuíveis a cada parte. A alocação prévia dos riscos tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes e conferir maior previsibilidade à execução contratual, devendo a materialização de cada evento ser analisada de acordo com sua causa, o nexo causal, os efeitos efetivamente produzidos e a distribuição estabelecida na Matriz de Alocação de Riscos. Eventuais repercussões sobre prazos, custos, condições de execução ou equilíbrio econômico-financeiro serão tratadas na forma da Lei nº 14.133/2021, do contrato e da própria Matriz, não decorrendo automaticamente da simples ocorrência do evento.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as especificações deste Termo de Referência, com as normas técnicas aplicáveis e com a legislação vigente. No caso de divergência entre os documentos técnicos, prevalecerão as especificações deste Termo de Referência.

12.2 A participação na licitação implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos técnicos vinculados. Os casos omissos serão dirimidos pela

fiscalização com base nas disposições da legislação em vigor, em especial a Lei nº 14.133/2021, normas técnicas aplicáveis e princípios gerais de direito.

12.3 A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

12.4 A Administração reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com o Termo de Referência e demais documentos técnicos vinculados. A presença da fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada.

Canarana/BA, 18 de agosto de 2026.

ELABORADO POR:

Diogo Barreto Rocha
Diretor de Obras – CREA 0516735802

APROVADO POR:

Suele Matutino dos Santos Novaes
Secretária de Saúde

PROJETO BÁSICO

OBRA DE REPARO DO TELHADO E DAS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA/BA

Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

1.1. Objeto: Obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA.

1.2. Local da intervenção: Hospital Municipal de Canarana, Rua Barro Alto, s/n, Centro, Canarana/BA.

1.3. Área de intervenção: 1.285,22 m².

1.4. Prazo de execução: 04 (quatro) meses.

1.5. Regime de execução: Empreitada por preço unitário.

1.6. Unidade interessada: Secretaria Municipal de Saúde de Canarana/BA.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. O presente Projeto Básico estabelece e consolida os elementos técnicos necessários à caracterização e execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, tomando como referência os levantamentos, projetos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas, Relatório Fotográfico, quantitativos, cronograma e demais peças técnicas elaboradas para a intervenção.

2.2. A intervenção possui área de referência de 1.285,22 m² e contempla serviços relacionados à cobertura, forros, pinturas, louças, metais, bancadas e acessórios, esquadrias, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, transporte de resíduos, comunicação visual e serviços finais, além das atividades necessárias à administração e organização da obra. As peças do processo consolidam esses grupos como integrantes da solução de engenharia.

2.3. Este Projeto Básico deverá ser interpretado conjuntamente com os projetos, desenhos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas e demais peças técnicas integrantes do processo, que complementam o detalhamento necessário à execução dos serviços.

3. OBJETO

3.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a definição técnica da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, compreendendo a execução dos serviços necessários à recuperação dos componentes da edificação abrangidos pelas peças técnicas.

3.2. A execução compreenderá o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, instalações provisórias e demais recursos necessários à completa

realização dos serviços, conforme projetos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

3.3. A área de intervenção corresponde a 1.285,22 m², conforme levantamento técnico realizado para a obra. Essa mesma área consta dos documentos de planejamento e das peças da contratação.

4. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. O Hospital Municipal de Canarana constitui equipamento público destinado à prestação dos serviços municipais de saúde, sendo necessária a manutenção de condições adequadas de segurança, salubridade, funcionalidade e conservação da sua infraestrutura física.

4.2. A necessidade da intervenção decorre das condições verificadas na edificação mediante vistoria técnica realizada em 10 de março de 2026, documentada em Relatório Fotográfico elaborado para caracterização das condições existentes no Hospital.

4.3. A inspeção identificou comprometimento relevante da cobertura, incluindo deterioração da trama de madeira, elementos danificados e condições que favorecem a entrada de águas pluviais, além da necessidade de intervenções em componentes internos, instalações e demais elementos abrangidos pelas peças técnicas.

4.4. A intervenção pretende restabelecer condições adequadas de segurança, estanqueidade, salubridade, funcionalidade e conservação da infraestrutura física do Hospital, mediante atuação coordenada nos componentes abrangidos pelas peças técnicas.

4.5. A necessidade encontra-se vinculada ao objeto pactuado no Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, celebrado entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, e o Município de Canarana/Fundo Municipal de Saúde, destinado à intervenção no Hospital Municipal.

5. CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO E DA INTERVENÇÃO

5.1. A intervenção será realizada no Hospital Municipal de Canarana, em edificação existente destinada à prestação de serviços de saúde.

5.2. Por se tratar de intervenção em edificação existente, os serviços deverão considerar as condições físicas efetivamente encontradas no local, as interferências entre os sistemas construtivos e instalações e as condições necessárias à execução das diferentes frentes de trabalho.

5.3. A solução foi estruturada de forma integrada, reunindo em uma mesma intervenção os serviços tecnicamente relacionados à recuperação da cobertura, dos acabamentos, das esquadrias e das instalações da unidade hospitalar.

5.4. A execução deverá observar integralmente as definições contidas nos projetos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas e demais documentos técnicos da obra.

6. DESCRIÇÃO GERAL DA SOLUÇÃO

6.1. A solução técnica consiste na execução integrada dos serviços necessários ao reparo da cobertura e das instalações do Hospital Municipal, incluindo todos os recursos necessários à sua adequada execução.

6.2. A intervenção compreende, em linhas gerais:

a) administração e organização da obra;

b) serviços de cobertura;

c) serviços em forros;

d) pinturas internas, externas e de elementos de madeira;

e) louças, metais, bancadas e acessórios;

f) esquadrias, portas, visores e porta radiológica;

g) instalações elétricas;

h) instalações hidrossanitárias;

i) remoção e transporte dos resíduos;

j) comunicação visual; e

k) limpeza e serviços finais.

Esses grupos correspondem aos conjuntos de serviços definidos nas peças técnicas da intervenção.

6.3. Os serviços deverão ser executados de maneira coordenada, observando as interdependências existentes entre cobertura, forros, pinturas, esquadrias e instalações, evitando incompatibilidades, retrabalhos e interferências inadequadas entre as diferentes frentes.

7. SERVIÇOS DE COBERTURA

7.1. A cobertura constitui uma das principais frentes da intervenção, abrangendo área de aproximadamente 1.285,22 m², conforme levantamento técnico.

7.2. Os serviços compreenderão as retiradas, desmontagens, substituições, recomposições e demais procedimentos definidos nos projetos e no Memorial Descritivo, incluindo a intervenção na trama de madeira e nas telhas cerâmicas existentes.

7.3. Estão previstos, conforme os quantitativos técnicos da obra:

a) retirada da trama de madeira – 1.285,22 m²;

b) retirada das telhas cerâmicas – 1.285,22 m²;

c) execução da nova trama de madeira – 1.285,22 m²; e
d) recolocação das telhas em condições de reaproveitamento e complementação necessária, conforme especificações técnicas.

7.4. A retirada dos componentes deverá ser realizada de forma controlada, evitando danos aos elementos que devam permanecer ou ser reaproveitados.

7.5. Durante a intervenção na cobertura deverão ser adotadas proteções provisórias adequadas, especialmente nos trechos temporariamente descobertos, com a finalidade de evitar a entrada de águas pluviais e danos aos ambientes internos, instalações, equipamentos e demais componentes existentes.

7.6. A execução deverá ser planejada por setores ou frentes compatíveis com as condições da unidade hospitalar.

8. SERVIÇOS DE FORRO

8.1. Os serviços compreenderão retirada, recuperação, substituição e execução dos elementos de forro previstos nas peças técnicas.

8.2. Está contemplada, entre os quantitativos consolidados da intervenção, a retirada de aproximadamente 119,43 m² de forro, devendo as recomposições observar os materiais, sistemas e acabamentos estabelecidos no Memorial Descritivo e demais especificações.

8.3. Antes da recomposição dos forros, deverão estar concluídos ou adequadamente compatibilizados os serviços das instalações e demais intervenções existentes acima desses elementos, evitando retrabalhos posteriores.

9. SERVIÇOS DE PINTURA

9.1. Os serviços de pintura compreenderão preparação das superfícies, correções necessárias e aplicação dos sistemas de acabamento definidos nas especificações técnicas.

9.2. As intervenções contemplam, entre os principais quantitativos:

a) paredes internas – aproximadamente 2.416,80 m²;

b) paredes externas – aproximadamente 828,59 m²; e

c) elementos de madeira – aproximadamente 187,74 m².

Esses quantitativos constam da consolidação técnica da intervenção.

9.3. A execução deverá observar a adequada preparação das superfícies, os intervalos necessários entre as etapas, as condições ambientais de aplicação e os acabamentos definidos no Memorial Descritivo.

9.4. Deverão ser protegidos pisos, equipamentos, esquadrias, instalações e demais elementos que não sejam objeto da aplicação.

10. LOUÇAS, METAIS, BANCADAS E ACESSÓRIOS

10.1. Os serviços compreenderão as substituições, instalações, adequações e demais intervenções em louças, metais, bancadas e acessórios estabelecidas nas peças técnicas.

10.2. Os componentes deverão possuir características compatíveis com as especificações definidas para cada ambiente e ser instalados de modo a assegurar adequado funcionamento, estabilidade, estanqueidade e acabamento.

10.3. Após a instalação, os componentes hidráulicos deverão ser submetidos às verificações necessárias para identificação de vazamentos ou funcionamento inadequado.

11. ESQUADRIAS

11.1. Os serviços compreenderão as intervenções em portas, visores e demais esquadrias previstas nos projetos e especificações.

11.2. A instalação deverá observar dimensões, materiais, ferragens, acabamentos e locais definidos nas peças técnicas.

11.3. Integra a intervenção a porta radiológica prevista para a unidade, cuja execução deverá atender integralmente às características e requisitos técnicos estabelecidos nos documentos específicos da obra.

11.4. Os componentes deverão ser instalados com alinhamento, prumo, nivelamento, fixação e acabamento adequados, garantindo funcionamento compatível com sua finalidade.

12. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

12.1. Os serviços elétricos compreenderão as intervenções definidas nos projetos, levantamentos e especificações técnicas, abrangendo pontos de iluminação, tomadas, interruptores e respectivos componentes.

12.2. Entre os principais quantitativos da intervenção estão previstos:

a) 79 pontos de interruptores;

b) 252 pontos de tomadas; e

c) 122 pontos de iluminação,
totalizando 453 pontos, além dos demais materiais e componentes necessários aos serviços. A consolidação desses pontos consta das peças do processo.

12.3. A execução deverá observar os projetos e especificações técnicas, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

12.4. Os serviços que exijam desligamento ou interrupção de circuitos deverão ser previamente coordenados com a fiscalização e com a direção da unidade hospitalar.

13. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

13.1. As instalações hidrossanitárias compreenderão as intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário previstas nas peças técnicas.

13.2. Entre os principais quantitativos previstos encontram-se:

a) 105 pontos de esgoto;

b) 48 pontos de água;

c) 16 chuveiros; e

d) 40 registros de gaveta.

13.3. Os demais tubos, conexões, acessórios e componentes deverão observar os projetos, Memorial Descritivo e especificações correspondentes.

13.4. Após a execução deverão ser realizadas as verificações necessárias para comprovar a adequada instalação, funcionamento e estanqueidade dos sistemas intervencionados.

14. COMUNICAÇÃO VISUAL E SERVIÇOS FINAIS

14.1. A intervenção compreende os serviços de comunicação visual definidos nas peças técnicas, incluindo revestimentos, estrutura auxiliar e elementos de identificação do Hospital Municipal.

14.2. Deverão ser observados os materiais, dimensões, posicionamentos, métodos de fixação e acabamentos constantes dos projetos e especificações.

14.3. Após a conclusão das intervenções deverá ser realizada limpeza geral das áreas afetadas, com retirada de materiais excedentes, resíduos, equipamentos e instalações provisórias.

15. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E PADRÃO DE QUALIDADE

15.1. Os materiais e componentes empregados na obra deverão atender integralmente às especificações estabelecidas nos projetos, Memorial Descritivo e demais peças técnicas.

15.2. Os materiais incorporados definitivamente à obra deverão ser novos, de qualidade adequada à sua finalidade e isentos de defeitos, ressalvados os elementos cuja reutilização esteja expressamente prevista nas peças técnicas.

15.3. O recebimento de materiais no canteiro não representa sua aceitação definitiva, podendo a fiscalização rejeitar aqueles que não atendam às especificações estabelecidas.

15.4. A Contratada deverá disponibilizar equipamentos, ferramentas e demais recursos em quantidade e condições adequadas às atividades executadas.

15.5. Serviços executados em desconformidade deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos pela Contratada, conforme determinação da fiscalização e condições estabelecidas na contratação.

16. METODOLOGIA E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

16.1. A execução deverá observar sequência técnica compatível com os diferentes grupos de serviços e com as condições existentes na edificação.

16.2. Antes do início das atividades, a Contratada deverá conhecer as condições do local, os projetos, o Memorial Descritivo, as especificações e os demais documentos integrantes da contratação.

16.3. A mobilização deverá contemplar os recursos humanos, materiais, equipamentos, ferramentas, sinalização, isolamento e demais meios necessários ao início seguro e organizado dos serviços.

16.4. As frentes de trabalho deverão ser organizadas de forma coordenada, especialmente nos serviços de cobertura, instalações, forros, esquadrias e pinturas.

16.5. Os serviços deverão observar as etapas, precedências e interdependências técnicas necessárias para evitar danos a atividades já concluídas.

16.6. A execução deverá ser registrada e acompanhada por Diário de Obra, relatórios, registros fotográficos e demais instrumentos de controle definidos pela fiscalização.

17. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO EM UNIDADE HOSPITALAR

17.1. Considerando que os serviços serão executados em unidade hospitalar, a Contratada deverá organizar suas atividades em articulação com a fiscalização e a direção do Hospital Municipal.

17.2. As frentes de trabalho deverão ser isoladas e sinalizadas de maneira adequada, impedindo acesso indevido às áreas em intervenção.

17.3. Deverão ser adotadas medidas destinadas à proteção de pacientes, acompanhantes, servidores, profissionais de saúde, visitantes, equipamentos, mobiliário e instalações existentes.

17.4. Atividades capazes de produzir poeira, ruído, resíduos ou interferências significativas deverão ser previamente planejadas e executadas de maneira compatível com as condições operacionais da unidade.

17.5. Serviços que exijam interrupção temporária de energia elétrica, abastecimento de água ou indisponibilidade de determinado ambiente deverão ser previamente comunicados e coordenados.

17.6. A intervenção na cobertura deverá ser executada de maneira setorizada, com utilização das proteções provisórias necessárias, evitando a exposição desnecessária dos ambientes internos às condições climáticas.

18. SEGURANÇA DO TRABALHO

18.1. A Contratada será responsável pela adoção das medidas necessárias à segurança de seus trabalhadores e das demais pessoas que possam ser afetadas pela execução dos serviços.

18.2. Deverão ser fornecidos e utilizados os equipamentos de proteção individual e coletiva compatíveis com cada atividade.

18.3. Deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente aquelas pertinentes à construção civil, instalações elétricas e trabalhos em altura, sem prejuízo das demais normas incidentes.

18.4. As áreas de execução deverão permanecer organizadas, sinalizadas e protegidas durante todo o período de realização dos serviços.

18.5. A existência de fiscalização da Administração não transfere à fiscalização a responsabilidade da Contratada pelas medidas de segurança necessárias à execução.

19. GESTÃO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS

19.1. Os resíduos provenientes das retiradas, desmontagens, demolições e demais atividades deverão ser adequadamente acondicionados, removidos, transportados e destinados.

19.2. A Contratada deverá manter as áreas de trabalho organizadas e evitar o acúmulo desnecessário de resíduos no interior ou nas áreas de circulação da unidade hospitalar.

19.3. A remoção deverá ser realizada de forma a evitar dispersão de poeira, materiais ou resíduos nas áreas em funcionamento.

19.4. Ao término dos serviços, todas as áreas afetadas deverão ser entregues limpas e livres de resíduos, materiais excedentes e instalações provisórias não destinadas à permanência.

20. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

20.1. A execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, deverá permanecer sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado e com atribuições compatíveis com os serviços executados.

20.2. A Contratada deverá providenciar, antes do início da execução, a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução, sem prejuízo de outros registros técnicos legalmente exigíveis.

20.3. O responsável técnico deverá acompanhar os serviços, orientar a equipe executora e responder tecnicamente pela conformidade da execução com os projetos, especificações, normas e demais documentos integrantes da contratação.

21. NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

21.1. A execução deverá observar as normas técnicas indicadas no Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT pertinentes aos sistemas e serviços executados, as Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho aplicáveis e demais disposições técnicas incidentes.

21.2. As especificações constantes do Memorial Descritivo, projetos e demais peças técnicas deverão ser integralmente observadas pela Contratada.

21.3. A referência a determinada norma não exclui a observância das demais normas técnicas aplicáveis ao serviço, material ou sistema correspondente.

22. PRAZO E PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO

22.1. O prazo previsto para execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data estabelecida na respectiva Ordem de Serviço.

22.2. O planejamento deverá considerar a execução coordenada dos diferentes grupos de serviços durante o período previsto, com adequada sucessão ou sobreposição das etapas tecnicamente compatíveis. As peças de planejamento já estabelecem execução coordenada no período de 04 (quatro) meses.

22.3. A Contratada deverá organizar suas frentes de trabalho de maneira compatível com o prazo estabelecido e com as condições operacionais do Hospital.

22.4. Eventuais necessidades de reprogramação deverão ser formalmente submetidas à fiscalização, não sendo admitida alteração unilateral dos prazos ou da sequência técnica que comprometa a adequada execução.

23. REGIME E CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO E MEDIÇÃO

23.1. A execução será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário.

23.2. A medição será efetuada com base nos quantitativos dos serviços efetivamente executados, verificados e aceitos pela fiscalização, observadas as unidades de medição estabelecidas nos documentos técnicos da contratação.

23.3. Somente poderão ser considerados para medição os serviços efetivamente executados e em conformidade com os projetos, Memorial Descritivo, especificações e demais condições técnicas.

23.4. Serviços executados em desacordo com as especificações ou ainda não aceitos pela fiscalização não serão considerados concluídos para fins de medição até a correspondente regularização.

23.5. A medição deverá ser acompanhada dos registros e documentos necessários à comprovação da execução, conforme estabelecido no Termo de Referência e no contrato.

24. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

24.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por representantes formalmente designados pela Administração.

24.2. Compete à fiscalização verificar a conformidade dos serviços com os projetos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas, quantitativos, cronograma, normas técnicas e demais documentos integrantes da contratação.

24.3. A Contratada deverá prestar as informações solicitadas pela fiscalização e permitir acesso às áreas de execução e aos registros relacionados aos serviços.

24.4. A fiscalização poderá determinar a correção de serviços que não atendam às especificações técnicas, sem prejuízo das demais providências previstas nos documentos da contratação.

24.5. O acompanhamento realizado pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança e adequada execução dos serviços.

25. INTERFERÊNCIAS E CONDIÇÕES NÃO IDENTIFICADAS PREVIAMENTE

25.1. Por se tratar de intervenção em edificação existente, eventual condição oculta, interferência ou situação material não identificada previamente e constatada durante a execução deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização.

25.2. A comunicação deverá ocorrer antes da execução de solução que implique alteração das definições constantes das peças técnicas.

25.3. A Contratada não poderá alterar projetos, especificações, soluções ou quantitativos por iniciativa própria.

25.4. As situações constatadas serão analisadas pela fiscalização e pela equipe técnica competente, observando-se os documentos da contratação, a Matriz de Alocação de Riscos e, quando aplicável, as condições estabelecidas no Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA.

26. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

26.1. Concluída a execução, a Contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização para realização das verificações pertinentes.

26.2. O recebimento ficará condicionado à verificação da conformidade dos serviços com os projetos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas e demais documentos integrantes da contratação.

26.3. Eventuais pendências ou não conformidades identificadas deverão ser corrigidas pela Contratada antes do recebimento definitivo, observados os procedimentos contratuais.

26.4. A Contratada deverá entregar as áreas devidamente limpas, desobstruídas e em condições adequadas de utilização, bem como apresentar a documentação técnica exigida para conclusão da obra.

26.5. O recebimento dos serviços não afasta as responsabilidades da Contratada por vícios, defeitos, incorreções ou demais obrigações que subsistam após a conclusão.

27. RISCOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO

27.1. A gestão dos riscos relacionados à execução da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, observará a Matriz de Alocação de Riscos integrante do processo.

27.2. A Contratada deverá adotar as medidas preventivas e de mitigação relacionadas aos eventos cuja responsabilidade lhe seja atribuída, sem prejuízo das obrigações técnicas e contratuais aplicáveis.

27.3. A ocorrência de evento capaz de repercutir na execução deverá ser comunicada tempestivamente à fiscalização para registro, análise e adoção das providências cabíveis.

28. DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES

28.1. Integram e complementam o presente Projeto Básico, independentemente de transcrição, os documentos técnicos elaborados para a obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, especialmente:

a) projetos e desenhos técnicos;

b) Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas;

c) Relatório Fotográfico;

d) documentos contendo os quantitativos necessários à caracterização e formulação das propostas;

e) cronograma e elementos de planejamento da execução, na forma disponibilizada no procedimento;

f) ART das atividades técnicas correspondentes às peças elaboradas; e

g) demais peças técnicas pertinentes à caracterização e execução da intervenção.

28.2. Os documentos deverão ser interpretados conjuntamente, cabendo à Contratada comunicar formalmente eventual dúvida, incompatibilidade ou interferência identificada antes da execução do respectivo serviço.

28.3. Os elementos referentes ao orçamento estimado da Administração integram a documentação técnica da fase preparatória e permanecem juntados aos autos do processo administrativo em documento próprio, submetidos ao tratamento de sigilo definido pela Administração, não sendo seus valores reproduzidos na versão deste Projeto Básico destinada à divulgação aos licitantes, sem prejuízo da disponibilização dos quantitativos e demais informações necessárias à adequada formulação das propostas.

29. CONSIDERAÇÕES FINAIS

29.1. O presente Projeto Básico consolida os elementos necessários à caracterização técnica da obra de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana/BA, objeto do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, devendo ser interpretado em conjunto com os projetos, Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas e demais peças que integram a contratação.

29.2. A execução deverá observar rigorosamente as soluções, especificações, quantitativos, materiais, métodos e condições definidos nas peças técnicas, bem como as normas técnicas aplicáveis e as determinações da fiscalização.

29.3. A Contratada será responsável pela adequada execução dos serviços e pelo fornecimento de todos os recursos necessários à conclusão da intervenção, observados os limites e condições estabelecidos nos documentos da contratação.

29.4. Qualquer alteração das soluções técnicas previstas dependerá de prévia análise e autorização da Administração, observadas as disposições contratuais e, quando pertinente, as condições estabelecidas no Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA.

Canarana/BA, 18 de agosto de 2026.

Diogo Barreto Rocha
Diretor de Obras – CREA 0516735802

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

OBJETIVO DO DOCUMENTO

Este relatório fotográfico, tem a finalidade de caracterizar ao máximo todos os componentes envolvidos na OBRA DE REPARO DO TELHADO E DAS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARADA na Sede do Município de Canarana-Bahia.

1 – LOCALIZAÇÃO		
OBRA: OBRA DE MELHORAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARADA		
ESTADO: Bahia	MUNICÍPIO: CANARANA	CNPJ: 13.714.464/0001-01

2 – RELAÇÃO DE VISTAS
IDENTIFICAÇÃO DA VISTA: FACHADA FRONTAL
IDENTIFICAÇÃO DA VISTA: FACHADA POSTEIOR
IDENTIFICAÇÃO DA VISTA: INSTALAÇÕES INTERNAS

3 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Foto 01



Foto 02



Foto 03



Foto 04



Foto 05



Foto 06

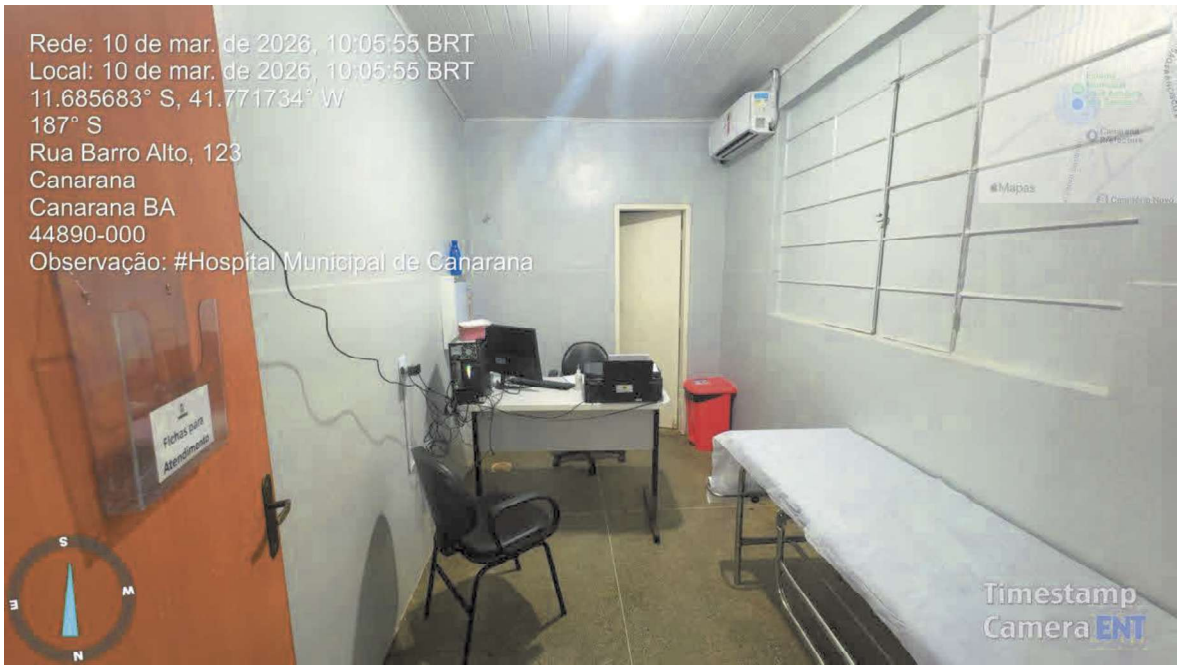


Foto 07

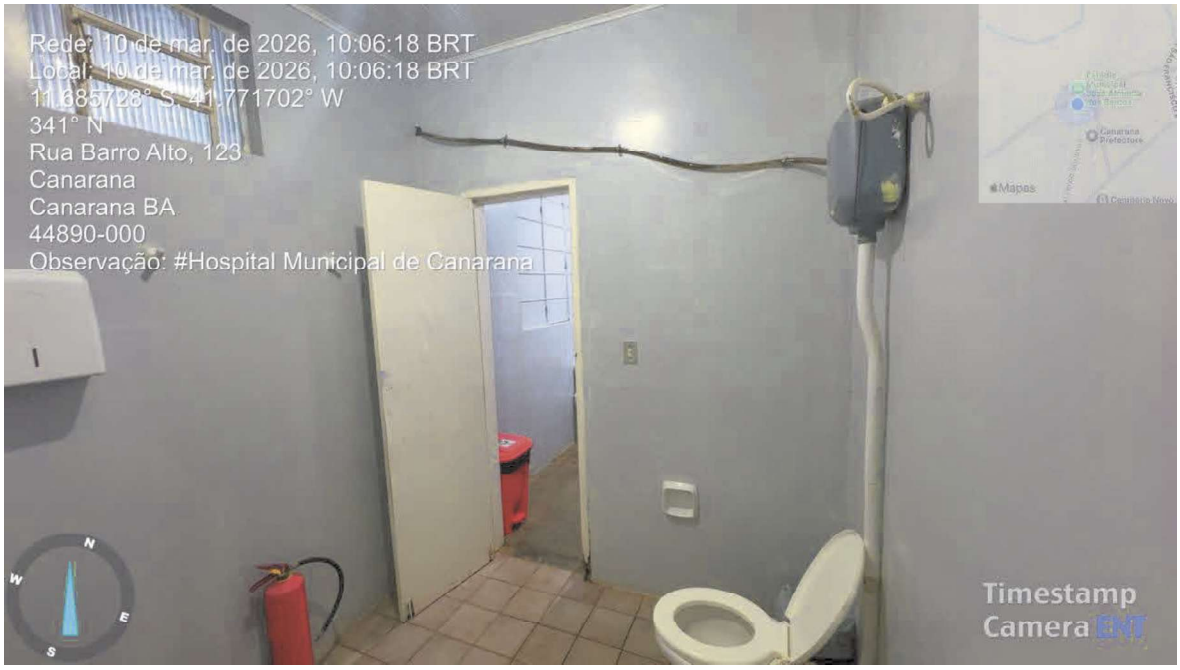


Foto 08



Foto 09



Foto 10



Foto 11



Foto 12



Foto 13

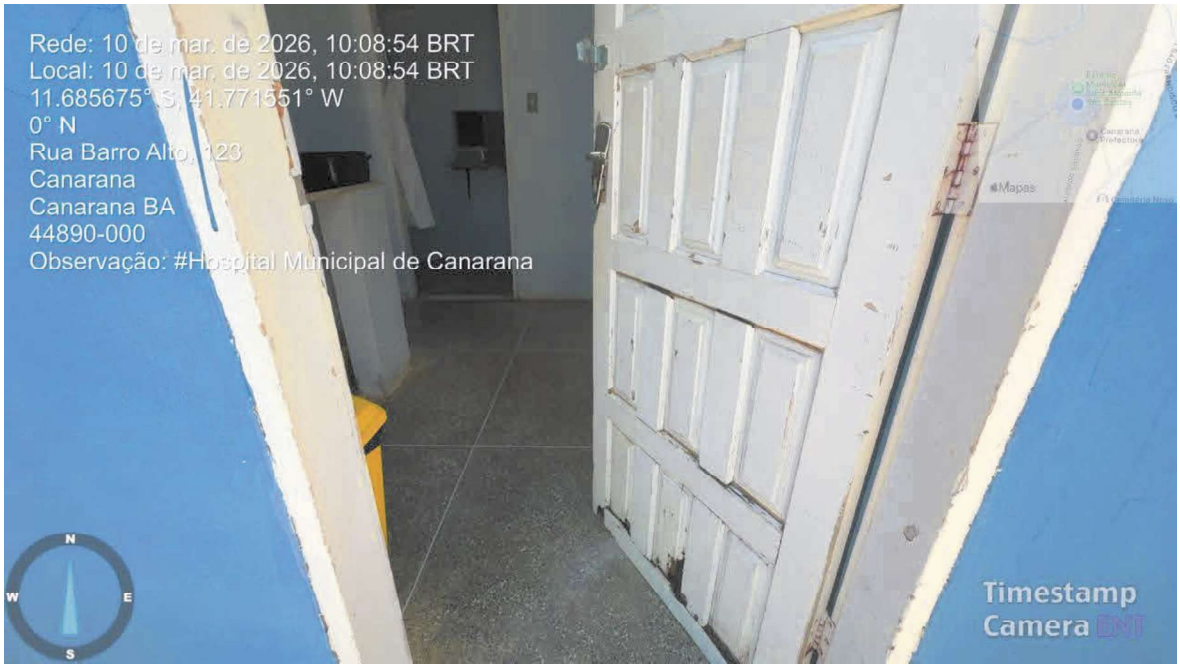


Foto 14



Foto 15

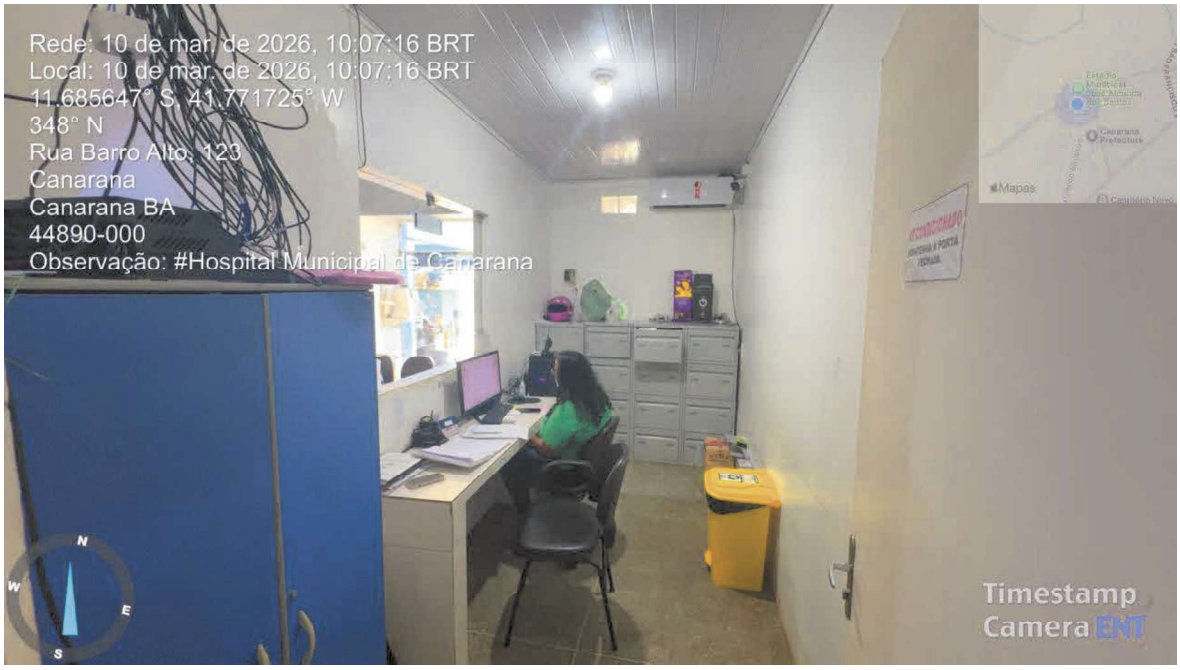


Foto 16



Foto 17



Foto 18



Foto 19



Foto 20

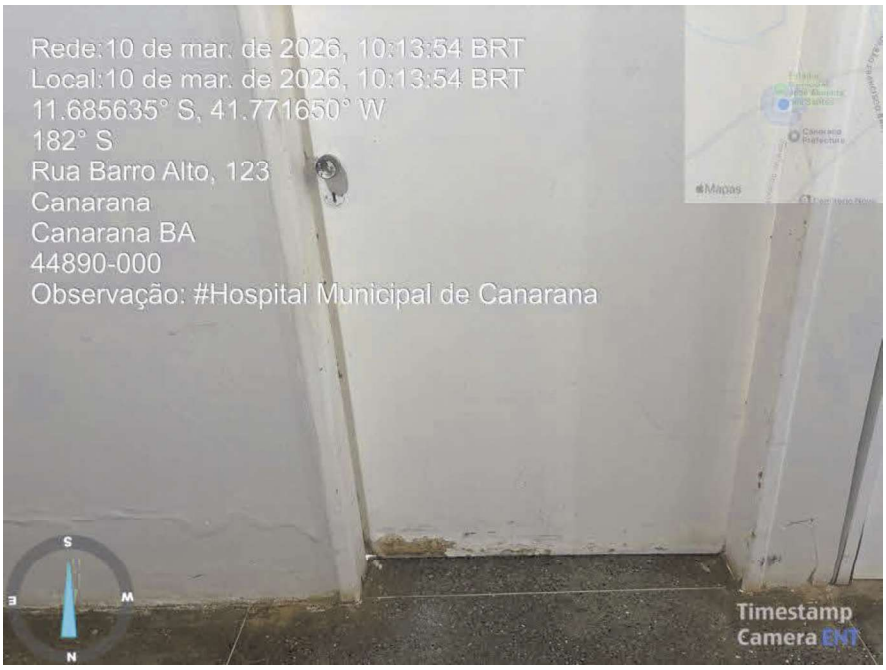


Foto 21



Foto 22

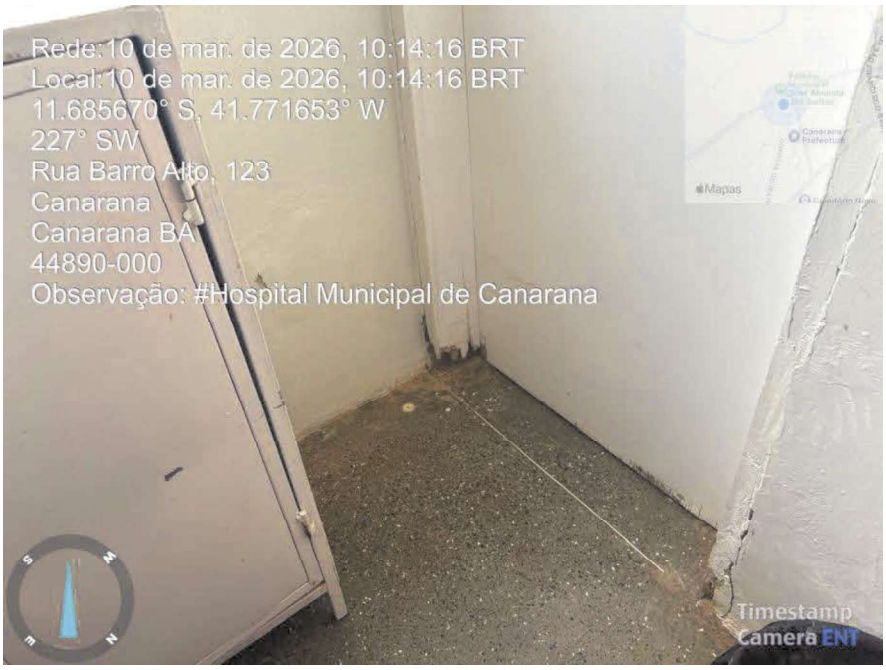


Foto 23



Foto 24

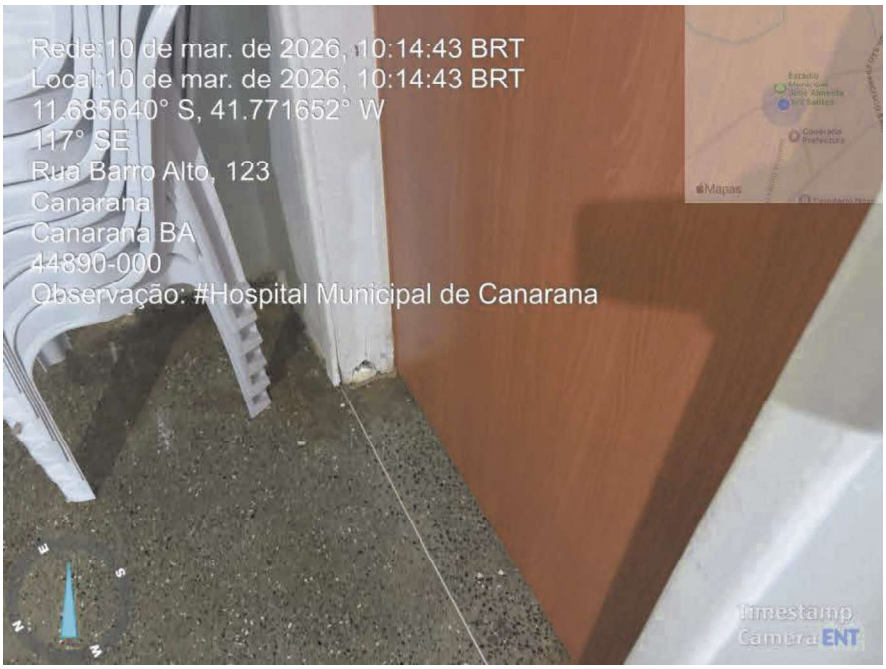


Foto 25

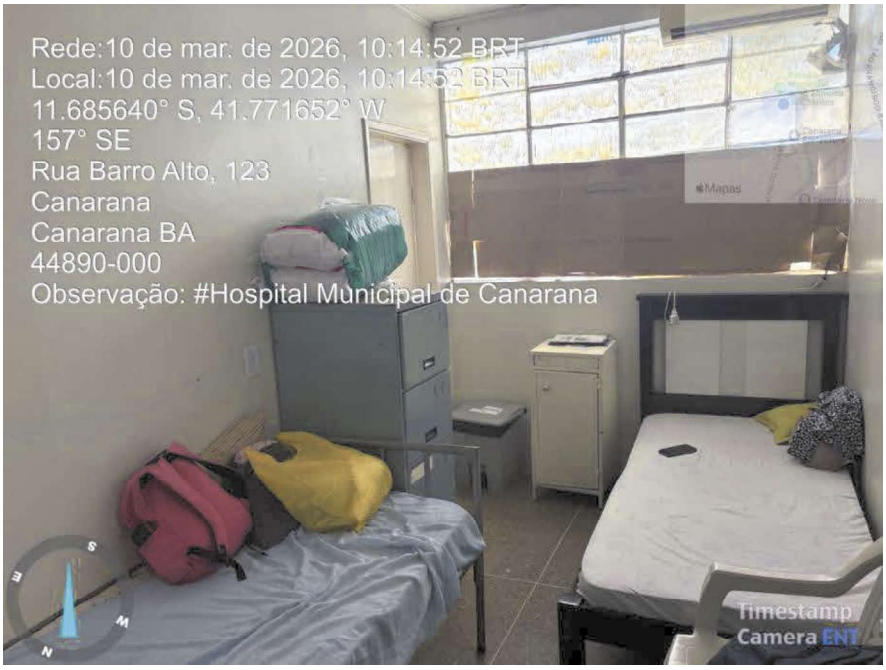


Foto 26



Foto 27



Foto 28



Foto 29



Foto 30



Foto 31



Foto 32



Foto 33



Foto 34



Foto 35



Foto 36



Foto 37



Foto 38



Foto 39



Foto 40



Foto 41



Foto 42



Foto 43



Foto 44

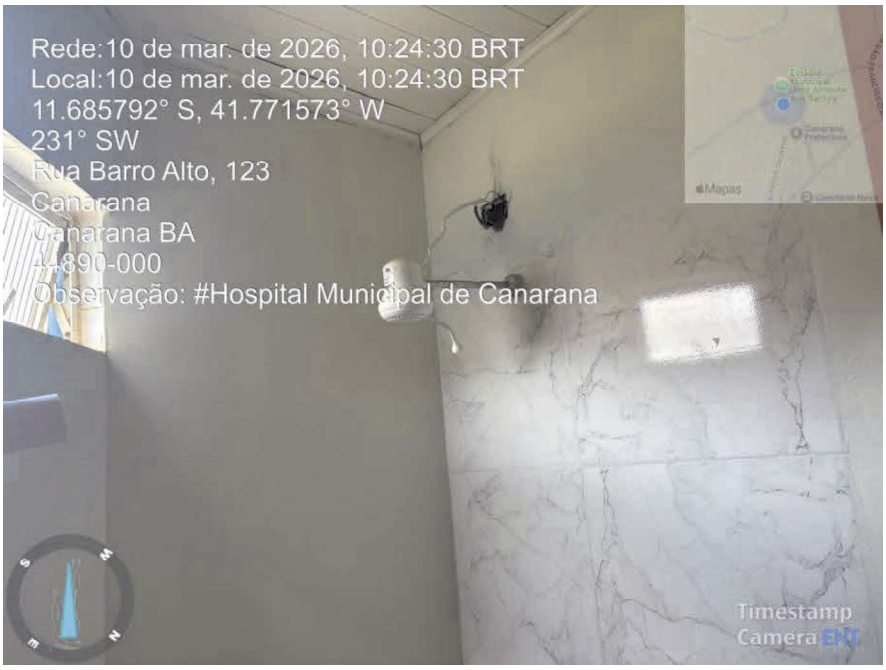


Foto 45



Foto 46



Foto 47



Foto 48



Foto 49



Foto 50



Foto 51



Foto 52

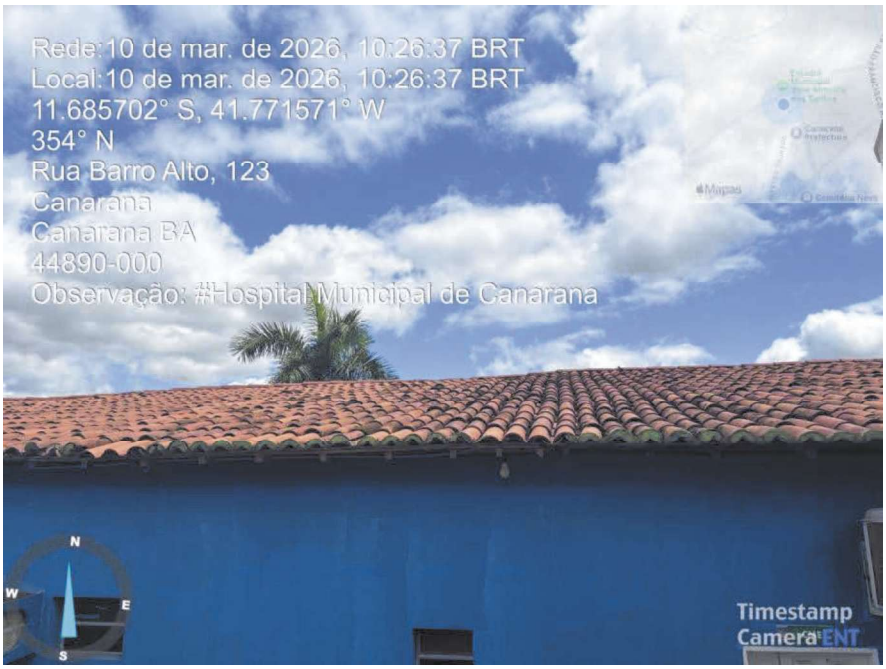


Foto 53



Foto 54



Foto 55



Foto 56



Foto 57



Foto 58



Foto 58



Foto 60



Foto 61



Foto 62



Foto 63



Foto 64



Foto 65



Foto 66



Foto 67



Foto 68



Foto 69

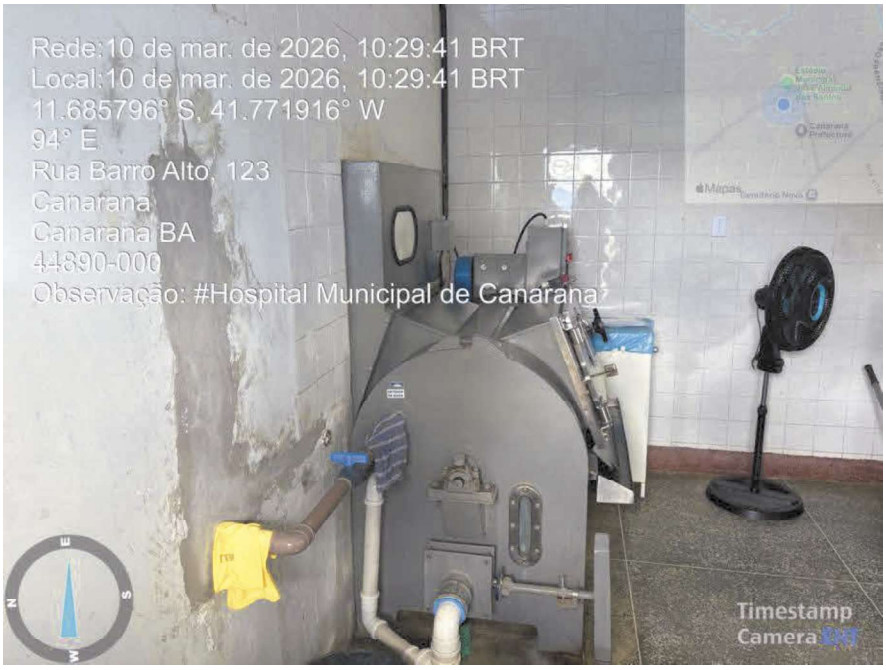


Foto 70



Foto 71



Foto 72

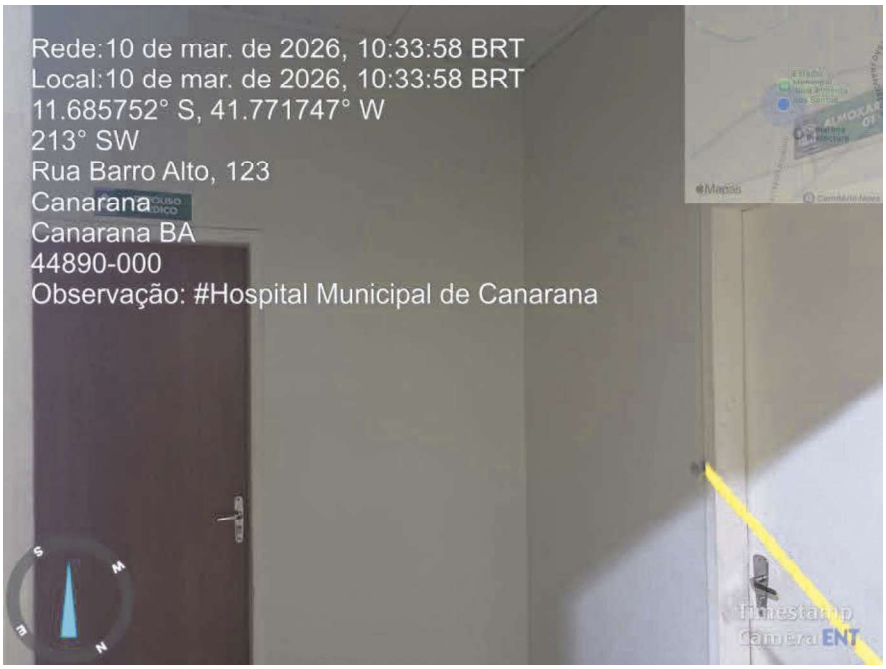


Foto 73



Foto 74



Foto 75



Foto 76



Foto 77



Foto 78



Foto 79



Foto 80



Foto 81



Foto 82



Foto 83



Foto 84



Foto 85



Foto 86



Foto 87



Foto 88



Foto 89



4 – AUTENTICAÇÃO:

A VIA INDICADA PODE SER ENQUADRADA PARA INTERVENÇÃO, DE ACORDO COM O PROJETO A SER LICITADO?

☒ - SIM ☐ - NÃO

LOCAL: Canarana -BA

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557 Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

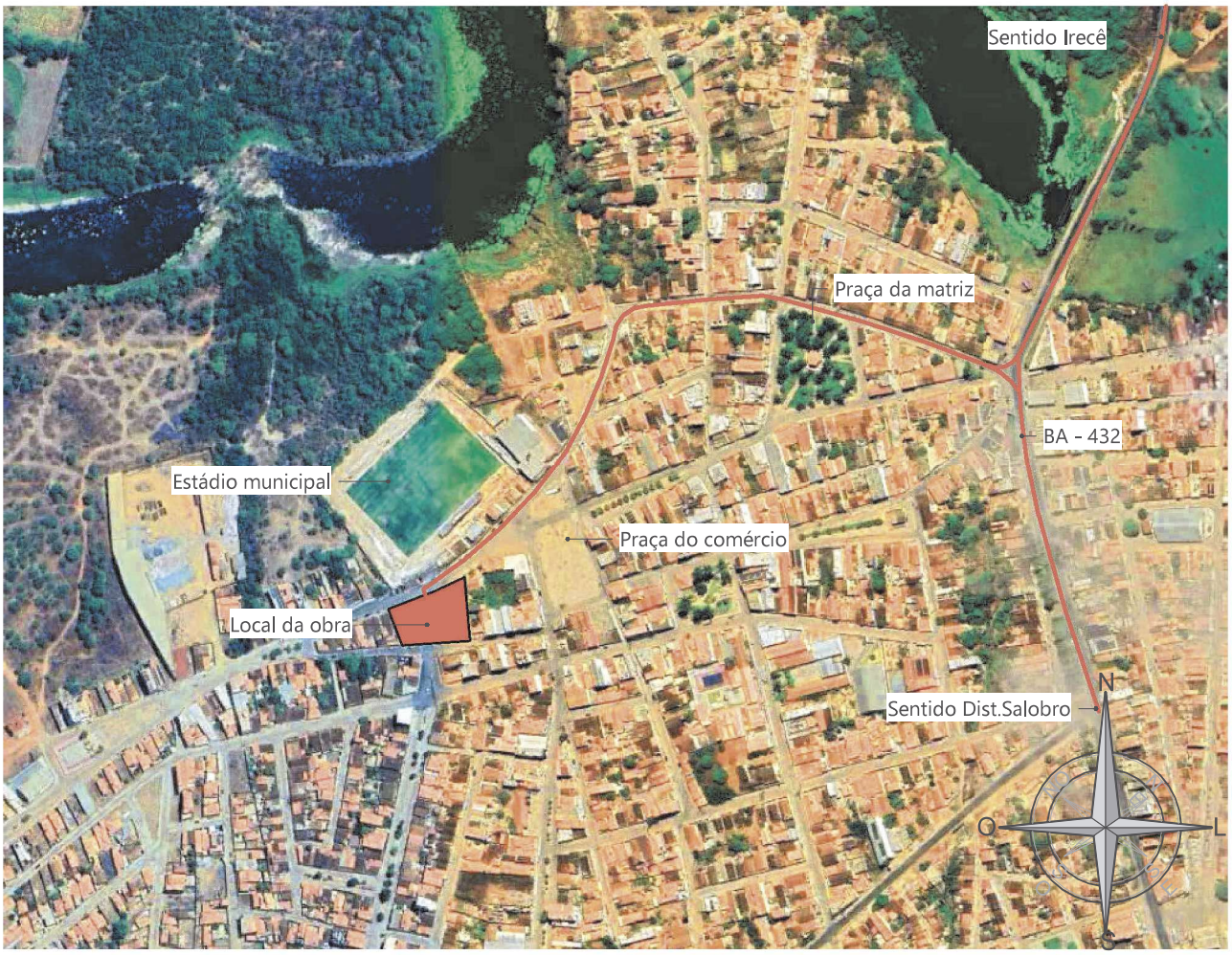
18/08/2026

DATA

Diogo Barreto Rocha

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS INFORMAÇÕES

ENG. CIVIL - CREA 0516735802



REVISÃO	PARA	EMISSOR	DESCRIÇÃO	DATA
1	SESAB	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - ALTERAÇÕES SOLICITADAS	28/04/2026
0	ANÁLISE	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - EMISSÃO INICIAL	08/04/2026

TABELA DE REVISÃO

Assinaturas:

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

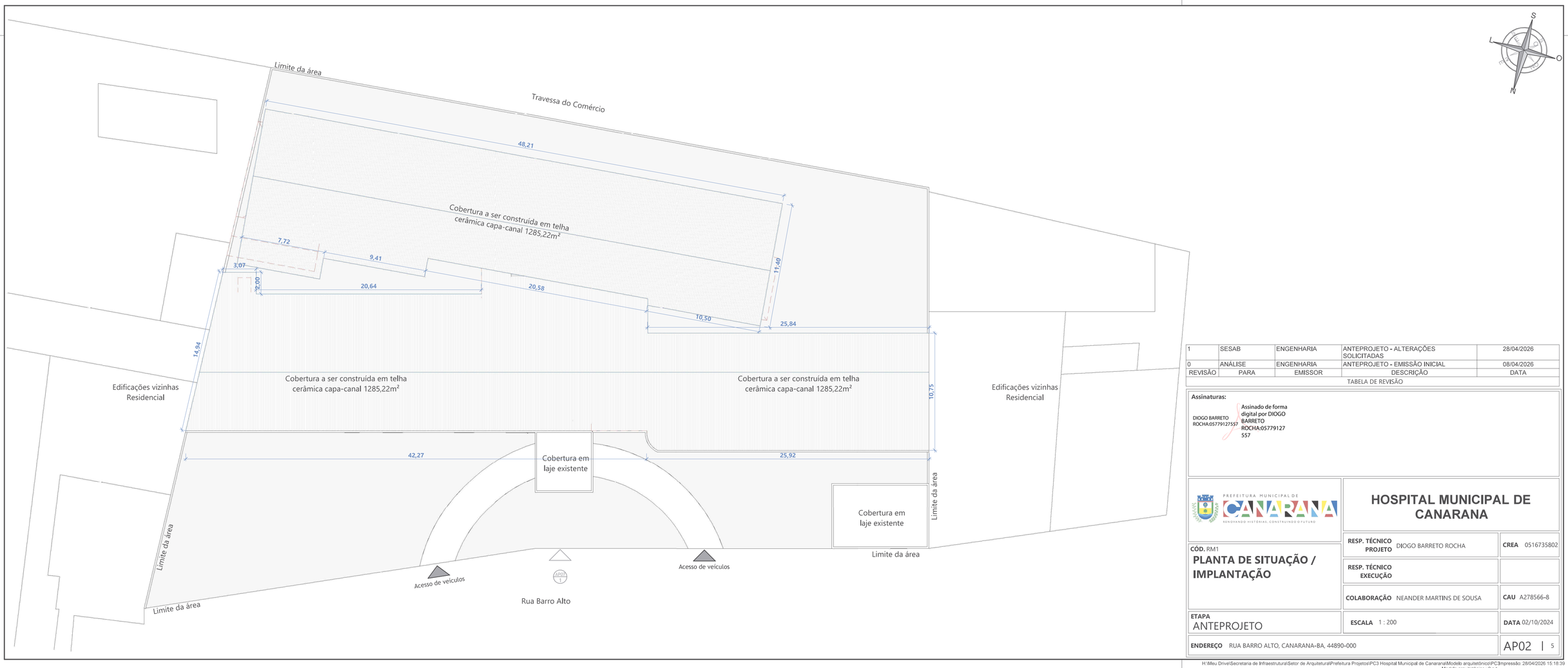
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RENOVANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA

CÓD. RM1

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

RESP. TÉCNICO PROJETO	DIOGO BARRETO ROCHA	**CREA** 0516735802
RESP. TÉCNICO EXECUÇÃO		
COLABORAÇÃO	NEANDER MARTINS DE SOUSA	**CAU** A278566-8
ETAPA ANTEPROJETO	**ESCALA** SEM ESCALA	**DATA** 02/10/2024
ENDEREÇO RUA BARRO ALTO, CANARANA-BA, 44890-000		AP01 | 5



1	SESAB	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - ALTERAÇÕES SOLICITADAS	28/04/2026
0	ANÁLISE	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - EMISSÃO INICIAL	08/04/2026
REVISÃO	PARA	EMISSOR	DESCRIÇÃO	DATA

TABELA DE REVISÃO

Assinaturas:

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RENOVANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA

CÓD. RM1

PLANTA DE SITUAÇÃO / IMPLANTAÇÃO

RESP. TÉCNICO PROJETO	DIOGO BARRETO ROCHA	**CREA** 0516735802
RESP. TÉCNICO EXECUÇÃO		
COLABORAÇÃO	NEANDER MARTINS DE SOUSA	**CAU** A278566-8
ETAPA ANTEPROJETO	**ESCALA** 1 : 200	**DATA** 02/10/2024
ENDEREÇO RUA BARRO ALTO, CANARANA-BA, 44890-000		AP02 | 5

H:\Meu Drive\Secretaria de Infraestrutura\Setor de Arquitetura\Prefeitura Projetos\PC3 Hospital Municipal de Canarana\Modelo arquitetônico\PC3impressão 28/04/2026 15:18:39
Modelo arquitetônico v2.rvt



1	SESAB	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - ALTERAÇÕES SOLICITADAS	28/04/2026
0	ANÁLISE	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - EMISSÃO INICIAL	08/04/2026
REVISÃO	PARA	EMISSOR	DESCRIÇÃO	DATA

TABELA DE REVISÃO

Assinaturas:

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
ALAGOINHAS HISTÓRIAS, CULTURA E TRADIÇÕES

HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA

CÓD. RM1

PLANTA BAIXA

RESP. TÉCNICO PROJETO	DIOGO BARRETO ROCHA	**CREA**	0516735802
RESP. TÉCNICO EXECUÇÃO			
COLABORAÇÃO	NEANDER MARTINS DE SOUSA	**CAU**	A278566-8
ETAPA	ANTEPROJETO	**ESCALA**	1 : 75
		DATA	02/10/2024
ENDEREÇO	RUA BARRO ALTO, CANARANA-BA, 44890-000		AP03 | 5

H:\Meu Drive\Secretaria de Infraestrutura\Setor de Arquitetura\Prefeitura Projetos\PC3 Hospital Municipal de Canarana\Modelo arquitetônico\PC3Impressão: 28/04/2026 15:18:47
Modelo arquitetônico v2.rvt



1	SESAB	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - ALTERAÇÕES SOLICITADAS	28/04/2026
0	ANÁLISE	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - EMISSÃO INICIAL	08/04/2026
REVISÃO	PARA	EMISSOR	DESCRIÇÃO	DATA
TABELA DE REVISÃO				

Assinaturas:

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RESGATANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA

CÓD. RM1

PLANTA DE LAYOUT

RESP. TÉCNICO PROJETO	DIOGO BARRETO ROCHA	**CREA**	0516735802
RESP. TÉCNICO EXECUÇÃO			
COLABORAÇÃO	NEANDER MARTINS DE SOUSA	**CAU**	A278566-8
ETAPA ANTEPROJETO		**ESCALA**	1 : 75
DATA	02/10/2024		
ENDEREÇO	RUA BARRO ALTO, CANARANA-BA, 44890-000		AP04 | 5



1	SESAB	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - ALTERAÇÕES SOLICITADAS	28/04/2026
0	ANÁLISE	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - EMISSÃO INICIAL	08/04/2026
REVISÃO	PARA	EMISSOR	DESCRIÇÃO	DATA

TABELA DE REVISÃO

Assinaturas:

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Legenda de reforma

- Existente
- A demolir
- A construir
- A substituir

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA

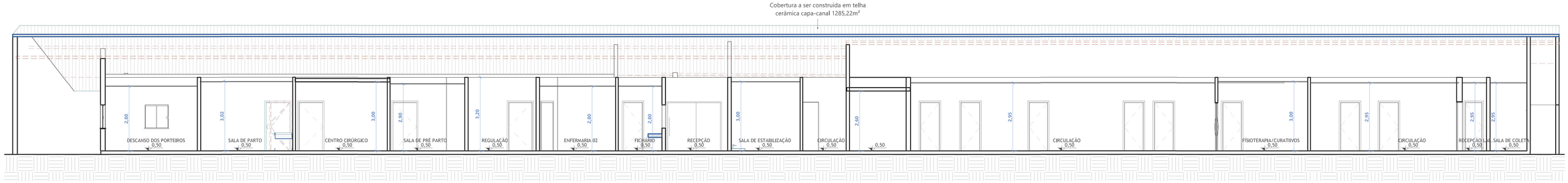
CÓD. RM1

PLANTA CONSTRUTIVA

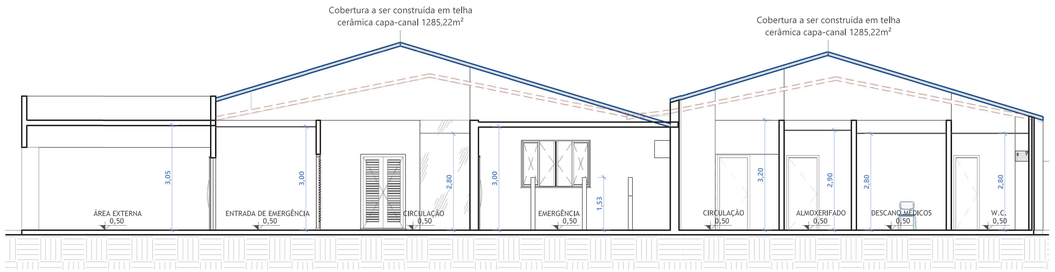
ETAPA ANTEPROJETO

RESP. TÉCNICO PROJETO	DIOGO BARRETO ROCHA	**CREA** 0516735802
RESP. TÉCNICO EXECUÇÃO		
COLABORAÇÃO	NEANDER MARTINS DE SOUSA	**CAU** A278566-8
ESCALA	Como indicado	**DATA** 02/10/2024
ENDEREÇO	RUA BARRO ALTO, CANARANA-BA, 44890-000	AP05 | 5

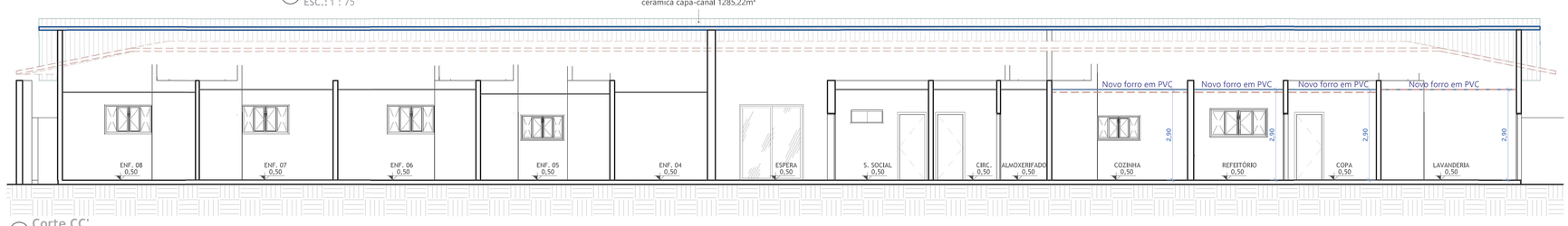
H:\Meu Drive\Secretaria de Infraestrutura\Setor de Arquitetura\Prefeitura Projetos\PC3 Hospital Municipal de Canarana\Modelo arquitetônico\PC3Impressão: 28/04/2026 15:19:04
Modelo arquitetônico v2.rvt



1 **CORTE AA'**
ESC.: 1 : 75



2 **Corte BB'**
ESC.: 1 : 75



4 **Corte CC'**
ESC.: 1 : 75

1	SESAB	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - ALTERAÇÕES SOLICITADAS	28/04/2026
0	ANÁLISE	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - EMISSÃO INICIAL	08/04/2026
REVISÃO	PARA	EMISSOR	DESCRIÇÃO	DATA

TABELA DE REVISÃO

Assinaturas:

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RESGATANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

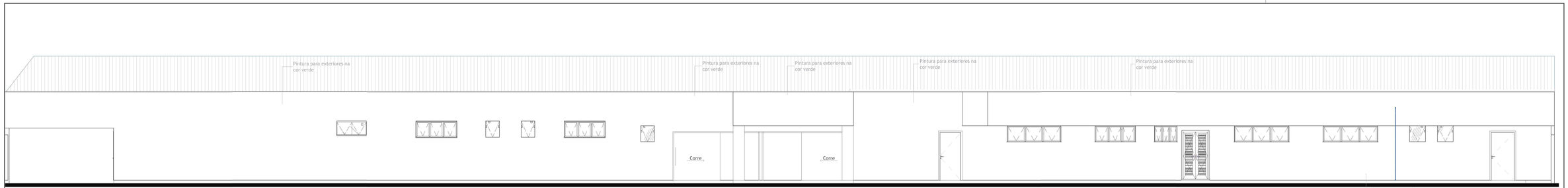
HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA

CÓD. RM1

CORTES AA', BB' E CC'

RESP. TÉCNICO PROJETO	DIOGO BARRETO ROCHA	**CREA** 0516735802
RESP. TÉCNICO EXECUÇÃO		
COLABORAÇÃO	NEANDER MARTINS DE SOUSA	**CAU** A278566-8
ETAPA ANTEPROJETO	**ESCALA** 1 : 75	**DATA** 02/10/2024
ENDEREÇO RUA BARRO ALTO, CANARANA-BA, 44890-000		AP06 | S

H:\Meu Drive\Secretaria de Infraestrutura\Setor de Arquitetura\Prefeitura Projetos\PC3 Hospital Municipal de Canarana\Modelo arquitetônico\PC3Impressão: 28/04/2026 15:19:09
Modelo arquitetônico v2.rvt



1 **Fachada frontal**
ESC.: 1 : 75

REVISÃO	PARA	EMISSOR	DESCRIÇÃO	DATA
1	SESAB	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - ALTERAÇÕES SOLICITADAS	28/04/2026
0	ANÁLISE	ENGENHARIA	ANTEPROJETO - EMISSÃO INICIAL	08/04/2026

TABELA DE REVISÃO

Assinaturas:

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RENOVANDO HISTÓRIA, CONSTRUINDO O FUTURO

HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA

RESP. TÉCNICO PROJETO DIOGO BARRETO ROCHA — **CREA** 051673580Z

RESP. TÉCNICO EXECUÇÃO

COLABORAÇÃO NEANDER MARTINS DE SOUSA — **CAU** A278566-8

CÓD. RM1

FACHADA FRONTAL

ETAPA ANTEPROJETO

ESCALA 1 : 75

DATA 02/10/2024

ENDEREÇO RUA BARRO ALTO, CANARANA–BA, 44890-000

AP07 | 5

H:\Meu Drive\Secretaria de Infraestrutura\Setor de Arquitetura\Prefeitura Projetos\PC3 Hospital Municipal de Canarana\Modelo arquitetônico\PC3Impressão: 28/04/2026 15:19:12
Modelo arquitetônico v2v.rvt

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20261419620

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

1. Responsável Técnico

DIOGO BARRETO ROCHA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **0516735802**
Registro: **3000056603BA**

Empresa contratada: **DIOGO BARRETO ROCHA**

Registro : **0010256075-BA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICIPIO DE CANARANA**

CPF/CNPJ: **13.714.464/0001-01**

PRAçA DA MATRIZ

Nº: **224**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CANARANA**

UF: **BA**

CEP: **44890000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **01/10/2025**

Valor: **R$ 1.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA BARRO ALTO

Nº: **s/n**

Complemento: **HOSPITAL MUNICIPAL DE CANARANA-BA**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CANARANA**

UF: **BA**

CEP: **44890000**

Data de Início: **01/04/2026**

Previsão de término: **01/08/2026**

Coordenadas Geográficas: **-11.685447, -41.771750**

Finalidade: **Infraestrutura**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MUNICIPIO DE CANARANA**

CPF/CNPJ: **13.714.464/0001-01**

4. Atividade Técnica

16 - Execução	Quantidade	Unidade
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.1.1 - DE ALVENARIA	1.285,22	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.1.1 - DE ALVENARIA	1.285,22	m2
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.1.1 - DE ALVENARIA	1.285,22	m2
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #TOS_11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	1.285,22	m2
60 - Fiscalização de obra > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #TOS_11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	1.285,22	m2
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #TOS_11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	1.285,22	m2
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	1.285,22	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	1.285,22	m2
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	1.285,22	m2
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	1.285,22	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	1.285,22	m2
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	1.285,22	m2
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	1.285,22	m2

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: BxCyZ
Impresso em: 09/04/2026 às 10:11:14 por: , ip: 177.12.157.222

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20261419620

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	1.285,22	m2
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #TOS_1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	1.285,22	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Responsabilidade técnica sobre elaboração de projetos, elaboração de orçamento e fiscalização de obra de melhoramento do telhado e das instalações do hospital municipal de Canarana-BA.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA DAS ENTIDADES

gov.br
Documento assinado digitalmente
DIOGO BARRETO ROCHA
Data: 09/04/2026 10:19:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

DIOGO BARRETO ROCHA - CPF: 057.791.275-57

MARLEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA:20591111888 Assinado de forma digital por MARLEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA:20591111888 Dados: 2026.04.09 10:20:09 -03'00'

MUNICIPIO DE CANARANA - CNPJ: 13.714.464/0001-01

9. Informações

A autenticação desta ART pode ser verificada em https://crea-ba.sitac.com.br/publico/

10. Valor

Valor da ART: **R$ 108,39** Registrada em: **26/03/2026** Valor pago: **R$ 108,39** Nosso Número: **61894112**

PLANILHA DE
ORÇAMENTO DE OBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RENOVANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

OBJETO:

Reparo do telhado e instalações do Hospital Municipal de Canarana-BA.

TIPO DE OBRA

Construção e Reforma de Edifícios

ENCARGOS SOCIAIS	: SINAPI_BA: Horista - 117,73%	**REGIME PREVIDENCIÁRIO PREVISTO:**	**NÃO DESONERADO**
BASE DO ORÇAMENTO	**: SINAPI_BA - 03/2026 - NÃO DESONERADO - HORISTA | ORSE-SE - 02/2026 | EMBASA 06/2025**		
BDI	: 22,47%		

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT	CUSTO UNITARIO S/ BDI	CUSTO UNITARIO C/ BDI	VALOR TOTAL DO SERVIÇO C/BDI	% total
1			**ADMINISTRAÇÃO DE OBRA**						
1.1	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	320,00				
1.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	190,00				
1.3	100309	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00				
2			**COBERTURA**						
2.1	97650	SINAPI	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	1285,22				
2.2	100330	SINAPI	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, COM ATÉ DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	1285,22				
2.3	92539	SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_10/2025	m²	1285,22				
3			**FORRO**						
3.1	CANA - 01	PRÓPRIO	DEMOLIÇÃO DE FORROS	m²	119,43				
3.2	96485	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	119,43				
3.3	96121	SINAPI	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_08/2023	M	117,68				
4			**PINTURA**						
4.1	CANA - 02	PRÓPRIO	PINTURA PARA INTERIORES, SOBRE PAREDES OU TETOS, COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR, 02 DEMÃOS DE MASSA CORRIDA E 02 DEMÃOS DE TINTA PVA LATEX CONVENCIONAL PARA INTERIORES. REV 03_04/2022	m²	2416,80				
4.2	CANA - 06	PRÓPRIO	PINTURA PARA EXTERIORES, SOBRE PAREDES, COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR ACRÍLICO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTAPVA LATEX CONVENCIONAL PARA EXTERIORES - REV 03	m²	828,59				
4.3	102230	SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	187,74				
5			**LOUÇAS, METAIS, BANCADAS E ACESSÓRIOS**						

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT	CUSTO UNITARIO S/ BDI	CUSTO UNITARIO C/ BDI	VALOR TOTAL DO SERVIÇO C/BDI	% total
5.1	CANA - 10	PRÓPRIO	LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1,30X0,60, COM02 CUBAS DE EMBUTIR DE LOUÇA, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA	un	1,00				
5.2	86931	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	9,00				
5.3	97663	SINAPI	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	9,00				
5.4	CANA - 11	PRÓPRIO	TAMPO EM AÇO INOXIDAVEL (SEM CUBA), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, L=57CM	m	6,31				
6			**ESQUADRIAS**						
6.1			**PORTAS**						
6.1.1	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	95,55				
6.1.2	90845	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	19,00				
6.1.3	90846	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	7,00				
6.1.4	90842	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 70X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	6,00				
6.1.5	100678	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	2,00				
6.1.6	CANA - 13	PRÓPRIO	PORTA EM MADEIRA LEI (IPÊ), LISA, SEMI-ÔCA, 100 X 210CM, COM VISOR DE POLICARBONATO 9,5MM (170X20CM), INCLUSIVE BATENTES E FERRAGENS	un	6,00				
6.1.7	CANA - 15	PRÓPRIO	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, 1,60 X 2,10 M, 2 FOLHAS, COM VISOR(50X50CM), INCLUSIVE BATENTES DE 24CM E FERRAGENS, EXCETO VIDROS	un	3,00				
6.1.8	CANA - 16	PRÓPRIO	PORTA EM MADEIRA DE LEI, ALMOFADADA, 0.60 X 2.10 M, INCLUSIVE BATENTE E FERRAGENS	un	2,00				
6.1.9	CANA - 18	PRÓPRIO	VISOR EM ALUMÍNIO COM VIDRO LISO 4MM	m²	3,12				
6.1.10	CANA - 19	PRÓPRIO	PORTA RADIOLÓGICA EM MAD/MAD DE LEI, P/PINTURA, DIM: 0,92X2,12M, LAMINADO DE CHUMBO EMBUTIDO, E=2MM, DOBRADIÇAS REFORÇADAS, FECHADURA AUTOBLOCANTE, MARCA AROUCA, REF.: 108449/40-Z-ZCE OU SIMILAR, MAÇANETA TIPO ALAVANCA, INCLUSIVE BATENTES DE MADEIRA.	un	1,00				
7			**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**						

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT	CUSTO UNITARIO S/ BDI	CUSTO UNITARIO C/ BDI	VALOR TOTAL DO SERVIÇO C/BDI	% total
7.1	CANA - 20	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE INTERRUPTOR COM REPOSIÇÃO DO INTERRUPTOR E FIAÇÃO	pt	79,00				
7.2	CANA - 21	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE TOMADA SIMPLES COM REPOSIÇÃO DA TOMADA E DA FIAÇÃO	pt	252,00				
7.3	CANA - 22	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE LUZ TIPO 2, EM TETO OU PAREDE	pt	122,00				
8			**INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIA**						
8.1	CANA - 23	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE ESGOTO TIPO 2 - REV. 01	un	105,00				
8.2	CANA - 24	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE ÁGUA TIPO 2	un	48,00				
8.3	100860	SINAPI	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	16,00				
8.4	89987	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	40,00				
9			**TRANSPORTE**						
9.1	CANA-29	PRÓPRIO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE CAÇAMBA DE ENTULHO EM CAMINHÃO POLIGUINDASTE 8 M3. AF_02/2026	m³	11,94				
9.2	CANA - 25	PRÓPRIO	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO POLIGUINDASTE SIMPLES 8 T DE 8 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M³XKM).	M3XKM	117,17				
10			**COMUNICAÇÃO VISUAL E SERVIÇOS FINAIS**						
10.1	CANA - 26	PRÓPRIO	REVESTIMENTO METÁLICO EM ALUMÍNIO COMPOSTO (ALUCOBOND), E=0,3MM, PINTURA KAYNAR 500 COMPOSTA POR SEIS CAMADAS, INCLUSIVE ESTRUTURA METÁLICA AUXILIAR EM PERFIL DE VIGA "U" DE 2" - FORNECIMENTO E MONTAGEM	m²	45,38				
10.2	CANA - 27	PRÓPRIO	LETRAS EM AÇO INOX 25 X 25 CM	un	27,00				
10.3	CANA - 28	PRÓPRIO	LIMPEZA GERAL	m²	1285,22				
			Total Geral					**R$ 0,00**	

Observações **1. Os custos totais (preço x quantidade) foram truncados com a função TRUNCAR para duas casas decimais.**

VALOR GLOBAL:

Canarana/Ba
18 de agosto de 2026

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Prefeitura Municipal de Canarana/BA
Diogo Barreto Rocha - Eng. Civil - CREA 0516735802 - Responsável Técnico

CRONOGRAMA

FÍSICO-FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

RENOVANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

OBJETO:

Reparo do telhado e instalações do Hospital Municipal de Canarana-BA.

TIPO DE OBRA

Construção e Reforma de Edifícios

ENCARGOS SOCIAIS	: SINAPI_BA: Horista - 117,73%	REGIME PREVIDENCIÁRIO PREVISTO:	NÃO DESONERADO
BASE DO ORÇAMENTO	: SINAPI_BA - 03/2026 - NÃO DESONERADO - HORISTA | ORSE-SE - 02/2026 | EMBASA 06/2025		
BDI	: 22,47%		

ITEM	ETAPAS	VALOR TOTAL	PERIODO (MESES)			
			1	2	3	4
1	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA		25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
2	COBERTURA		70,00%	30,00%		
3	FORRO			100,00%		
4	PINTURA				70,00%	30,00%
5	LOUÇAS, METAIS, BANCADAS E ACESSÓRIOS			50,00%	50,00%	
6	ESQUADRIAS			50,00%	50,00%	
7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			50,00%	50,00%	
8	INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIA			50,00%	50,00%	
9	TRANSPORTE			50,00%		50,00%
10	COMUNICAÇÃO VISUAL E SERVIÇOS FINAIS					100,00%
Porcentagem			**21,27%**	**27,1%**	**35,55%**	**16,07%**
Custo						
Porcentagem Acumulado			**21,27%**	**48,37%**	**83,93%**	**100,0%**
Custo Acumulado						

Canarana/Ba

18 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Canarana/BA

Diogo Barreto Rocha - Eng. Civil - CREA 0516735802 - Responsável Técnico

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS
PRÓPRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RENOVANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

OBJETO:

Reparo do telhado e instalações do Hospital Municipal de Canarana-BA.

TIPO DE OBRA

Construção e Reforma de Edifícios

ENCARGOS SOCIAIS	: SINAPI_BA: Horista - 117,73%	**REGIME PREVIDENCIÁRIO PREVISTO:**	NÃO DESONERADO
BASE DO ORÇAMENTO	**: SINAPI_BA - 03/2026 - NÃO DESONERADO - HORISTA | ORSE-SE - 02/2026 | EMBASA 06/2025**		
BDI	: 22,47%		

Composições Analíticas com Preço Unitário

COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS

3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 01	PRÓPRIO	DEMOLIÇÃO DE FORROS	Demolições / Remoções	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0294600		
Composição	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2946000		

4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 02	PRÓPRIO	PINTURA PARA INTERIORES, SOBRE PAREDES OU TETOS, COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR, 02 DEMÃOS DE MASSA CORRIDA E 02 DEMÃOS DE TINTA PVA LATEX CONVENCIONAL PARA INTERIORES. REV 03_04/2022	Latex PVA	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 05	PRÓPRIO	PREPARO DE SUPERFÍCIE COM LIXAMENTO E APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR	Latex PVA	m²	1,0000000		
Composição	CANA - 03	PRÓPRIO	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA CORRIDA - R1	Latex PVA	m²	1,0000000		
Composição	CANA - 04	PRÓPRIO	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE TINTA PVA LATEX PARA INTERIORES - CORES CONVENCIONAIS - REV 03	Latex PVA	m²	1,0000000		

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 03	PRÓPRIO	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA CORRIDA - R1	Latex PVA	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1696000		
Insumo	1605	ORSE	Massa corrida a base pva (coralar ou similar)	Material	I	0,7000000		
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3392000		
Insumo	00003767	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	Material	UN	0,4000000		

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 04	PRÓPRIO	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE TINTA PVA LATEX PARA INTERIORES - CORES CONVENCIONAIS - REV 03	Latex PVA	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2714000		
Insumo	2232	ORSE	Tinta pva látex para interior coralmur ou similar	Material	I	0,1800000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1357000		

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 05	PRÓPRIO	PREPARO DE SUPERFÍCIE COM LIXAMENTO E APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR	Latex PVA	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	1333	ORSE	Líquido selador para parede	Material	I	0,1300000		
Insumo	00003767	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	Material	UN	0,5000000		
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1355000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0677500		

4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 06	PRÓPRIO	PINTURA PARA EXTERIORES, SOBRE PAREDES, COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR ACRÍLICO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTAPVA LATEX CONVENCIONAL PARA EXTERIORES - REV 03	Latex PVA	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 08	PRÓPRIO	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE TINTA PVA LATEX PARA EXTERIORES - CORES CONVENCIONAIS	Latex PVA	m²	1,0000000		
Composição	CANA - 07	PRÓPRIO	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 01	Latex PVA	m²	1,0000000		
Composição	CANA - 09	PRÓPRIO	PREPARO DE SUPERFÍCIE COM LIXAMENTO E APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR ACRÍLICO	Latex PVA	m²	1,0000000		

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 07	PRÓPRIO	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA, LIXAMENTO E RETOQUES - REV 01	Latex PVA	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1711000		
Insumo	00043651	SINAPI	MASSA ACRILICA PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS	Material	KG	1,5500000		
Insumo	00003767	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	Material	UN	0,5000000		
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2395400		

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

Composição	CANA - 08	PRÓPRIO	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE TINTA PVA LATEX PARA EXTERIORES - CORES CONVENCIONAIS	Latex PVA	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2622000		
Insumo	2231	ORSE	Tinta pva látex para exterior - coralmur branco gelo	Material	l	0,1800000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1484000		
	Código	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 09	PRÓPRIO	PREPARO DE SUPERFÍCIE COM LIXAMENTO E APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE LÍQUIDO SELADOR ACRÍLICO	Latex PVA	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00003767	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	Material	UN	0,5000000		
Insumo	1332	ORSE	Líquido selador acrílico	Material	l	0,2000000		
Composição	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1368000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0684000		
5.1	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 10	PRÓPRIO	LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1,30X0,60, COM02 CUBAS DE EMBUTIR DE LOUÇA, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA	Louças e Metais Sanitários	un	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,3653800		
Insumo	2384	ORSE	Válvula de escoamento para lavatório, DECA 1602C ou similar	Material	un	2,0000000		
Insumo	718	ORSE	Cuba de embutir oval branca (Deca - ref. L-37 ou similar)	Material	un	2,0000000		
Insumo	12056	ORSE	Rasgo em bancada de mármore ou granito para colacação de cuba	Material	un	2,0000000		
Insumo	9964	ORSE	Perfil Alumínio, Tubo Retangular 50,80mm x 25,40mm x 1,20mm (0,484kg/m)	Material	m	1,2000000		
Insumo	12051	ORSE	Testeira em granito cinza andorinha, l=4 cm (de topo) - fornecimento e colocação	Material	m	2,5000000		
Insumo	7479	ORSE	Rodopia em granito cinza andorinha, l=10cm, e=2cm, com acabamento aboleado	Material	m	1,3000000		
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,3653800		
Insumo	2585	ORSE	Tampo/bancada de granito cinza andorinha, e=2cm	Material	m²	0,7800000		
Insumo	12057	ORSE	Furo em bancada de mármore ou granito para colacação de torneira ou válvula	Material	un	2,0000000		
Insumo	00006136	SINAPI	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2"	Material	UN	2,0000000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,3653800		
Insumo	2257	ORSE	Torneira para lavatório cromada, DECA, linha targa 1190C40 ou similar	Material	un	2,0000000		
5.4	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 11	PRÓPRIO	TAMPO EM AÇO INOXIDAVEL (SEM CUBA), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, L=57CM	Louças e Metais Sanitários	m	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	2086	ORSE	Tampo p/ pia aço inoxidavel - 304, sem cuba 0,57 x 2,00m	Material	un	0,5000000		
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8480000		
Composição	CANA - 12	PRÓPRIO	CONCRETO SIMPLES FCK= 15 MPA (B1/B2), FABRICADO NA OBRA, SEM LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	Concreto Simples	m³	0,0174000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8480000		
	Código	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 12	PRÓPRIO	CONCRETO SIMPLES FCK= 15 MPA (B1/B2), FABRICADO NA OBRA, SEM LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	Concreto Simples	m³	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	293,0000000		
Insumo	00004718	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	0,6270000		
Insumo	00004721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	0,2090000		
Insumo	00000367	SINAPI	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,9130000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	4,4874000		
6.1.6	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 13	PRÓPRIO	PORTA EM MADEIRA LEI (IPÊ), LISA, SEMI-ÔCA, 100 X 210CM, COM VISOR DE POLICARBONATO 9,5MM (170X20CM), INCLUSIVE BATENTES E FERRAGENS	Esquadrias de Madeira	un	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,4521000		
Insumo	5015	ORSE	Batente (caixão) em madeira lei L=14cm (90x220cm), completo c/02 jogos alizar	Material	cj	1,0000000		
Insumo	1809	ORSE	Porta em madeira compensada canela, lisa, semi-oca - 100 x (180 a 210) x 3,5cm	Material	un	1,0000000		
Insumo	00003080	SINAPI	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	Material	CJ	1,0000000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,4521000		
Composição	CANA - 14	PRÓPRIO	ARGAMASSA CIMENTO E AREIA TRAÇO T-1 (1:3) - 1 SACO CIMENTO 50KG / 3 PADIOLAS AREIA DIM. 0,35 X 0,45 X 0,23 M - CONFECÇÃO MECÂNICA E TRANSPORTE	Argamassas	m³	0,0100000		
Insumo	12904	ORSE	Chapa em policarbonato mr-10, cor cristal, ge, 9,5 mm	Material	m²	0,3784000		
Insumo	00005075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	Material	KG	0,0040000		
Insumo	9249	ORSE	Dobradiça latão cromado 3 1/2" x 3", com aneis, c/parafusos	Material	un	3,0000000		
	Código	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 14	PRÓPRIO	ARGAMASSA CIMENTO E AREIA TRAÇO T-1 (1:3) - 1 SACO CIMENTO 50KG / 3 PADIOLAS AREIA DIM. 0,35 X 0,45 X 0,23 M - CONFECÇÃO MECÂNICA E TRANSPORTE	Argamassas	m³	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,0800000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,9916000		
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	452,2000000		
6.1.7	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CANA - 15	PRÓPRIO	PORTA EM MADEIRA COMPENSADA (CANELA), LISA, SEMI-ÔCA, 1,60 X 2,10 M, 2 FOLHAS, COM VISOR(50X50CM), INCLUSIVE BATENTES DE 24CM E FERRAGENS, EXCETO VIDROS	Esquadrias de Madeira	un	1,0000000		

Item	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	848	ORSE	Dobradiça ferro galvanizado 3" x 3" sem aneis	Material	un	6,0000000		
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,4675000		
Insumo	8288	ORSE	Batente (caixão) em madeira lei L=24cm (90x220cm), completo c/02 jogos alizar	Material	cj	1,0000000		
Composição	CANA - 14	PRÓPRIO	ARGAMASSA CIMENTO E AREIA TRAÇO T-1 (1:3) - 1 SACO CIMENTO 50KG / 3 PADIOLAS AREIA DIM. 0,35 X 0,45 X 0,23 M - CONFECÇÃO MECÂNICA E TRANSPORTE	Argamassas	m³	0,0100000		
Insumo	00003108	SINAPI	FECHO QUEBRA UNHA, EM LATAO COM ACABAMENTO CROMADO, DE EMBUTIR, COM COMANDO ALAVANCA, ALTURA DE DE 22 CM, LARGURA MINIMA DE 1,90 CM E ESPESSURA MINIMA DE 1,90 MM, PARA PORTAS E JANELAS (INCLUI PARAFUSOS)	Material	UN	2,0000000		
Insumo	00003080	SINAPI	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	Material	CJ	1,0000000		
Insumo	00005075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	Material	KG	0,0040000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,4675000		
Insumo	7966	ORSE	Porta em madeira compensada canela, 80 x 210cm, lisa, semi-oca, c/visor 0,16m2, inclusive vidro 4mm	Material	un	2,0000000		

6.1.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 16	PRÓPRIO	PORTA EM MADEIRA DE LEI, ALMOFADADA, 0,60 X 2,10 M, INCLUSIVE BATENTE E FERRAGENS	Esquadrias de Madeira	un	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,7376000		
Insumo	1823	ORSE	Porta em madeira de lei muiracatiara com almofadas - 60 x 210cm	Material	un	1,0000000		
Composição	CANA - 17	PRÓPRIO	BATENTE EM MADEIRA DE LEI L = 0,14 M (CAIXÃO), PARA PORTAS DE 0,60 A 1,00M DELARGURA, H=2,20M, INCLUSO 02 JOGOS DE ALIZAR	Esquadrias de Madeira	un	1,0000000		
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,7376000		
Insumo	00003080	SINAPI	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO,	Material	CJ	1,0000000		
Insumo	9251	ORSE	Dobradiça ferro cromado 3" x 2 1/2", com aneis, c/parafusos	Material	un	3,0000000		
Insumo	584	ORSE	Chapuz de madeira 10x10x2,5cm, p/fixação de esquadrias	Material	un	6,0000000		
Insumo	1690	ORSE	Parafuso de metal 2 " x 12 (sextavado)	Material	un	6,0000000		

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 17	PRÓPRIO	BATENTE EM MADEIRA DE LEI L = 0,14 M (CAIXÃO), PARA PORTAS DE 0,60 A 1,00M DELARGURA, H=2,20M, INCLUSO 02 JOGOS DE ALIZAR	Esquadrias de Madeira	un	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0607000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,9900000		
Insumo	00005075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	Material	KG	0,0200000		
Composição	CANA - 14	PRÓPRIO	ARGAMASSA CIMENTO E AREIA TRAÇO T-1 (1:3) - 1 SACO CIMENTO 50KG / 3 PADIOLAS AREIA DIM. 0,35 X 0,45 X 0,23 M - CONFECÇÃO MECÂNICA E TRANSPORTE	Argamassas	m³	0,0106000		
Insumo	5015	ORSE	Batente (caixão) em madeira lei L=14cm (90x220cm), completo c/02 jogos alizar	Material	cj	1,0000000		
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,9900000		

6.1.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 18	PRÓPRIO	VISOR EM ALUMINIO COM VIDRO LISO 4MM	Esquadrias de Alumínio	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88325	SINAPI	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	2445	ORSE	Visor em aluminio com vidro liso 4mm	Material	m²	1,0000000		

6.1.10	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 19	PRÓPRIO	PORTA RADIOLÓGICA EM MAD/MAD DE LEI, P/PINTURA, DIM: 0,92X2,12M, LAMINADO DE CHUMBO EMBUTIDO, E=2MM, DOBRADIÇAS REFORÇADAS, FECHADURA AUTOBLOCANTE, MARCA AROUCA, REF.: 108449/40-Z-ZCE OU SIMILAR, MAÇANETA TIPO ALAVANCA, INCLUSIVE BATENTES DE MADEIRA.	Conversão InfoWOrca	un	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	12919	ORSE	Porta radiológica em mad/mad de lei p/pintura, dim: 0,92x2,12m, laminado de chumbo embutido, e=2mm, dobradiças reforçadas aneladas de 3 1/2" x 3", fechadura tambor autoblocante, marca Arouca, ref.: 108449/40-Z-ZCE ou similar, maçaneta tipo alavanca	Material	un	1,0000000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,8463000		

7.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 20	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE INTERRUPTOR COM REPOSIÇÃO DO INTERRUPTOR E FIAÇÃO	Revisões e Reposições	pt	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	Material	UN	0,0500000		
Insumo	00043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Material	KG	0,0060000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,6894000		
Insumo	00000939	SINAPI	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	Material	M	12,0000000		
Insumo	1117	ORSE	Interruptor embutir 01 seção simples com placa	Material	un	1,0000000		
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,3788000		

7.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 21	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE TOMADA SIMPLES COM REPOSIÇÃO DA TOMADA E DA FIAÇÃO	Revisões e Reposições	pt	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00000939	SINAPI	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	Material	M	12,0000000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,6935600		
Insumo	00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	Material	UN	0,5000000		
Insumo	9096	ORSE	Tomada 2p + t, ABNT, de embutir, 10 A, com placa em pvc	Material	un	1,0000000		
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,3871200		
Insumo	00043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Material	KG	0,0060000		

7.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 22	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE LUZ TIPO 2, EM TETO OU PAREDE	Revisões e Reposições	pt	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**

Insumo	00002557	SINAPI	CAIXA DE LUZ "4 X 4" EM ACO ESMALTADA	Material	UN	0,3000000		
Insumo	10394	ORSE	Bucha em liga zamak para eletroduto 16mm, d=1/2"	Material	un	0,6000000		
Insumo	00011891	SINAPI	CORDAO DE COBRE, FLEXIVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 2,5 MM2	Material	M	3,3000000		
Insumo	00043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Material	KG	0,0060000		
Insumo	00002673	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1/2", SEM LUVA	Material	M	1,3500000		
Insumo	00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	Material	UN	0,0450000		
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,1336694		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0287000		

8.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 23	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE ESGOTO TIPO 2 - REV. 01	Tubos e Conexões de PVC Rígido Soldável para Esgoto	un	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,7407695		
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,6744000		
Insumo	5885	ORSE	Tubo pvc p/rede colet.esgoto, JEI, d= 100mm (Vinilfort - Tigre ou similar)	Material	m	0,9000000		
Insumo	793	ORSE	Curva 90° curta pvc pb je p/rede coletora esg., d= 100mm	Material	un	0,3000000		
Insumo	138	ORSE	Adesivo pvc em frasco de 850 gramas	Material	kg	0,0750000		

8.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 24	PRÓPRIO	REVISÃO DE PONTO DE ÁGUA TIPO 2	Tubos e Conexões de PVC Rígido Soldável	un	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00003501	SINAPI	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	Material	UN	0,1000000		
Insumo	138	ORSE	Adesivo pvc em frasco de 850 gramas	Material	kg	0,1740000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0100010		
Insumo	00009869	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	Material	M	1,5980000		
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,9132988		

9.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA-29	PRÓPRIO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE CAÇAMBA DE ENTULHO EM CAMINHÃO POLIGUINDASTE 8 M3. AF 02/2026	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	m³	1,0000000		
Composição Auxiliar	CANA-30	PRÓPRIO	POLIGUINDASTE, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 8000 KG, PARA TRANSPORTE DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 14.300 KG, POTÊNCIA DE 185 CV - CHI DIURNO. AF_10/2025	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0087607		
Composição Auxiliar	106249	SINAPI	POLIGUINDASTE, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 8000 KG, PARA TRANSPORTE DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 14.300 KG, POTÊNCIA DE 185 CV - CHP DIURNO. AF_10/2025	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0233160		

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA-30	PROPRIO	POLIGUINDASTE, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 8000 KG, PARA TRANSPORTE DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 14.300 KG, POTÊNCIA DE 185 CV - CHI DIURNO. AF_10/2025	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000		
Insumo	H029000507	EMBASA	CAMINHAO POLIGUINDASTE COM OPERADOR, COMBUSTIVEL E AJUDANTE	Material	H	1,0000000		

9.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 25	PRÓPRIO	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO POLIGUINDASTE SIMPLES 8 T DE 8 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M³XKM).	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	1,0000000		
Insumo	H029000507	EMBASA	CAMINHAO POLIGUINDASTE COM OPERADOR, COMBUSTIVEL E AJUDANTE	Material	H	0,0300000		

10.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 26	PRÓPRIO	REVESTIMENTO METÁLICO EM ALUMÍNIO COMPOSTO (ALUCOBOND), E=0,3MM, PINTURA KAYNAR 500 COMPOSTA POR SEIS CAMADAS, INCLUSIVE ESTRUTURA METÁLICA AUXILIAR EM PERFIL DE VIGA "U" DE 2" - FORNECIMENTO E MONTAGEM	Revestimentos em Laminados	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	4974	ORSE	Revestimento em alumínio tipo Alucobond, e=0,3mm, em estrutura metálica auxiliar de perfil "U" 2", com fornecimento e montagem, inclusive pintura Kaynar 500 com seis camadas	Serviços	m²	1,0000000		
Composição	88251	SINAPI	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		

10.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 27	PRÓPRIO	LETRAS EM AÇO INOX 25 X 25 CM	Urbanização de Parques e Praças	un	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	1328	ORSE	Letras aço inox 25 x 25cm	Material	un	1,0000000		
Composição	88251	SINAPI	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		

10.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CANA - 28	PRÓPRIO	LIMPEZA GERAL	Limpeza	m²	1,0000000		
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	2414	ORSE	Vassoura piaçava	Material	un	0,0500000		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0750000		
Insumo	1997	ORSE	Sabão em pó	Material	kg	0,0050000		

Canarana/Ba
18 de agosto de 2026

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Prefeitura Municipal de Canarana/BA
Diogo Barreto Rocha - Eng. Civil - CREA 0516735802 - Responsável Técnico

BENEFÍCIO DE DESPESAS INDIRETAS

BDI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
RENOVANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

OBJETO:

Reparo do telhado e instalações do Hospital Municipal de Canarana-BA.

TIPO DE OBRA
Construção e Reforma de Edifícios

ENCARGOS SOCIAIS	: SINAPI_BA: Horista - 117,73%	**REGIME PREVIDENCIÁRIO PREVISTO:** NÃO DESONERADO
BASE DO ORÇAMENTO	: SINAPI_BA - 03/2026 - NÃO DESONERADO - HORISTA | ORSE-SE - 02/2026 | EMBASA 06/2025	
BDI	: 22,47%	

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE BDI

Itens	Siglas	% Adotado	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,00%	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	SG	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	0,97%	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	0,59%	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	6,16%	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	**22,47%**	20,34%	22,12%	25,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Fonte: Tribunal de Contas da União - TC 036.076/2011-2 - Acórdão Nº 2622/2013

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

1 - Deverão ser obedecidas as legislações trabalhistas e tributária vigentes, inclusive acordos de classes, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços;
2 - É de responsabilidade da proponente a adequação de todas as fórmulas utilizadas na planilha orçamentária.

Canarana/Ba
18 de agosto de 2026

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557
Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Prefeitura Municipal de Canarana/BA
Diogo Barreto Rocha - Eng. Civil - CREA 0516735802 - Responsável Técnico

ENCARGOS SOCIAIS

SINAPI MARÇO 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

RENOVANDO HISTÓRIAS, CONSTRUINDO O FUTURO

OBJETO:
Reparo do telhado e instalações do Hospital Municipal de Canarana-BA.

TIPO DE OBRA
Construção e Reforma de Edifícios

ENCARGOS SOCIAIS	: SINAPI_BA: Horista - 117,73%	**REGIME PREVIDENCIÁRIO PREVISTO:** NÃO DESONERADO
BASE DO ORÇAMENTO	: SINAPI_BA - 03/2026 - NÃO DESONERADO - HORISTA | ORSE-SE - 02/2026 | EMBASA 06/2025	
BDI	: 22,47%	

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA (SINAPI-BA)

DISCRIMINAÇÃO		DESONERADO		NÃO DESONERADO	
		HORISTA	MENSALISTA	HORISTA	MENSALISTA
	GRUPO A				
A	**ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**				
A1	INSS	10,00%	10,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	SUBTOTAL DE "A"	**26,80%**	**26,80%**	**36,80%**	**36,80%**
	GRUPO B				
B	**ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"**				
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,86%	Não incide	17,86%	Não incide
B2	Feriados	3,94%	Não incide	3,94%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,89%	0,67%	0,89%	0,67%
B4	13º Salário	11,08%	8,32%	11,08%	8,32%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,28%	Não incide	2,28%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B9	Férias Gozadas	12,08%	9,07%	12,08%	9,07%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
	SUBTOTAL DE "B"	**49,01%**	**18,72%**	**49,01%**	**18,72%**
	GRUPO C				
C	**ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"**				
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,70%	5,04%	6,70%	5,04%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,17%	0,13%	0,17%	0,13%
C3	Férias Indenizadas	2,99%	2,25%	2,99%	2,25%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,86%	2,15%	2,86%	2,15%
C5	Indenização Adicional	0,56%	0,42%	0,56%	0,42%
	SUBTOTAL DE "C"	**13,28%**	**9,99%**	**13,28%**	**9,99%**
	GRUPO D				
D	**REINCIDÊNCIAS**				
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	12,03%	4,18%	18,04%	6,89%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre	0,58%	0,44%	0,60%	0,45%
	SUBTOTAL D	**12,61%**	**4,62%**	**18,64%**	**7,34%**
	TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS (A+B+C+D)	**101,70%**	**60,13%**	**117,73%**	**72,85%**

Canarana/Ba
18 de agosto de 2026

DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Assinado de forma digital por DIOGO BARRETO ROCHA:05779127557

Prefeitura Municipal de Canarana/BA
Diogo Barreto Rocha - Eng. Civil - CREA 0516735802 - Responsável Técnico

MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS
Arts. 6º, XXVII, 22 e 103 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRA: Reparo do telhado e instalações do Hospital Municipal de Canarana-BA

Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA

1 – OBJETO E FINALIDADE

A presente Matriz de Alocação de Riscos tem por finalidade identificar os principais eventos capazes de afetar a execução da contratação e estabelecer sua distribuição entre o CONTRATANTE – Município de Canarana/Fundo Municipal de Saúde – e a CONTRATADA, considerando a natureza de cada risco, as obrigações atribuídas às partes e a capacidade de cada uma para prevenir, controlar ou suportar seus efeitos.

A contratação tem por objeto a execução dos serviços de reparo do telhado e das instalações do Hospital Municipal de Canarana-BA, conforme especificações, condições e demais elementos estabelecidos nas peças técnicas e nos documentos integrantes do processo.

A presente Matriz estabelece a alocação dos riscos contratuais identificados, definindo as responsabilidades das partes e o tratamento aplicável à eventual materialização dos eventos nela previstos, devendo suas disposições ser refletidas no instrumento contratual.

2 – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E ALOCAÇÃO

Os riscos são avaliados qualitativamente quanto à probabilidade de ocorrência, classificada como Baixa, Média ou Alta, e quanto ao impacto, igualmente classificado como Baixo, Médio ou Alto.

A alocação observa o critério de atribuição do risco à parte que, considerando as obrigações contratuais, sua natureza e a capacidade de gerenciamento, apresenta melhores condições para prevenir sua ocorrência, reduzir seus efeitos ou administrar suas consequências, admitindo-se alocação compartilhada quando as circunstâncias justificarem responsabilidades distintas ou concorrentes.

A Lei nº 14.133/2021 determina que a alocação considere natureza do risco, beneficiário das prestações e capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo. Também estabelece que a matriz definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial em relação aos eventos supervenientes.

A materialização de risco não produzirá automaticamente alteração contratual, prorrogação de prazo ou recomposição econômico-financeira. Seus efeitos deverão ser analisados mediante demonstração da ocorrência do evento, do nexo causal e da efetiva repercussão sobre custos, prazos ou condições de execução, observadas a alocação estabelecida nesta Matriz e as disposições legais e contratuais aplicáveis.

3 – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DOS RISCOS

RISCO 01 – Variação ordinária dos preços de insumos

Evento: variações normais de mercado nos preços de madeira, telhas, materiais elétricos, hidráulicos, ACM e demais insumos empregados na execução.

Probabilidade: Média.

Impacto: Médio.

Alocação: CONTRATADA.

Prevenção e mitigação: elaboração criteriosa da proposta, avaliação dos preços de mercado, planejamento das aquisições e gestão da cadeia de fornecedores.

Consequência contratual: as oscilações ordinárias de mercado inerentes à execução serão suportadas pela CONTRATADA, observadas as regras contratuais de reajustamento e as demais hipóteses legalmente previstas.

RISCO 02 – Evento econômico extraordinário

Evento: ocorrência de fato extraordinário superveniente, de efeitos relevantes e não compreendidos nos riscos ordinariamente assumidos pelas partes, capaz de afetar substancialmente os custos da execução.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Alocação: CONTRATANTE, quando caracterizada hipótese legal não atribuída à CONTRATADA.

Prevenção e mitigação: acompanhamento das condições de execução e registro tempestivo dos eventos e de suas repercussões.

Consequência contratual: eventual repercussão econômico-financeira dependerá de requerimento e instrução processual própria, com demonstração do evento, nexo causal e impacto efetivo sobre a execução, aplicando-se o tratamento previsto na legislação e no contrato.

RISCO 03 – Erro de formação da proposta, produtividade ou logística

Evento: erro na formação dos preços, produtividade considerada pela licitante, dimensionamento de mão de obra, equipamentos, logística, perdas ou demais elementos integrantes de sua proposta.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Alocação: CONTRATADA.

Prevenção e mitigação: análise criteriosa das peças da contratação pela licitante, elaboração adequada das composições de custos e planejamento dos meios necessários à execução.

Consequência contratual: os custos adicionais decorrentes de erro de formação da proposta, produtividade ou logística serão suportados pela CONTRATADA, sem direito à recomposição econômico-financeira por esse fundamento.

RISCO 04 – Condições ocultas da cobertura superiores às identificadas previamente

Evento: identificação, após retirada das telhas ou abertura das frentes de serviço, de deteriorações preexistentes ocultas ou não aparentes, cuja extensão não pudesse ser razoavelmente determinada previamente e que impliquem necessidade de adequação dos quantitativos.

Probabilidade: Média.

Impacto: Médio.

Alocação: CONTRATANTE, quanto às condições preexistentes ocultas e não razoavelmente identificáveis previamente.

Prevenção e mitigação: inspeção das áreas acessíveis, execução setorizada, comunicação imediata à fiscalização e registro técnico das condições efetivamente encontradas.

Consequência contratual: constatada condição efetivamente não identificável previamente e tecnicamente necessária à execução do objeto, caberá à fiscalização caracterizar e quantificar a ocorrência. Eventual necessidade de alteração dos quantitativos ou do contrato será submetida ao procedimento administrativo próprio, observados os limites e requisitos legais e as condições do Convênio.

RISCO 05 – Interferências ocultas em instalações existentes

Evento: identificação de redes elétricas, hidráulicas, sanitárias ou outras instalações embutidas não indicadas nas peças técnicas ou não aparentes previamente.

Probabilidade: Média.

Impacto: Médio.

Alocação: COMPARTILHADA.

Prevenção e mitigação: realização das verificações prévias tecnicamente possíveis pela CONTRATADA, execução cautelosa das demolições e aberturas e comunicação imediata à fiscalização quando identificadas interferências.

Consequência contratual: serão suportados pela CONTRATADA os danos decorrentes de execução inadequada, falta de cautela ou descumprimento das verificações que lhe competiam. As consequências decorrentes de condições preexistentes ocultas, não informadas e não razoavelmente identificáveis previamente serão avaliadas pela Administração quanto à eventual necessidade de adequação contratual.

RISCO 06 – Chuvas e condições climáticas

Evento: ocorrência de chuvas ou outras condições climáticas capazes de interferir nos serviços de cobertura, pintura e demais atividades expostas às intempéries.

Probabilidade: Alta.

Impacto: Alto.

Alocação: COMPARTILHADA, conforme a natureza do evento.

Prevenção e mitigação: planejamento da execução considerando a sazonalidade climática; execução setorizada; proteção provisória das áreas abertas; acompanhamento das previsões meteorológicas e reprogramação das frentes de serviço.

Consequência contratual: condições climáticas ordinárias e previsíveis integram o risco operacional da CONTRATADA. Eventos climáticos excepcionais, devidamente comprovados e que efetivamente impeçam ou afetem de maneira relevante a execução, poderão justificar adequação do cronograma ou prazo na medida dos efeitos comprovadamente produzidos.

RISCO 07 – Acidentes de trabalho

Evento: acidentes envolvendo trabalhadores durante a execução, especialmente nas atividades em altura, instalações elétricas, demolições e movimentação de materiais.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Alocação: CONTRATADA.

Prevenção e mitigação: cumprimento das Normas Regulamentadoras aplicáveis, adoção de EPCs e EPIs, treinamento dos trabalhadores, planejamento das atividades e demais medidas de segurança legalmente exigíveis.

Consequência contratual: caberá à CONTRATADA responder pelas consequências decorrentes do descumprimento de suas obrigações de segurança, sem prejuízo das responsabilidades legalmente atribuídas a cada agente.

RISCO 08 – Danos a pacientes, servidores, usuários ou terceiros

Evento: ocorrência de danos decorrentes de queda de materiais, poeira, resíduos, ruídos, obstrução de circulação ou execução inadequada das frentes de serviço.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Alocação: CONTRATADA, quando decorrente de sua execução.

Prevenção e mitigação: isolamento e sinalização das áreas, proteção das áreas adjacentes, controle de acesso, planejamento das frentes e compatibilização dos trabalhos com o funcionamento do hospital.

Consequência contratual: os danos comprovadamente decorrentes de ação ou omissão da CONTRATADA na execução serão por ela suportados, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

RISCO 09 – Indisponibilidade ou atraso na liberação de áreas hospitalares

Evento: impossibilidade de disponibilização, pela Administração, dos ambientes necessários à execução das frentes programadas.

Probabilidade: Média.

Impacto: Médio.

Alocação: CONTRATANTE, quando o impedimento decorrer de circunstância sob sua responsabilidade.

Prevenção e mitigação: planejamento prévio entre Secretaria de Saúde, direção hospitalar, fiscalização e CONTRATADA, com programação das áreas e frentes de serviço.

Consequência contratual: comprovado atraso imputável ao CONTRATANTE e demonstrada repercussão sobre o caminho de execução dos serviços, poderá ser promovida adequação do cronograma e, quando cabível, do prazo contratual, na extensão dos efeitos comprovados.

RISCO 10 – Atraso ou interrupção do repasse de recursos do Convênio

Evento: atraso ou interrupção do repasse dos recursos estaduais vinculados ao Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Alocação: CONTRATANTE perante a relação contratual com a empresa, sem prejuízo das responsabilidades decorrentes da relação convenial.

Prevenção e mitigação: acompanhamento da execução financeira do Convênio, observância de suas condições, planejamento do fluxo financeiro e comunicação entre os responsáveis pela gestão do ajuste.

Consequência contratual: eventual repercussão sobre a execução deverá ser tratada pela Administração conforme as disposições legais, contratuais e conveniais aplicáveis, não sendo o risco transferido automaticamente à CONTRATADA.

RISCO 11 – Materiais ou serviços em desacordo com as especificações

Evento: utilização de materiais inadequados ou execução de serviços em desconformidade com as peças técnicas e condições contratuais.

Probabilidade: Média.

Impacto: Médio.

Alocação: CONTRATADA.

Prevenção e mitigação: controle de qualidade, conferência dos materiais, apresentação de documentação técnica quando exigida e fiscalização da execução.

Consequência contratual: correção, substituição ou refazimento pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo das demais medidas contratuais cabíveis.

RISCO 12 – Atraso injustificado da execução pela CONTRATADA

Evento: descumprimento injustificado do cronograma por insuficiência de mão de obra, materiais, equipamentos, planejamento ou gestão da CONTRATADA.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Alocação: CONTRATADA.

Prevenção e mitigação: planejamento executivo, acompanhamento periódico do cronograma, dimensionamento adequado das equipes e comunicação antecipada de eventuais dificuldades.

Consequência contratual: adoção das medidas previstas no contrato e na legislação, inclusive aplicação das sanções cabíveis mediante regular processo, glosa ou não pagamento de serviços não executados ou não aceitos, execução da garantia quando cabível e eventual extinção contratual nas hipóteses legais.

RISCO 13 – Gestão inadequada dos resíduos da construção

Evento: acondicionamento, transporte ou destinação inadequada dos resíduos produzidos durante a intervenção.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Médio.

Alocação: CONTRATADA.

Prevenção e mitigação: segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada, com manutenção dos registros comprobatórios pertinentes.

Consequência contratual: custos de regularização, retirada, transporte, destinação ou correção decorrentes do descumprimento das obrigações da CONTRATADA serão por ela suportados, sem prejuízo das demais responsabilidades aplicáveis.

RISCO 14 – Não conformidade da porta radiológica

Evento: fornecimento ou instalação da porta radiológica em desconformidade com as especificações técnicas e requisitos de proteção previstos para o ambiente.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Alocação: CONTRATADA.

Prevenção e mitigação: utilização de materiais e componentes compatíveis com as especificações técnicas, observância dos requisitos de proteção radiológica e verificação de conformidade antes do recebimento.

Consequência contratual: correção, substituição ou refazimento pela CONTRATADA, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, quando a não conformidade decorrer do fornecimento ou da execução sob sua responsabilidade.

RISCO 15 – Alteração do objeto determinada pela Administração

Evento: necessidade superveniente de alteração qualitativa ou quantitativa determinada pela Administração, dentro das hipóteses legalmente admitidas.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Médio.

Alocação: CONTRATANTE.

Prevenção e mitigação: adequada definição do objeto, observância das peças técnicas aprovadas e avaliação técnica prévia de eventual alteração.

Consequência contratual: eventual alteração deverá ser formalizada mediante procedimento administrativo próprio, observados os arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021 e as condições do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA, inclusive quanto às autorizações que sejam exigíveis.

RISCO 16 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais da CONTRATADA

Evento: inadimplemento das obrigações decorrentes da mão de obra e da atividade empresarial empregadas na execução.

Probabilidade: Média.

Impacto: Médio.

Alocação: CONTRATADA, observadas as responsabilidades que a legislação eventualmente atribua à Administração.

Prevenção e mitigação: acompanhamento da regularidade da CONTRATADA e exigência da documentação pertinente nos termos estabelecidos no contrato e na legislação.

Consequência contratual: os encargos decorrentes das obrigações legalmente atribuídas à CONTRATADA serão por ela suportados, observadas as hipóteses de responsabilidade da Administração previstas no ordenamento jurídico.

RISCO 17 – Vícios, defeitos ou incorreções identificados após a execução

Evento: identificação posterior de vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados pela CONTRATADA.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Alocação: CONTRATADA, quando o evento decorrer de execução ou material sob sua responsabilidade.

Prevenção e mitigação: controle de qualidade, fiscalização, observância das especificações técnicas, realização das verificações necessárias e adequada documentação dos serviços.

Consequência contratual: a CONTRATADA responderá pelos vícios, defeitos e incorreções que lhe sejam imputáveis, observadas as disposições contratuais, a Lei nº 14.133/2021, o Código Civil, inclusive o art. 618 quando aplicável, e as demais normas pertinentes.

RISCO 18 – Suspensão de recursos por irregularidade imputável à execução do Convênio

Evento: suspensão, retenção ou interrupção de recursos decorrente de irregularidade relacionada ao cumprimento das condições do Convênio nº 164/2026.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Alocação: conforme a causa do evento.

Prevenção e mitigação: acompanhamento da execução física e financeira, fiscalização contratual, adequada documentação das medições, cumprimento das obrigações conveniais e saneamento tempestivo de eventuais pendências.

Consequência contratual: quando a irregularidade decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA, serão a ela imputadas as consequências que juridicamente lhe forem atribuíveis. Quando decorrer exclusivamente de obrigação administrativa do CONTRATANTE, o risco será por este suportado. Eventual repercussão contratual dependerá da demonstração do nexo causal e dos efeitos efetivamente produzidos.

4 – REGRAS GERAIS DE ALOCAÇÃO E TRATAMENTO

4.1. Os riscos expressamente atribuídos à CONTRATADA integram a equação econômico-financeira inicial da contratação e serão por ela suportados, não constituindo, por si sós, fundamento para pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, observadas as exceções previstas no art. 103, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A materialização de risco atribuído ao CONTRATANTE não implicará automaticamente pagamento, alteração contratual, prorrogação de prazo ou recomposição econômico-financeira. Os efeitos do evento deverão ser apurados em processo administrativo próprio, mediante comprovação da ocorrência, do nexo causal e da repercussão efetivamente produzida sobre custos, prazos ou condições de execução.

4.3. Nos riscos classificados como compartilhados, a responsabilidade será definida de acordo com a causa efetivamente verificada e com as obrigações atribuídas a cada parte, não implicando a classificação compartilhada divisão automática ou igualitária dos respectivos custos.

4.4. A parte que identificar evento capaz de produzir repercussão relevante sobre a execução deverá 10omunica-lo tempestivamente à outra parte, apresentando, quando cabível, os elementos necessários à caracterização do evento e de suas consequências, sem prejuízo das atribuições da fiscalização contratual.

4.5. As medidas de prevenção e mitigação estabelecidas nesta Matriz não afastam o cumprimento das demais obrigações previstas no edital, contrato, Termo de Referência, Memorial Descritivo, projetos, normas técnicas, legislação e demais documentos integrantes da contratação.

4.6. Quando a materialização de determinado risco exigir alteração do contrato, esta somente poderá ocorrer nas hipóteses e condições admitidas pela Lei nº 14.133/2021, mediante instrução e formalização próprias, observadas também as disposições aplicáveis do Convênio nº 164/2026 – SESAB/FES-BA.

4.7. A ocorrência de evento cuja gravidade torne excessivamente onerosa ou impeça a continuidade da execução será analisada pela Administração à luz da alocação estabelecida nesta Matriz e das hipóteses previstas na legislação e no contrato. O art. 22, §2º, determina que o contrato reflita a matriz inclusive quanto ao restabelecimento da equação econômico-financeira e à possibilidade de resolução quando o sinistro majorar excessivamente ou impedir a continuidade contratual.

4.8. Esta Matriz define a alocação dos riscos contratuais previstos e presumíveis identificados no planejamento, não afastando o tratamento jurídico dos eventos supervenientes não contemplados expressamente, os quais deverão ser examinados conforme sua natureza, causa, previsibilidade, responsabilidade das partes e legislação aplicável.

5 – VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO

A presente Matriz de Alocação de Riscos deverá integrar os documentos da contratação e ser refletida no contrato administrativo, constituindo referência para interpretação das responsabilidades assumidas pelas partes e para análise de eventuais pleitos relacionados aos eventos nela previstos.

Nos termos do art. 103, §§4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021, a alocação estabelecida na Matriz caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato relativamente aos eventos nela distribuídos e deverá ser observada na análise de eventuais pleitos das partes.

Canarana – BA, 18 de agosto de 2026.

Diogo Barreto Rocha
Diretor de Obras – CREA 0516735802